



Ética profissional em serviço social

Ética profissional em serviço social

Claudiney Generoso

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Alberto S. Santana
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Camila Cardoso Rotella
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé
Emanuel Santana
Grasiele Aparecida Lourenço
Lidiane Cristina Vivaldini Olo
Paulo Heraldo Costa do Valle
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Adriana L.S. Strobel Penze
Cristiano de Almeida Bredda
Priscila Pereira Silva

Editoração

Adilson Braga Fontes
André Augusto de Andrade Ramos
Cristiane Lisandra Danna
Diogo Ribeiro Garcia
Emanuel Santana
Erick Silva Griep
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Generoso, Claudiney
G326e Ética profissional em serviço social / Claudiney Generoso.
– Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
184 p.

ISBN 978-85-8482-814-2

1. Assistentes sociais – Ética profissional. I. Título.

CDD 361.3

2017
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 – Fundamentos ontológico-sociais	7
Seção 1.1 - Ética, moral e as profissões	9
Seção 1.2 - Ontologia social de Marx e a ética	23
Seção 1.3 - Fundamentos sócio-históricos da ética no serviço social	35
Unidade 2 Os códigos de ética do serviço social brasileiro	53
Seção 2.1 - Conjuntura brasileira de 1930: surgimento do serviço social	55
Seção 2.2 - Conjuntura brasileira de 1960/1970: golpe de 1964	69
Seção 2.3 - Conjuntura brasileira de 1980/2000: constituição federal de 1988	81
Unidade 3 O código de ética do serviço social de 1993	95
Seção 3.1 - Introdução ao código de ética de 1993	97
Seção 3.2 - A fiscalização do exercício profissional	109
Seção 3.3 - O princípio da liberdade e as relações éticas com a sociedade	121
Unidade 4 O projeto ético político do serviço social	137
Seção 4.1 - O que é um projeto	139
Seção 4.2 - Seminários históricos balizadores do projeto ético-político	151
Seção 4.3 - A lei de regulamentação do serviço social	165

Palavras do autor

Olá, seja bem-vindo à disciplina de Ética Profissional em Serviço Social!

Você, aluno, será apresentado aos principais conceitos da Ética Profissional em Serviço Social.

O estudo a percorrer será bastante reflexivo, porém provocador. Para apresentarmos os conceitos e construirmos uma base concreta, algumas atividades são fundamentais, como, por exemplo, questionamentos e exercícios críticos, práticas que provavelmente vão fazer parte do seu cotidiano profissional.

A disciplina visa contribuir para o desenvolvimento de uma práxis profissional de compromisso e de responsabilidade ético-política, pautada em valores emancipatórios e na reflexão crítica, visando superar o senso comum e as várias formas de preconceitos e estereótipos.

Para que a sua formação acadêmica, nesse momento, seja melhor aproveitada, é importante que o seu olhar se volte para pensamentos sobre as ações práticas do cotidiano profissional. Assim, o autoestudo será o melhor compromisso a assumir. Tenha curiosidade em desvelar os conhecimentos, use seu raciocínio crítico para solucionar os problemas. Saiba que o nosso estímulo acontece para que você conheça e compreenda a dimensão da ética e seus reflexos sobre os valores e sobre a conduta humana na constituição do sujeito. Conheça e analise os dispositivos do Código de Ética vigente.

Para isto, na primeira unidade de ensino, vamos estudar os fundamentos ontológicos-sociais, com enfoque na ética e na moral, nas profissões e nos desdobramentos da ética no Serviço Social.

Na segunda unidade de ensino vamos analisar a conjuntura política e social do Brasil, relacionando-a ao surgimento do Código de Ética e a suas alterações, conforme o panorama de apropriação da profissão e a visão de projeto coletivo que foi se configurando.

Na terceira unidade de ensino vamos aprofundar o conhecimento do código de ética vigente, analisando os direitos, os deveres, o sigilo profissional, a fiscalização do exercício profissional, entre outras perspectivas; discutiremos a direção posta nos princípios e valores das profissões.

Na última unidade de ensino, por fim, os pontos nodais a serem refletidos e apresentados percorrem a concepção do projeto ético-político, os seminários

balizadores da construção metodológica e ética das profissões e a lei de regulamentação do Serviço Social.

Saiba que é a partir dos estudos que adquirimos conhecimento. E o conhecimento será o seu passaporte para atuar como assistente social.

Fundamentos ontológico-sociais

Convite ao estudo

Vamos iniciar os nossos estudos sobre a *Ética Profissional em Serviço Social* apresentando os fundamentos ontológico-sociais de sua dimensão ético-moral, base filosófica para o processo de autoconstrução do ser social.

Nesse sentido, a competência técnica desejada indica que o caminho inicial seja conhecer e identificar os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral e suas implicações no serviço social brasileiro. Portanto, o objetivo do conhecimento dos fundamentos ontológico-sociais visa sensibilizá-lo, enquanto ser humano e cidadão, para que, na figura de profissional, você seja reflexivo e tenha uma ação ético-reflexiva.

Agora, vamos trazer um contexto de aprendizagem teórico-prática para tornar o seu aprendizado o mais próximo possível da realidade de diversos profissionais atuantes no Serviço Social. O contexto que apresentamos acontece na cidade de Ventosa, localizada no interior de São Paulo, sendo caracterizada como a principal cidade do "circuito das flores". Anualmente, ela recebe diversas frentes de trabalhadores de outras regiões, sendo a maior porcentagem da região Nordeste do país. A cidade possui aproximadamente 25 mil habitantes, mas tem uma população sazonal conforme a época do ano, por conta dos trabalhadores rurais das flores. Entre os equipamentos públicos, está um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), inaugurado em 2010. Em certa ocasião, uma trabalhadora rural buscou suporte no atendimento social do CRAS com uma assistente social, a quem ela requisitou ajuda, pois o esposo a havia abandonado com os três filhos, todos menores de 12 anos. A trabalhadora declarou que sua renda estava sendo insuficiente para a manutenção e para provisão das despesas básicas da casa. Em situações como essas, que desafio pensar no acesso à renda e na garantia mínima do acesso à alimentação, não? Alguns questionamentos podem ajudar: essa família possui direitos? Por que a renda estava sendo insuficiente? Como identificar a ação ética nessas situações?

Ao longo desta unidade vamos problematizar algumas situações com base no contexto aqui apresentado. Assim, o conteúdo teórico que você irá conhecer e identificar abrange o surgimento da ética enquanto estudo filosófico e a diferença entre o conceito de ética e o de moral. O espaço da ética nas profissões, enquanto conjunto de valores dos coletivos, que, apropriados pelo Serviço Social, regulam a prática profissional, sem deixar de abordar ainda o processo de autoconstrução do ser social. Entretanto, o trabalho enquanto categoria mediadora da natureza e do ser social se torna também a categoria central e mediadora da sociabilidade humana, sendo esses conhecimentos teóricos fundamentados pelo pensamento crítico na ontologia social de Marx como pressuposto teórico-metodológico. Ainda, será necessário entender a ética e o capital humano, para desencadear reflexões sobre a ética profissional do Serviço Social nos seus fundamentos, a partir da compreensão do sujeito na análise histórica. E, finalizando a unidade, vemos a necessidade de compreender a aproximação da ética e da moral nas relações cotidianas a partir das exigências humano-genéricas e o espaço sócio-ocupacional, seus desafios para ação ética, incluindo as legislações específicas para cada área de atuação profissional.

Seção 1.1

Ética, moral e as profissões

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo!

Vimos, no contexto de aprendizagem, que uma trabalhadora rural buscou suporte no atendimento social do CRAS com uma assistente social, a quem ela requisitou ajuda, pois o esposo a havia abandonado com os três filhos, todos menores de 12 anos. A trabalhadora declarou que a renda estava sendo insuficiente para a manutenção e para provisão das despesas básicas da casa.

Sendo assim, desafiamos você a se colocar no lugar dessa mulher trabalhadora e a pensar como ela. Quais os desafios para manter economicamente três filhos? Ser abandonada pelo companheiro, para ela, trata-se de libertação ou de sofrimento? Onde ela poderia procurar ajuda? Ela seria julgada ao pedir ajuda ao CRAS?

Agora, como o CRAS pode pensar a acolhida dessa cidadã? Para acessar benefícios, é preciso ter problemas familiares?

Imagine que você passará pelo atendimento social e que a assistente social agiu na dimensão moralista, responsabilizando-o pelo status em que você se encontra. Pensando o espaço sócio-ocupacional, o seu desafio agora será o de elaborar um questionário com perguntas abertas na dimensão moralista. Seja criativo! Grave um vídeo com essas perguntas, mas faça um pequeno roteiro antes e argumente o quanto a visão moralista pode ser prejudicial para a compreensão do sujeito social, fale sobre o espaço da ética nas profissões enquanto um conjunto de valores e princípios coletivos.

Para auxiliar você a resolver essa situação, desenvolveremos um conteúdo que lhe proporcionará os embasamentos teóricos para identificar e analisar a diferença entre os conceitos de ética e moral e o espaço da ética nas profissões enquanto um conjunto de valores e princípios coletivos, e ainda refletir sobre a necessidade de termos uma ação ético-reflexiva enquanto cidadãos e, principalmente, em nossas profissões.

Mãos à obra!

Não pode faltar

Você já parou para pensar que a ética, enquanto estudo filosófico sistematizado e como um conhecimento racional, surge quase que paralelamente aos estudos da filosofia? Pois bem, embora existam expressões de conhecimento no Oriente e na África, vamos encontrar na Grécia dos séculos III e IV a.C. as primeiras expressões do estudo da filosofia.

A história da ética na filosofia tem em Sócrates o passo mais importante para o desencadear os seus estudos, pois ele **racionalizou** a ética ao preconizar uma concepção sobre o bem, o mal e a virtude.



Vocabulário

Racionalizar: procurar compreender ou explicar (algo) de maneira racional, lógica, coerente. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/racionalizar/>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

Vemos que diversos filósofos, como Sócrates, buscaram examinar a ética como uma área da filosofia que analisava as normas da sociedade, o comportamento/conduta dos indivíduos e o porquê das escolhas entre o bem e o mal.



Pesquise mais

Para conhecer a história de Sócrates e sua importância para a filosofia ocidental, assista ao vídeo:

Grandes pensadores: Sócrates. Disponível em: <<https://youtu.be/809bdDKp1BA>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

A Ética em Platão é analisada pelo aspecto da política, a partir de uma compreensão metafísica e da sua doutrina da alma. Já Aristóteles discursava sobre o homem político e social condenado a viver na pólis.

Quando o Estado Grego entra em decadência, a reflexão da ética filosófica toma novos rumos: do conceito de uma moral da pólis para uma moral do universo. Ou seja, o pensamento matriz do estoicismo (representado aqui por Sêneca e Epicteto) e o pensamento matriz do epicurismo (representado aqui por Epicuro e Tito) tomam a natureza (a física) como referência para a moral. Porém, qual a importância do pensamento do estoicismo e do epicurismo para a filosofia e, mais precisamente, para a ética?

Bom, podemos dizer que, para o estoicismo, Deus é a “razão final” do Universo/ Cosmo. Nada que não esteja determinado por Deus acontece. E é para ele que todo indivíduo é destinado. Portanto, “o bem supremo é viver de acordo com a natureza, ou seja, de acordo com a razão”. Já os epicuristas acreditavam que o átomo é o grande ordenador de tudo quanto existe. O homem é protagonista de sua vida, pois não há determinações divinas em suas ações. Por isso, o “bem viver” se resume na procura do prazer espiritual. Ambos os pensamentos possuem influências dos pensamentos filosóficos de Sócrates.

Avançando na linha do tempo, verificamos que, na Idade Média, a religião cristã sustentava a “unidade social” do velho mundo. Assim, exercia um domínio religioso e moral que conduziu a reflexão intelectual dessa época.

Para a ética nesse período, vamos encontrar os pensamentos filosóficos de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino, que, mesmo a serviço da teologia, voltam-se ao berço grego da filosofia, bebendo em Aristóteles e Platão os ensinamentos e incorporando-os ao processo de cristianização.

Ambos tornam-se marcos da primeira reflexão filosófica cristã ao atribuir um significado ontológico e ético que se articula à ideia de fim. Portanto, a ordem é o elemento que conduz o homem ao fim último, ou seja, à plena realização. Tomás de Aquino foi influenciado por essa ideia agostiniana e procurou desenvolvê-la na ideia de ato, pela qual se dá a perfeição do ser em sua ordem. Em síntese, Tomás de Aquino estrutura uma abordagem ética prescrita por três expoentes conceituais: a estrutura do agir ético, a estrutura da vida ética e a realização histórica da vida ética.

Na Modernidade, a Ética se estrutura dentro da corrente filosófica Racionalista. O homem torna-se o centro das reflexões, enquanto a religiosidade perde prestígio diante da ciência moderna, como as ciências desenvolvidas por Galileu e Newton.

René Descartes (1596-1650) foi o primeiro filósofo moderno a escrever sobre a ética. Descartes abre o caminho para o “eu pensante”. No seu livro *Discurso do método*, desenvolve questões que problematizam a reflexão ética.

Em Immanuel Kant (1724-1804), a ética filosófica atinge o seu auge: parte da concepção de um feito da moralidade, em que preconiza um sujeito individual, livre e autônomo. A máxima de seu postulado ético está no imperativo categórico: “age de maneira que possas querer que o motivo que te levou a agir se torne uma lei universal”.

No século XIX, o filósofo alemão Friedrich Hegel (1770-1831) questionou e refletiu de maneira singular a tríade homem, cultura e história, apresentando o conceito de que as relações sociais determinam a ética.

Hegel, em sua análise, compreende que a ética carrega em si o elemento político. O elemento ético-político traduz que qualquer ação humana positiva é uma ação

política positiva. Por essa perspectiva, a ação ética caminha ao encontro de relações sociais mais justas e igualitárias.

Hegel concebe que o Estado livre só é um Estado de direito ao garantir que o ideal ético preserve direitos. Evidencia ainda que os problemas éticos se encontram em três momentos da eticidade, que são a família, a sociedade civil e o Estado, e uma ética concreta não pode ignorá-los (VALLS, 1994).

A ética filosófica no mundo contemporâneo é instaurada por três paradigmas éticos: o Empirismo, voltado para a análise do psiquismo humano, de predominância do individualismo; o Racionalismo, iniciado por Descartes e desenvolvido na ótica de uma moral racional de domínio da natureza; e o Historicismo, de tradição alemã, “da qual o éthos é uma forma fundamental, o campo privilegiado para o exercício da reflexão ética” (VAZ, 1999, p. 354-355).

Como vimos, a relação histórica da construção teórica da ética foi se fundamentando ao longo do tempo.

A ética e a moral possuem diferenças conceituais e práticas. A ética na filosofia estuda os valores que regem os relacionamentos interpessoais, como as pessoas se posicionam na vida e de que maneira elas convivem em harmonia com as demais.

Gilberto Cotrim define que



A ética é uma disciplina teórica sobre uma prática humana, que é o comportamento moral. A ética tem também preocupações práticas. Ela orienta-se pelo desejo de unir o saber ao fazer. Como filosofia prática, isto é, disciplina teórica com preocupações práticas, a ética busca aplicar o conhecimento sobre o ser para construir aquilo que deve ser. (COTRIM, 2004, p. 264)

Os conceitos de moral e ética, embora sejam diferentes, quase sempre são utilizados como sinônimos, pois trazem em sua raiz a mesma etimologia. A moral vem do latim *mos* ou *moris*, que pode ser traduzido como “maneira de se comportar”. Já a ética vem do grego *ethos* que tem o mesmo significado de caráter, costume. Os gregos atribuíam um sentido ao homem de bons costumes que era o mesmo do homem de bom caráter. Por isso, os termos Moral e Ética se confundem, mas guardam entre si certas diferenças. Em outras palavras, ética e moral se referem ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros.

A moral é definida como o conjunto das regras ou normas de conduta admitidas por uma sociedade ou por um grupo de homens em determinada época (VALLS, 1994). Assim, o homem moral é aquele que age bem ou mal na medida em que acata ou transgride as regras do grupo.

A exterioridade da moral contrapõe-se à necessidade da interioridade, da adesão mais íntima. Portanto, o homem se torna um herdeiro, criador e recriador de cultura e terá uma vida autenticamente moral se, diante da moral composta, for capaz de propor a moral desejada. Mesmo quando queremos manter as antigas normas, há situações críticas enfrentadas devido à especificidade de cada acontecimento. Tendo em mente esse pensamento filosófico, você pode imaginar o que faz, por exemplo, uma pessoa se manter num casamento que a faz sofrer? Esse seria o caso da trabalhadora rural que apresentamos no convite ao estudo.

Sobre tais atitudes, a filosofia diz que ética ou filosofia moral é a disciplina filosófica que se ocupa com a reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral (VALLS, 1994). Contudo, essa reflexão pode seguir as mais diversas direções, estando sujeita à concepção de homem que se toma como ponto de partida.

Algumas perguntas são necessárias para pensar no ponto de partida. No cotidiano, podemos nos questionar se conseguimos realizar a suspensão das atividades corriqueiras, para refletirmos sobre a nossa prática profissional e verificar se estamos coerentes com os princípios éticos de nossa profissão.



Assimile

Moral: conjunto de regras que visa orientar a ação humana, submetendo-a ao dever, tendo em vista o bem e o mal. Conjunto de normas livre e conscientemente aceitas que visam organizar as relações dos indivíduos na sociedade. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/19686710-Capitulo-1-a-diferenca-entre-moral-e-etica.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

A ética, enquanto conhecimento teórico sobre os valores humanos, é tema transversal às profissões. Nos estudos dos fundamentos ontológico-sociais, a autora Barroco (2006, p. 69) expõe que "a ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações fundantes extrapolam a profissão, remetendo às condições mais gerais da vida social".

Por sua percepção conceitual, os valores morais e éticos profissionais foram e são construídos diante do contexto histórico e social ao qual determinada categoria

profissional pertence. Assim, os valores construídos pelos sujeitos são incorporados pela ética profissional, que reflete os valores do coletivo profissional, sendo regida pelo ritual da compreensão dos valores individuais para a sua realização coletiva no social.



Assimile

O caminho da ética profissional para a ética sugere valores pessoais assim como aqueles impostos pela sociedade.

No processo histórico ocorreram mudanças significativas nas relações de trabalho, alterando assim a perspectiva moral e ética. Os senhores feudais passam a impor o modelo moral cotidiano, de submissão dos escravos, servos e artesãos.

Os séculos do XV ao XVII se caracterizaram como o período de expansão e de formação das cidades e dos comércios, no qual surge a acumulação primitiva, da qual, depois, emergiu o capitalismo.

Para os trabalhadores da época, a moral do trabalho era a moral da família. Ou seja, a moral dessa relação era a da submissão sem queixas.

De acordo com Simões (2003, p. 62),



As relações de produção eram simultaneamente de parentesco, e estas organizavam a produção. Não havia separação. A divisão do trabalho estava estabelecida por sexo e idade [...] não havia a separação do grupo família, relativamente ao trabalho.

Na modernidade, a ética profissional inicia-se com a divisão social e técnica do trabalho. Nesse sentido, a moral foi utilizada para justificar as relações de exploração na sociedade capitalista.

As contradições da moral com os valores estabelecidos pelas profissões desencadearam a elaboração de códigos para expressar os valores e princípios desejados.

A moral do trabalho se diferencia da ética profissional. Simões (2007) define que a principal diferença é que a moral do trabalho é elaborada a partir dos sujeitos, dos trabalhadores, que, de forma conjunta, estabelecem normas de conduta coletivas.

O código de ética, por sua vez, unifica e converge valores, de acordo com Simões (2007, p. 471):

O código de ética, como todos os códigos, deve ser interpretado como uma norma não contraditória, por sua natureza. É um sistema que unifica e converge valores. Esta concepção é fundamental, em qualquer formação social, pois se for contraditório não exerce sua instrumentalidade.

O código de ética norteia as ações dos profissionais por conta do seu conteúdo expressar os princípios e valores das profissões.



Refleta

Você acredita que os valores pessoais e a subjetividade de cada trabalhador são mais importantes e significativos na intervenção profissional do que os valores éticos estabelecidos no código de ética do Serviço Social?

A subjetividade de cada trabalhador diz respeito à instrumentalização da ética no cotidiano e isso não deixa de ser uma possibilidade para a incorporação de novos sentidos éticos para a prática profissional.

Os novos valores, quando incorporados, terão validade se aceitos e apreendidos pelos profissionais, saindo do campo da abstração (MOTTA, 1984, p. 73).



Vocabulário

Abstrato: é tudo aquilo que só existe na ideia, no conceito. Em filosofia, abstrato é toda representação que não corresponde a nenhum dado sensorial ou conceito. É aquilo que é de compreensão difícil.

Disponível em: <<https://www.significados.com.br/abstrato/>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Os valores éticos profissionais vêm nortear e clarificar a visão do ser social, dando assim uma direção social e uma consciência crítica da realidade. Barroco (2006, p. 68-69) esclarece que:

Dentre as determinações da ética profissional encontra-se o conhecimento, dado pela base filosófica incorporado pela profissão. Esse aspecto também é contraditório e conflitioso, uma vez que a formação profissional, mediante a qual se adquire um conhecimento filosófico capaz de fundamentar as escolhas éticas, não é o único referencial profissional; somam-se a ele as

visões de mundo incorporadas socialmente pela educação moral primária e por outras instâncias educativas, tais como os meios de comunicação, as religiões, os partidos políticos, os movimentos sociais etc.

Para tanto, a construção dos valores éticos presentes no código de ética é o reflexo do próprio processo histórico da profissão na sociedade, formada por sujeitos coletivos que, ao se apropriarem desses valores, possibilitam a legitimação política da profissão, pois sua direção social está voltada para a sociedade como um todo.

Nesse contexto, vemos que o pensamento crítico, apresentado pelo filósofo, economista e grande pensador da teoria social crítica Karl Marx (1818-1883), trouxe outro conceito ao ser social, em relação ao conceito de ética, caracterizando as diferenças do homem em relação a outros seres vivos da natureza.

Para a teoria crítica, o ser social é identificado como o ser real, com sua concretude e historicidade, e que se constitui dialeticamente. Tem a sua vida objetiva na composição do seu cotidiano, vivendo numa sociedade mediada pela luta de classes e pela exploração do homem pelo homem, vinculado às diferenças do capital versus trabalho.



Exemplificando

Conforme matéria de veiculação nacional, o Brasil adotou, a partir de 2014, um novo critério para a definição de classes sociais, através da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (ABEP), que representa a atividade de pesquisa de mercado, a opinião e a mídia do país. O conceito está no livro *Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil*, lançado dia 15 de agosto de 2013, elaborado pelos professores Wagner A. Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo). O critério contrasta com o usado pelo Governo Federal, lançado em 2012 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Uma das diferenças é que estabelece sete estratos sociais, enquanto o da SAE aponta oito.

O pensamento da teoria social crítica diferencia o ser social dos animais, ao estabelecer que o homem tem a transcendência em transformar a própria natureza, de modo que, ao transformá-la, modifica a si mesmo. Assim, os homens se tornam seres sociais ao buscarem condições de transformação da natureza para a sua sobrevivência (MARX; ENGELS, 2005).

Já a autora Barroco (2008) define que o ser social, em seu processo de autoconstrução, transforma a natureza através de mediações com projeções das suas finalidades e as concretiza na vida social.

Lukács interpreta que o trabalho é a mediação para a transformação do ser social:

[...] o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. (LUKÁCS apud BARROCO, 2008, p. 21).

Nesse processo definido por Lukács, a reprodução social determina alterações e reproduções do modo de sociabilidade constitutivo para a vida social. Assim, arquitetam a construção de maneiras diferentes e mais emaranhadas para atender às necessidades individuais e grupais.

No trabalho, o ser social se concretiza através da objetivação das projeções teleológicas e estabelece finalidades que se propõe a realizar e, para concretizá-las, escolhe ou cria possibilidades de materialização dessas projeções.

O trabalho gera transformações e novas demandas e soluções. Estabelece um processo que permite que o princípio da liberdade não seja apenas para a tomada de decisões, mas, sim, para propor escolhas possíveis no cotidiano.

As escolhas possíveis no cotidiano recebem a avaliação de acordo com sua capacidade de efetivação:

[...] apenas a objetivação real do ser para nós faz com que possam realmente nascer valores. E o fato de que os valores, nos níveis mais altos da sociedade, assumam formas mais espirituais, esse fato não elimina o significado básico dessa gênese ontológica. (LUKÁCS apud BARROCO, 2008, p. 27)

”

Sem medo de errar

Para a resolução da situação-problema, o argumento teórico necessário é que você, aluno, consiga identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, não simplesmente que as reproduza sem fazer observações à luz do pensamento empírico/teórico. Lembre-se: você deve elaborar um questionário e também um roteiro para, em seguida, gravar um vídeo de um minuto argumentando sobre a ética profissional existente para trazer um padrão coletivo profissional como modelo e/ou como um caminho a percorrer, a superar.

No caso da situação-problema algumas questões, carregadas de preconceitos e de senso comum, compõem o rol de perguntas que o exercício propõe.

Observemos que a tendência, na dimensão moralista, é que as perguntas se tornem quase afirmativas. Como, por exemplo: você não trabalha porque não quer? Por que teve tantos filhos? Olha, nossa ajuda é por pouco tempo, tá?

Colocar-se no lugar da pessoa atendida remete à compreensão da noção de ética, da ética profissional e da dimensão da moral. Discorremos sobre o conceito de moral e de ética no corpo do texto teórico que podem auxiliá-lo na resolução da situação-problema.

E por que não cabem perguntas de senso comum? Não cabem porque carregam em si rótulos, preconceitos, machismo, entre outros elementos. Lembre-se que a ética profissional existe para trazer um padrão coletivo profissional como modelo e/ou um caminho a percorrer, a superar.



Atenção

O ponto crítico da situação-problema é perceber o quanto usamos o senso comum no cotidiano, na construção das nossas intervenções.

Avançando na prática

Superando o senso comum

Descrição da situação-problema

Maria compareceu ao atendimento social no CRAS em busca de suporte para retornar para a sua cidade de origem. Como trabalhadora sazonal, não teve renda suficiente para acessar as condições mínimas de sobrevivência, como o pagamento do aluguel e das contas de água, energia e alimentação. Procurou o atendimento social solicitando apoio para o pagamento de sua passagem, para que possa retornar para sua cidade natal no norte de Minas Gerais, pois está sozinha na cidade. O esposo e os filhos já foram embora com o pouco dinheiro que conseguiram no trabalho na lavoura de uva, porém a renda não foi suficiente para pagar a passagem dela. Maria não possui parentes na cidade e não criou vínculos comunitários significativos que pudessem ajudá-la nesse suporte. Como o assistente social poderia direcionar essa situação de forma ética, garantindo acesso a esse benefício?

Resolução da situação-problema

A situação de renda dos trabalhadores rurais sazonais no Brasil expõe a necessidade da garantia de serviços que nem sempre são do escopo de atuação dos CRASs. A

liberação de passagens não é um benefício regulado/normatizado em quase todas as cidades brasileiras com o entendimento de que se trata de um benefício da política de assistência social.

Para essa resolução há algumas possibilidades, que refletimos sobre o ponto de vista ético, garantindo o retorno da cidadã para a sua cidade de origem. Antes de falarmos sobre as possibilidades, cabe uma reflexão: do ponto de vista ético, a cidadã, apesar de não ser natural na cidade onde trabalha, é brasileira, e mesmo que não fosse, algum serviço deve ser afiançado para que ela não fique em risco social.

A primeira possibilidade é que o assistente social mapeie com ela a rede que construiu na cidade. Identifique todas as formas de contato que ela teve e se foram significativos a ponto de darem esse suporte. Se sim, que pergunte se ela acha que consegue dialogar sobre essa situação ou se precisa que ele, enquanto profissional, faça essa mediação.

Uma segunda possibilidade é que o assistente social leve essa situação para sua coordenação e que proponha a escrita de um relatório social, com a avaliação social dos riscos em seus pormenores, caso ela fique em situação de rua, solicitando, assim, que a prefeitura compre a passagem. Essa possibilidade é real e, se justificada, as prefeituras não encontram problemas com o Tribunal de Contas.

Em ambas as resoluções, o assistente social não se esquivava da situação. Traz para si uma questão séria enfrentada pelos trabalhadores sazonais.

Em ambas as situações cabe ainda uma terceira ação. Essa ação, do ponto de vista ético, é ser proativo. O assistente social pode levantar essa questão com a gestão pública, propondo um diagnóstico social coletivo com outros colegas assistentes sociais, para que exista um fluxo quando ocorrerem novas situações como essa. Em síntese, agir eticamente é entender o espaço sócio-ocupacional em que se encontra alguém e entender que as necessidades, as demandas que as pessoas possuem, são reflexos de uma conjuntura, que permite a ação do profissional.

Faça valer a pena

1. A ética, enquanto estudo filosófico sistematizado e, como um conhecimento racional, surge quase que paralelamente aos estudos da filosofia. Embora existam expressões de conhecimento no Oriente e na África, vamos encontrar na Grécia as primeiras expressões do estudo da filosofia, que, como estudo refletido, emerge na avaliação do cotidiano do comportamento humano em relação a suas escolhas e a seu modo de viver.

Identifique, na história da filosofia da ética, o filósofo grego que desencadeou os estudos da ética:

- a) Aristóteles.
- b) Immanuel Kant.
- c) Epicuro.
- d) Sócrates.
- e) Platão.

2. Os conceitos de moral e ética, embora sejam diferentes, quase sempre são utilizados como sinônimos. A ética ou filosofia moral se ocupa da reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral. Essa reflexão pode seguir as mais diversas direções, dependendo da concepção de homem que se toma como ponto de partida, ou seja, da cultura e espaço que se ocupam.

Com base no trecho apresentado como texto-base, a ética pode ser definida como:

- a) Um conjunto de regras que determina como deve ser o comportamento dos indivíduos em um grupo.
- b) Estudo dos valores que regem os relacionamentos interpessoais e de como as pessoas se posicionam na vida.
- c) A vida autenticamente moral constituída, que questiona para a moral constituinte.
- d) A livre e consciente aceitação das normas.
- e) O ato moral da aceitação das normas.

3. Na modernidade, a ética profissional inicia-se com a divisão social e técnica do trabalho. Nesse sentido, a moral foi utilizada para justificar as relações de exploração na sociedade capitalista. As contradições da moral com os valores estabelecidos pelas profissões desencadearam a elaboração de códigos para expressar os valores e princípios desejados.

Para definir a ética profissional, o que precisamos reconhecer?

- a) Os valores construídos pelos sujeitos sociais e políticos, num processo de produção e reprodução da vida material e espiritual, que se entrelaça aos valores históricos, estabelecidos na formação complexa e contraditória da sociedade.
- b) A condição empírica e subjetiva de formação de cada profissional, no processo de intervenção da prática cotidiana.
- c) A necessidade da formação cultural multidisciplinar.

- d) Os valores estabelecidos pelo sistema capitalista e como poder afiançá-los na intervenção profissional.
- e) O espaço sócio-ocupacional e as demandas institucionais.

Seção 1.2

Ontologia social de Marx e a ética

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo aos estudos da ontologia social de Marx e da relação do seu trabalho crítico com a ética.

Vimos, no contexto de aprendizagem, que uma trabalhadora rural buscou suporte no atendimento social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com uma assistente social. Ela requisitou ajuda no atendimento social, pois o esposo a havia abandonado com os três filhos, todos menores de 12 anos. A trabalhadora declarou que a renda estava sendo insuficiente para a manutenção e para provisão das despesas básicas da casa.

Imagine que a assistente social não estava disponível para atender a trabalhadora rural. Como a recepção do CRAS percebeu que ela estava abalada, com vergonha e começando a chorar, você foi acionado para atendê-la como estagiário de Serviço Social.

Ao acalmá-la, você identifica que a situação da família é grave pela vulnerabilidade de renda. Ela, durante o diálogo, solicita dinheiro para comprar alimentos para os filhos. E agora? Como agir? É ético liberar dinheiro para a usuária do serviço? Liberando o dinheiro solicitado, você a trata com respeito? O estudo da ontologia social de Marx pode auxiliar e dar subsídios para a atuação profissional cotidiana. Imagine você dando o retorno desse atendimento para a sua supervisora de estágio no campo de trabalho. Como você agiria nessa situação? O que deveria contemplar o relatório do atendimento à solicitação da trabalhadora rural? Quais dados do atendimento podem descrever a sua impressão sobre ele? Alguns elementos podem compor a sua impressão, se você destacar a solicitação do atendimento emergencial pela recepção e a solicitação do dinheiro. Mãos à obra!

Deixe-me ver, com esse desafio lançado, elabore o seu relatório e contemple, ainda, o que você explicou para ela e quais propostas de encaminhamento pode dar. Não se esqueça: utilize o conhecimento expositivo/teórico da seção, que afiança e estimula entender a ontologia social de Marx, identifica o trabalho enquanto categoria mediadora da relação de transformação do ser social e de sua sociabilidade, bem como reflete sobre o conceito de capital humano, em detrimento do pensamento crítico histórico-materialista.

Não pode faltar

Vamos dialogar sobre a teoria social crítica?

O estudo ontológico histórico-materialista, ou a ontologia do ser social, teve em Karl Marx a criticidade necessária para o pensamento da sociedade contemporânea. No entanto, para que possamos discutir a ontologia do ser social e a ética, precisamos recorrer a outro autor, Gyorgy Lukács (1885-1971). Esse autor teve importância ímpar para a vitalidade das obras de Marx, pois enquanto outros autores se afastaram do marxismo com suas interpretações, Lukács revigorou e recuperou a perspectiva teórico-filosófica de Marx.

A criticidade histórico-materialista da relação do homem (ser social) com a natureza (ser natural) destaca o trabalho como categoria mediadora da ontologia do ser social, ou seja, um dos condicionantes da sociabilidade humana. Portanto, o trabalho é mediador para compreender o ser social.



O trabalho – que forma valores de uso, enquanto trabalho útil é condição de existência do homem independente de todas as formas de existência. [...] O Trabalho é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza. (PONTES, 1989, p. 8)

O trabalho enquanto uma atividade humana, criadora e produzida coletivamente, [...] é categoria central, mediação da sociabilidade, criador de riquezas e da transformação humana [...]. Deveria, portanto, possibilitar o desenvolvimento pleno e responder às necessidades vitais dos indivíduos (ANTUNES, 2006).



Vocabulário

Sociabilidade: 1. Qualidade de sociável. 2. Tendência natural para não viver isolado, mas sim em sociedade. 3. Apresentação e maneiras de quem vive

em sociedade. 4. Urbanidade. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=9ov59>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Marx, nos *Manuscritos de Paris ou Manuscritos Econômico-Filosóficos*, escrito em 1844, já alertava que, se o trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades, pode ser evitado como uma praga ou peste.

Vejamos, ao negar a concepção do trabalho como parte da natureza do homem, vamos compreender o processo de constituição da alienação do trabalho. Marx (2008, p. 82-3) sinaliza que isto vai ocorrer por,

[...] primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades.

”

Para Marx, o caráter alienado do trabalho se dá quando o trabalhador não se reconhece nas ações, ou seja, quando sente que o resultado de suas ações não pertence a ele, mas a outras pessoas.

Quando pensarmos a produção e a reprodução das relações sociais, com base nos entendimentos de alienação propostos por Marx, permitimos “dar luz” aos “vazios” da prática profissional. Para que isso possa ser compreendido, vemos que o significado social da profissão na sociedade capitalista participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas. E vemos que a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade social de determinado modo de vida: o cotidiano de viver e trabalhar do homem na sociedade.



Pesquise mais

A totalidade social é uma categoria estudada e revista no Serviço Social. Para compreender as discussões dos elementos e as concepções da totalidade social, enquanto categoria que dimensiona a ruptura conservadora ao propor ao profissional superar a concepção da compreensão do indivíduo

de forma fragmentada, portanto, compreendendo o indivíduo como um ser ontológico, ligado ao conjunto, ao todo. Veja o artigo disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/edicion7/eh0708.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Vamos lá, pela perspectiva dos dados discutidos, e tendo como panorama as expressões da questão social, a tela atual da reprodução social continua em constantes transformações. Apesar de ser um processo natural, as consequências do processo não são naturais. Como vimos na situação-problema, o dilema da população por acesso aos benefícios de transferência de renda e alimentação compõem parte significativa das demandas da população brasileira que acessa os CRASs.



Exemplificando

Você já parou para pensar que as expressões da questão social, são mais comuns no cotidiano dos assistentes sociais do que se pensa? Vejamos, o atendimento cotidiano nos serviços de assistência social, saúde ou previdência social não dizem respeito só ao acesso aos direitos sociais, mas dizem que a necessidade do acesso é a consequência da ausência de cobertura, para além dos mínimos sociais.

Lessa (2006, p. 6), ao definir a reprodução social, vai resgatar a teleologia intrínseca em todo ser humano e expandir a relação homem/natureza na transformação do trabalho às transformações nas relações da sociedade:



[...] todo ato de trabalho resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa. É este rico, contraditório e complexo processo que, fundado pelo trabalho, termina dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, que é denominado de reprodução social.

Nas ações cotidianas, é importante que você, aluno, identifique e perceba que as mudanças interferem diretamente nas demandas impostas ao Serviço Social. Assim, é preciso conhecer essa categoria e trazer conhecimento.

Compreender a produção e a reprodução das relações sociais é perceber que

as mudanças que ocorrem na relação trabalho e natureza e, mais recentemente, a reestruturação produtiva, não alteram somente a relação homem/natureza, mas também a relação e a sociabilidade dos indivíduos entre si, pois eles também têm que responder às novas necessidades e explorar novas possibilidades, postas às novas situações que surgem.



Pesquise mais

Paul Singer, economista e professor brasileiro, define a reestruturação produtiva como a série de mudanças ocorridas com os novos processos produtivos a partir das inovações tecnológicas e das alterações nas relações de trabalho, sinalizando uma "Terceira Revolução Industrial". Veja: Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Pensar a mediação do trabalho e a relação com a constituição do sujeito social, bem como entender qualquer processo de alienação, incide por constatar que:

Os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecidos. (ANTUNES, 2006, p. 19)



Em síntese, a cisão entre o sujeito e o trabalho por ele desenvolvido desencadeia no processo divergente que denominamos de estranhamento. O estranhamento ocorre pelos indivíduos/sujeitos não se apropriarem daquilo de que foram autores, daquilo que realizaram e produziram. Nesse sentido, não se apropriam do processo de produção e reprodução nas relações sociais. O estranhamento ao trabalho é algo identificado no cotidiano dos assistentes sociais, ao lidar com os sujeitos no atendimento social, no trabalho em grupo, entre outras atividades.



Vocabulário

Cisão: ação ou efeito de cindir, divergência de opiniões, separação de interesses. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=cis%C3%A3o>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

No *Serviço social*, a autora Barroco (2006) contribui significativamente ao pensamento dessa cisão, do não reconhecimento do sujeito sobre o seu trabalho, da

apropriação da riqueza por ele constituída. Ela apresenta e discute que a alienação se configura, cria e recria em novas formas e ocupa todas as dimensões da vida social.

Você já parou para pensar sobre a alienação? Veja esta concepção do autor Sérgio Lessa. Ele define a alienação como “processo social pelo qual a humanidade, no seu processo de reprodução, produz sua própria desumanidade, sua própria negação enquanto ser humano” (2006, p. 10). Lessa aprofunda o tema e conclui que as desumanidades, a alienação e os reflexos que dela são derivados são construídos pelos próprios homens.

Entretanto, é possível pensar em outro processo de não exploração do homem pelo homem? Uma alternativa ao trabalho explorado é que os homens tenham a sua capacidade criadora de forma livre e consciente, contrária assim à exploração, à alienação. Deste modo, o ser social, “o trabalhador”, pode, mesmo sujeito a regras institucionais, ampliar suas forças, suas potencialidades.



Refleta

Como podem Marx, Barroco e Lessa questionar o conceito de trabalho e afirmar que, se ele não for satisfatório, ele é prejudicial? É isso que entendemos sobre a concepção do trabalho? A busca pelo conhecimento acadêmico para você é uma alienação ou uma formação profissional para atuação na realidade social? A sua formação profissional é o desejo íntimo de sua satisfação?

No processo de exploração do capitalismo, do homem pelo homem, as novas morfologias no mundo do trabalho adentraram fundo no operariado industrial tradicional, o que acarretou em metamorfoses no mundo do trabalho. As garantias ao trabalho foram reduzidas ou mesmo eliminadas. Revivemos, de tempos em tempos, situações de exploração do trabalho que pareciam relíquias da história, como o trabalho semiescravo e o infantil.



O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças [...]. Condensa a banalização do humano que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social e dos sujeitos que o realizam na era do capital fetiche. (IAMAMOTO, 2008, p. 125)

Com esse panorama macroeconômico e político, a configuração do capital fetiche conduz à banalização do humano, com as novas morfologias do trabalho, não para adequação à qualidade de vida do humano, para a sustentação da vida e pela justiça social, mas sim para a sua desarticulação social, para a sua exploração nos ditos três turnos de trabalho, e pelo acúmulo de poder para poucos.

Como abordamos na situação-problema, os assistentes sociais atuam nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, e nos reflexos das necessidades dos sujeitos, por exemplo, para acesso a direitos sociais.



Faça você mesmo

Você já parou para pensar que o discurso do profissional representa a prática individual e subjetiva dele enquanto sujeito, mas que possui como referência os princípios e valores do Código de Ética? Faça uma pesquisa aleatória com algum profissional do Serviço Social. Peça que responda o que são para ele as expressões da questão social. Veja que já estudamos esse conceito.

Na prática profissional, os discursos dos assistentes sociais tendem a dizer sobre a direção ética e teórica que fundamentam as suas intervenções. Para que as falas estejam assimétricas aos valores e princípios expressos no Código de Ética Profissional, pense, é necessário romper com os valores morais particulares e subjetivos, que denotam e enraízam alienação, senso comum, preconceitos, estereótipos, racismos. O diálogo deve ser pensado para além do discurso fatalista ou messiânico. Barroco (2006) exemplifica que, enquanto o fatalismo pretende naturalizar a vida social, resultando numa prática de subjugação do profissional ao instituído, o messianismo vai privilegiar os propósitos do profissional individual, voluntarioso, ou seja, “o messias” dos sujeitos.

Por esse sentido, vamos encontrar, também em Iamamoto, a dualidade e os conflitos entre as duas perspectivas:

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direito e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2008, p. 424).



No cotidiano, ao adotar as diretrizes do Código de Ética, os assistentes sociais contribuem para a construção de um projeto societário, contrário ao modelo de sociedade vigente, tendo como compromisso valores e princípios afiançados pelo Código de Ética, como, por exemplo, o respeito à liberdade.

Para a realização de uma prática competente e orgânica, o assistente social deve observar a totalidade dos fatos e entender a relação entre o imediato e as mediações mais profundas das questões e compreender as correlações de força, os conflitos existentes no campo de atuação profissional, para legitimar a direção do projeto ético-político.



Assimile

Na produção e reprodução das relações sociais, os assistentes sociais podem contribuir para a construção desse projeto societário, com a adoção, no cotidiano, de algumas diretrizes do Código de Ética.

É preciso que o profissional exerça a capacidade de crítica, a capacidade de buscar os fundamentos, a essência da crítica. A competência política e teórico-metodológica contribui para:



[...] demarcar os limites e alcances da prática profissional alicerçados num conjunto de habilidades que vão desde o reconhecimento das particularidades do terreno de atuação do Serviço Social e suas implicações político-ocupacionais até o domínio dos recursos técnico-instrumentais mobilizados para analisar e intervir sobre algum aspecto da realidade, como para sistematizar e refletir sobre sua própria prática. (ALMEIDA, 1996, p. 41)

Nesse conjunto de complexos sociais, o Serviço Social vai consubstanciar o complexo processo de desenvolvimento dos homens, que é a própria reprodução social.



Pesquise mais

Os complexos sociais são os conjuntos de relações sociais que se distinguem das outras relações pela função social que exercem no processo reprodutivo. Leia o conteúdo disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/producao_reproduca0_1999.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Na contemporaneidade, o processo de desenvolvimento dos homens, a partir dos estudos modernos das organizações sociais, incidiram na temática do capital humano, que surge ligada à disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, na década de 1950, tendo em Theodoro W. Schultz o embasamento para se tornar uma referência. Todavia, o que é o capital humano e qual a sua relação com a ética?

A teoria do *Capital humano*, inicialmente discutia como tema central que o trabalho humano, quando qualificado, era um meio para a o aumento da produtividade e, conseqüentemente, das taxas de lucro do capital. Tão espantosa era a teoria, que realmente traduziu a interpretação das disparidades sociais e econômicas, simplesmente pelo viés do lucro do capital. Siqueira (2014) trata do capital humano e levanta discussões significativas, como a vinculação da teoria do capital humano incorporada pelo pensamento neoliberal. De tal forma que o capital humano explicaria as desigualdades no desenvolvimento econômico dos países.

Aqui, o “trabalho” desaparece como categoria central de análise e é absorvido no interior do conceito de “capital”, o qual vem adornar o título da especial característica do trabalhador: o “humano”. (SIQUEIRA, 2014, p. 244-245)



Traduz-se então que, ao aplicar a ideia do capital aos seres humanos, a finalidade é a transformação das pessoas em capital a serviço das empresas. E também que, para o pensamento marxista, o conceito de capital humano se traduz numa ideologia de transformação do [...] trabalhador num capitalista, como proprietário de um tipo de capital: sua força de trabalho (SIQUEIRA, 2014, p. 244-245). Ou seja, o capital proporciona o aprimoramento pessoal para ter o retorno financeiro, não para a emancipação humana e/ou teleológica.

Assim, para o Serviço Social, o conceito do capital humano perpassa e ultrapassa o cotidiano profissional. O desafio posto é relacionar a práxis profissional de forma ética, para as garantias possíveis, conforme o projeto ético-político.

Concluindo a seção, convidamos você, aluno, a utilizar os elementos apresentados para resolver a situação-problema. Vamos adiante?

Sem medo de errar

Pensando a resolução da situação-problema, convidamos você, aluno, a utilizar o argumento teórico necessário. Veja se já consegue identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, bem como se já consegue relacionar a teoria à prática.

A situação-problema nos remete a questões da acolhida e do agir ético. Para acessar os direitos básicos e/ou fundamentais, muitas vezes, qualquer alternativa que atenda a necessidade posta vira uma oportunidade. Para essas situações, em que a vulnerabilidade de renda é grave e os usuários dos serviços solicitam dinheiro, como agir?

Na produção e reprodução das relações sociais, o ser social, inserido no contexto econômico de políticas neoliberais, age conforme as possibilidades.

É ético liberar/doar dinheiro para a usuária do serviço, trabalhadora rural, tendo em vista a disparidade social e econômica do país? Essa é uma ação fatalista ou messiânica nesse contexto?

Liberando o dinheiro solicitado, ela está sendo tratada com respeito? Como você agiria nesta situação? Qual fundamento teórico caberia contemplar em um relatório do atendimento a essa solicitação? Sugerimos que reveja o conteúdo teórico apresentado na dimensão do discurso profissional na produção e reprodução das relações sociais para compor seu relatório.

Perceba que, ao se colocar no lugar da pessoa atendida, a compreensão é outra. No processo de alienação corremos o risco de agir sem fundamentos éticos.



Atenção

O ponto crítico da questão é identificar a demanda/necessidade apresentada (solicitação do dinheiro) pela usuária/trabalhadora rural e relacionar ao conteúdo teórico, ou seja, relação teoria e prática.

Avançando na prática

Na prática, o discurso é outro?

Descrição da situação-problema

Carlos é estagiário de Serviço Social e cursa o 7º semestre, no período noturno. É solteiro, filho de mineiros e reside no centro da cidade de São Paulo. Os pais mudaram para a “terra da garoa” em busca de melhores condições de vida. Carlos realiza o estágio em uma Organização Não Governamental (ONG) na periferia, seguindo as regras conforme a lei do estágio.

Ocorre que o Carlos foi abordado, um dia desses, no ponto de ônibus, por uma mulher com dois filhos pequenos. Ela aparentava uns 30 anos de idade e os filhos eram crianças, sendo um bebê, que a mãe segurava ao colo. A mulher solicitou dinheiro para comprar leite aos filhos, pois estava desempregada. Carlos, se lembrou

da faculdade, mas teve dúvida em liberar/doar ou não o dinheiro para a mulher. Como podemos pensar em ajudar o Carlos a resolver essa questão? Enquanto estagiário de Serviço Social, Carlos tem alguma obrigação com essa mulher?

Resolução da situação-problema

Os centros urbanos no Brasil não diferem em relação às expressões da questão social e, por outro lado, acirram as desigualdades em relação às periferias. Os programas de transferência federais, estaduais e municipais são alternativas concretas para a garantia de acesso à renda às famílias em vulnerabilidade de renda. Funcionam como respostas das políticas sociais ao modelo econômico capitalista do neoliberalismo.

Cabem aqui algumas considerações, antes de propor uma solução ao problema.

A primeira consideração, é que o compromisso de Carlos – vamos imaginar aqui o Carlos como assistente social – não se altera por não estar na instituição onde trabalha.

A segunda consideração é que, como cidadão, é de sua livre e espontânea vontade agir conforme sua consciência manda. Se desejar, por conta própria, dar o dinheiro solicitado, não será julgado pelo conselho de classe por um ato infracional ao código de ética.

Para a resolução da situação-problema, de forma a considerar o conhecimento do Serviço Social, e entender o que significa uma mulher com filhos pequenos pedindo auxílio na rua, Carlos pode perguntar o nome dela, qual o bairro em que reside e orientar que procure o CRAS mais próximo à sua residência, para acesso aos direitos sociais previstos, conforme a sua necessidade. Aqui, não podemos esquecer a frase do sociólogo Betinho (Herbert José de Souza), que disse: “quem tem fome, tem pressa”.

Mesmo não estando no espaço sócio-ocupacional, o compromisso ético não se descola quando registramos ou assinamos a saída no final do expediente. A visão de mundo e a visão do projeto ético-político não se separam dos sujeitos.

Faça valer a pena

1. A humanidade, no seu processo de reprodução, produziu e produz a sua própria desumanidade, ou seja, da sua própria negação enquanto ser humano. Estranha a si mesmo no processo de produção e reprodução das relações sociais (LESSA, 2006, p. 10).

A partir dessa afirmação, podemos dizer que o estranhamento se trata de um processo de:

- a) Criação.
- b) Alienação.
- c) Manipulação.

- d) Constatação da realidade.
- e) Diálogo.

2. Compreender a produção e a reprodução das relações sociais é perceber que as mudanças que ocorrem na relação trabalho e na natureza e, mais recentemente, com a reestruturação produtiva, não alteram somente a relação indivíduo/natureza, mas também a relação e a sociabilidade dos indivíduos entre si, pois eles também têm que responder às novas necessidades e explorar novas possibilidades, postas às novas situações que surgem.

Para o Serviço Social, o processo histórico da reprodução e das relações sociais dá início à compreensão de que a aceção social da profissão pode ser explicada se:

- a) Considerada como um processo histórico.
- b) Avaliada a sua trajetória teórica.
- c) Considerada a sua inserção na sociedade.
- d) Identificada o processo de construção teórico-metodológica.
- e) Desvendar por si mesma as repostas às suas próprias demandas.

3. A totalidade social, enquanto uma categoria de análise da realidade, é estudada e pensada pelo Serviço Social. Para que isso possa ser compreendido, vemos o significado social da profissão na sociedade capitalista que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas e vemos que reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade social de determinado modo de vida: o cotidiano de viver e trabalhar do homem na sociedade.

De que modo a totalidade social pode ser explicada?

- a) Compreendendo o ser humano de forma fragmentada.
- b) Avaliando se os sujeitos estão inseridos na sociedade.
- c) Compreendendo o trabalho como a totalidade social.
- d) Avaliando a reprodução da vida social integrada.
- e) Compreendendo o indivíduo como um ser ontológico.

Seção 1.3

Fundamentos sócio-históricos da ética no serviço social

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo! Vamos iniciar a nossa seção de autoestudo a respeito dos *Fundamentos sócio-históricos da ética no serviço social*, apresentando os alicerces da ética profissional do Serviço Social, os fundamentos da ética a partir da compreensão do sujeito na análise histórica, a aproximação da ética e da moral, as relações cotidianas das exigências humano-genéricas, o espaço sócio-ocupacional e as legislações específicas da área de atuação profissional.

Nesse sentido, a competência técnica desejada indica que o caminho inicial ensina conhecer e identificar os fundamentos da ética no Serviço Social. Portanto, o objetivo do conhecimento e da compreensão dos fundamentos éticos visa instruí-lo, sensibilizá-lo enquanto estudante e futuro assistente social.

Vimos, no contexto de aprendizagem, que uma trabalhadora rural buscou suporte no atendimento social do CRAS com uma assistente social. Ela requisitou ajuda no atendimento social, pois o esposo a havia abandonado com os três filhos, todos menores de 12 anos. A trabalhadora declarou que a renda estava sendo insuficiente para a manutenção e para a provisão das despesas básicas da casa.

Imagine que você, como assistente social, vai atender essa trabalhadora rural, mas durante a realização de sua entrevista inicial para compor o atendimento, você se viu com dificuldades para relacionar o conceito de ética profissional com a prática cotidiana. A história de vida que a trabalhadora começou a relatar sobre dificuldades e preconceitos sofridos fez com que você rapidamente se lembrasse do conceito de ética profissional como o conjunto de valores e princípios determinados pelo conjunto da categoria. Logo, em seus pensamentos, questionou se é possível identificar as necessidades dos usuários dos serviços quando agimos na perspectiva moralista? O que ocorre quando agimos sem referências conceituais? Como identificar os aspectos dos fundamentos da ética no Serviço Social, que podem facilitar a ação ética da assistente social em uma intervenção como esta? Este será o seu desafio nesta seção de autoestudo.

Para auxiliar você a resolver essa situação, desenvolveremos um conteúdo que lhe proporcionará os embasamentos teóricos para identificar e analisar os fundamentos da ética no serviço social, a partir das exigências humano-genéricas e do espaço sócio-ocupacional, seus desafios para a ação ética, incluindo as legislações específicas da área de atuação profissional, e, ainda, refletir sobre a necessidade da postura profissional ético-reflexiva.

Mãos à obra!

Não pode faltar

Você seria capaz de identificar e citar os fundamentos da ética no Serviço Social? É interessante refletirmos que os fundamentos da ética no Serviço Social são consubstanciados na dialética da prática profissional, de tal modo que



[...] a especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo serviço social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões que os outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o fato de ter em seu horizonte um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico. (BAPTISTA, 1992, p. 89)

Portanto, aluno, para que possamos identificar a ação ética no cotidiano, é necessário não deslocar a reflexão crítica sobre a própria prática profissional. A ética para o Serviço Social não pode estar desarticulada do processo sócio-histórico nem da práxis profissional.

No processo sócio-histórico, a sociabilidade burguesa estabeleceu como princípio da ética o individualismo, a valorização da posse material entre outros aspectos, que fortaleceram o pensamento liberal **de que a liberdade do outro termina onde começa a minha**, sendo esse discurso disseminado e sustentado como uma verdade universal.



Exemplificando

O pensamento liberal de que “a liberdade do outro termina onde começa a minha” é excludente e acirra a disputa, o individualismo, o acúmulo de poder e o egoísmo.

Conforme Barroco (2009, p. 2), o discurso burguês de consumo, de acúmulo e de posse se dá na reprodução das relações sociais, nas quais, justamente, encontra-se a ética da vida e do Serviço Social.

Nesse sentido, é esse o entendimento de que:

Embora, limitada, a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres; pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teleologias dirigidas à realização de direitos e conquistas coletivas; pode ser capaz de efetuar a crítica radical da moral do seu tempo [...] pode se estabelecer como mediação, entre a singularidade de indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis social. (BARROCO, 2009, p. 3).

Observe que, nesse sentido, a ética pode objetivar os valores e princípios do coletivo profissional.

Para destacar os fundamentos principais da ontologia social da ética, relacionando-a ao Serviço Social, lançamos a compreensão crítica de Karl Marx, que, visitados por outros autores como Lukács e José Paulo Netto, contribuíram para a apreensão dessa dimensão no Serviço Social.



Vocabulário

Ontologia: é a teoria ou ramo da filosofia cujo objeto é o estudo dos seres em geral, o estudo das propriedades mais gerais e comum a todos os seres. Estudo ou conhecimento dos seres e dos objetos enquanto eles mesmos, em oposição ao estudo de suas aparências e atributos.

Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ontologia>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Distinguímos, para que você, aluno, assimile os fundamentos ontológicos a partir do processo de constituição histórica do ser social, o quadro a seguir:

Quadro 1.1 | Síntese dos fundamentos ontológicos e sociais da ética



Fonte: adaptado de SmartArt (2016).

Com base no Quadro 1.1, cabe discutir cada item exposto de modo a compreender o processo de constituição do ser social para chegarmos à ética profissional no *Serviço social*.

Nos dizeres de Marx e Engels (2005, p. 11), “a primeira condição de toda história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos”. E na existência dos seres humanos, a humanização inicia-se a partir da relação de modificação da natureza, transformando-a para atender as suas necessidades de reprodução de sua existência (BARROCO, 1999).

Nesse sentido, Marx e Engels descortinam a realidade, ao citar que:



Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2005, p. 11)

É no romper com as condições primárias de sobrevivência e subsistência e na produção dos próprios meios de subsistência, mediatizado pelo trabalho, que o homem se configura para além da transformação da natureza.

Porém, qual o aprendizado do ser social que podemos destacar na mediação da transformação da natureza? Conforme Barroco (2009, p. 4), a sociabilidade humana, no processo de mediação, desenvolve as potencialidades do ser social em sua totalidade. Constitui formas de comunicação, como a linguagem, a escrita e forma modos de troca, identificação e de reciprocidade social.

A forma que os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto aquilo que produzem como com a forma como o produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção. (MARX; ENGELS, 2005, p. 12)

”

Na produção e reprodução das relações, vamos compreender a natureza da ética no Serviço Social, o espaço de atuação do assistente social, bem como o projeto ético-político.



Pesquise mais

Assista ao clipe *Até quando?*, do cantor Gabriel o Pensador, que aborda de forma crítica a realidade social do país. Observe que os apontamentos, em sua letra, dizem respeito às diversas situações com que os assistentes sociais lidam no cotidiano. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=atXuxbc7zZk>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Para que você, aluno, perceba no cotidiano a objetivação da ética profissional, é necessário compreender que a “[...] ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do Código de Ética Profissional [...]” (BARROCO, 2009, p. 12).

Portanto, a moral profissional surge da relação subjetiva da pessoa em relação a sua ação profissional cotidiana. Nessa perspectiva da ação cotidiana profissional, Barroco contribui ao afirmar que a moral, a constituição subjetiva do profissional, é constituída de exigências diversas, como:



[...] escolha de alternativas, julgamentos com base em valores, posicionamentos que signifiquem defesa, negação, valorização de direitos, necessidades e atividades que interfiram e/ou tragam consequências sociais, éticas e políticas para a vida de outros indivíduos. (BARROCO, 2009, p. 12-13)

Cabe aqui reforçar que você, aluno, perceba e identifique que a sua constituição subjetiva de moralidade constituiu (e se constitui) anteriormente à sua formação profissional.



Refleta

Você já parou para pensar sobre a sua história de vida? Sobre a sua trajetória? Você concorda que, para compreender os valores e princípios éticos que a profissão possui como parâmetro, é importante conhecer os próprios valores subjetivos? Isso pode influenciar a prática profissional cotidiana?

Como vimos, a constituição da ética profissional no Serviço Social foi e é construída e defendida para além das subjetividades individuais, configurando assim a defesa de um projeto coletivo da categoria: o projeto ético-político. Discutiremos no decorrer das seções a constituição do projeto ético-político. O que é importante, nesse primeiro momento, é que você, aluno, identifique que os valores defendidos pelo coletivo profissional direcionam a prática profissional.

Veja que interessante: para o direcionamento ético cotidiano da prática profissional, o Serviço Social possui um projeto ético-político coletivo. O conhecimento teórico que possuímos permite, assim, fazer e fundamentar escolhas éticas. Entretanto, Barroco (2009) reflete que:



[...] a ética profissional não é isenta de processos de alienação, mas isso não é absoluto. Pode, favorecida por condições sociais e diante de motivações coletivas, ser direcionada a uma intervenção consciente realizadora de direitos, necessidades e valores que respondam às necessidades dos usuários. (BARROCO, 2009, p. 15)



Assimile

O *Serviçosocial* possui um projeto ético-político coletivo, e o conhecimento teórico construído permite, portanto, fazer e fundamentar escolhas éticas no cotidiano.

A reflexão nos permite pensar que, para que o direcionamento ético seja coletivo, é preciso incorporar os valores construídos coletivamente e “devolvê-los”, em ações pensadas, refletidas. Isso se considerarmos os embasamentos ontológicos como essenciais para a crítica à sociabilidade do capital e para a crítica à vida cotidiana, visto que:

A reflexão ética supõe a suspensão da cotidianidade; não tem por objetivo responder às suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidades voltadas exclusivamente ao “eu”, ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como indivíduos livres e conscientes. (BARROCO, 2001, p. 55)

A suspensão do cotidiano permite que a ética faça a crítica ao fundamento da prática profissional e a expanda das necessidades individuais dos sujeitos para as necessidades coletivas. Porém, para as ações cotidianas, um outro elemento importante é o conhecimento dos espaços sócio-ocupacionais. Para contribuir com esse debate e para o conhecimento teórico necessário, o primeiro passo é situá-lo e inscrevê-lo no contexto histórico, considerando as configurações assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial.



Faça você mesmo

Você conhece o espaço ocupacional onde você faz estágio? Você ainda não está estagiando? Vamos lá, isso é importante para a sua formação profissional. Busque algum espaço ocupacional de atuação do assistente social. Levante algumas questões sobre a área que pretende conhecer e peça um espaço com algum assistente social para que ele possa atendê-lo e explique um pouco mais sobre essa área. Não tenha receios!

Alguns elementos do processo histórico da leitura dos espaços ocupacionais possuem suas raízes nos processos sociais, [...] expressando tanto a dinâmica da acumulação, sob a prevalência de interesses rentistas, quanto a composição do poder político e a correlação de forças no seu âmbito de ação [...] (IAMAMOTO, 2009, p. 3).

Exemplifica, ainda, que existe uma tensão entre o trabalhador e os limites institucionais, no contexto sócio-histórico:



Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direito e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2008, p. 424)

Veja que, apesar das limitações institucionais, os assistentes sociais possuem a sua formação como valor, como sujeito da sua força de trabalho (MARX, 1995 apud IAMAMOTO, 2009).

No rol do trabalho do assistente social em espaços ocupacionais, as atribuições e competências são particularizadas, bem como são particularizadas as legislações pertinentes a cada área de atuação profissional. Cabe, assim, destacar os pensamentos de lamamoto (2009) ao citar que:



[...] é o que de que não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto do sujeito trabalhador. Existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado. (IAMAMOTO, 2000, p. 33)

Com esse pensamento, observe, quando estiver inserido no campo de trabalho, que a especificidade do Serviço Social será a rota, o caminho, a baliza das suas ações. Cabe ainda registrar que não existe um processo único de trabalho ao Serviço Social, por conta dessas particularidades. Para o envolvimento a contento, enquanto um trabalhador especializado, outro ponto a percorrer é conhecer as legislações da área de atuação.

O primeiro pressuposto, ou o mais recente ao projeto ético-político vigente, base das as políticas sociais, foi a "Constituição Cidadã", a Constituição Federal de 1988. Como legislação, desencadeou diversos sistemas de proteção social, como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o Estatuto do Idoso, a Lei Maria da Penha, entre outros.

Já dizia a música que "recordar é viver" e, sucintamente, recordemos que o Brasil vivenciou um modelo em sua totalidade (econômico, cultural, social, político) de ditadura. Isso apresentaremos nas próximas unidades de ensino. No entanto, frisamos que houve luta pela democracia, houve mortes, perseguições, enfim, tudo estava sob

o controle e a visão de mundo dos ditadores. Hoje a ditadura permanece mascarada em várias atitudes, pensamentos e comportamentos.

Para o *Serviço social*, para os assistentes sociais, traduzir o acesso aos direitos, a luta pela justiça social, não se trata somente de caminhar contra o modelo econômico existente no Brasil e no mundo. A discussão, no aspecto pedagógico, no aspecto de mudança de paradigma, é para além dessa perspectiva.

A perspectiva da discussão ética precisa garantir um diálogo do profissional com os indivíduos que se identifiquem como sujeitos de sua própria história, como sujeitos ativos que exercem o movimento ou não da ruptura com a realidade de submissão: de povo resignado aos mandos e desmandos; dos jogos de interesse de manutenção da pobreza. Inseridos na produção e na reprodução das relações sociais, qual deve ser o papel dos assistentes sociais? Com o contexto apresentado, as competências devem atingir as potencialidades previstas no arcabouço teórico-metodológico, no arcabouço técnico-operativo e na dimensão ético-política.

No tocante ao conhecimento das legislações específicas na área de atuação, cabe ressaltar que o assistente social pode e deve suspender o pensamento da prática cotidiana, que exige respostas as vezes imediatas, para fazer a síntese e propor as mudanças necessárias.

Como apresentamos na situação-problema, por exemplo, conhecer a competência específica do assistente social no CRAS, as diretrizes do que é o CRAS, as diretrizes da Proteção Social Básica afiançada pelo SUAS, os cadernos temáticos de orientação dos serviços de convivência e os cadernos de orientação do Serviço de Proteção e Atendimento Individual e Familiar (PAIF), aproxima e permite desempenhar a função.



Pesquise mais

Para maior conhecimento sobre o Sistema Único de Assistência Social, acesse o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Barroco (2009, p. 21) nos sensibiliza em relação à necessidade dessa expansão do conhecimento, do posicionamento ético, da suspensão do cotidiano para a crítica do fazer em comunhão ao saber,

[...] a ética profissional se objetiva através de ações conscientes e críticas, do alargamento do espaço profissional, quando ele é politizado – o que implica no compartilhamento coletivo com outros profissionais e no respaldo das entidades e dos movimentos sociais organizados.

”

Em síntese, sinaliza que a ação ético-política esteja em consonância com o projeto coletivo e que as ações caminhem para o enfrentamento e para a resistência nos momentos oportunos.

E então, já se sente seguro e confortável para a resolução da situação-problema? Esperamos que sim. É importante começar, a partir de agora, a refletir sobre a seção de autoestudo. Ensejamos que os conhecimentos e reflexões contribuam para a resolução da situação-problema.

Sem medo de errar

Bem, chegamos ao momento de pensar a resolução da situação-problema. Esperamos que, com as discussões, você, aluno, utilize o argumento teórico oportuno. Não tenha o receio de colocar no papel (ou no computador) as suas críticas durante a atividade, pois é somente na fala e na escrita dos pensamentos que o senso comum pode ser revisto.

Veja que a situação-problema apresenta uma dualidade entre o agir na perspectiva moralista, do senso comum, e o agir na perspectiva ética, dimensão que leva em consideração todo o arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social.

Os fundamentos sócio-históricos da ética no Serviço Social possuem uma linha na trajetória da profissão. Essa trajetória chega e culmina no projeto ético-político vigente. Todavia, no cotidiano os valores subjetivos, a visão de mundo, a formação da vida que é anterior à formação profissional, influenciam e podem determinar o modo de intervir e de entender os sujeitos que são alvo da intervenção. Observe que, sem os elementos sócio-históricos, que são a base para a análise da realidade e do projeto coletivo, a intervenção pode acontecer por meio do senso comum.

Então, para pensar a situação-problema, relacione a concepção de homem e de sociedade que o projeto coletivo profissional corrobora. Ou seja, o modo sócio-histórico em que a ética foi se constituindo, a relação com os espaços ocupacionais e com as legislações, que instituem processos de trabalho, para que você empreenda reflexões éticas na prática profissional.

É recomendável, para a resolução da situação-problema, que você se coloque no papel da assistente social. Entretanto, nessa circunstância, a ética enquanto um conjunto de valores e princípios determinados pelo coletivo profissional não será a referência para as respostas e sim o senso comum, moralista.

Neste percurso, sugerimos algumas perguntas para ajudá-lo a organizar o pensamento e a relacionar a teoria com a prática: você pode imaginar o que é agir sem referências conceituais?

É possível identificar as necessidades dos usuários dos serviços quando agimos na perspectiva moralista? Você saberia dizer quais os fundamentos sócio-históricos da ética no Serviço Social que facilitariam a ação ética nessa intervenção?

Que tal? Reveja o conteúdo teórico apresentado na seção de autoestudo sobre os fundamentos sócio-históricos da ética no Serviço Social e redija um texto de até 15 linhas com sua análise, considerando essas orientações.



Atenção

Bem, o ponto crucial para a resolução da situação-problema é que você conheça os fundamentos sócio-históricos da ética no Serviço Social e possa identificar o que não é ético no agir profissional.

Avançando na prática

Os meus valores pessoais

Descrição da situação-problema

Maria das Dores é assistente social, funcionária pública de uma prefeitura no interior do Rio de Janeiro há 28 anos. Possui 30 anos de formação profissional. Durante sua trajetória profissional, ela não realizou outras formações para a sua atualização. Costuma no cotidiano dizer que “assistente social boa é aquela que tem fé e acredita no que faz”. Por acaso, outro dia, Maria disse que “mulher boa tem que ser Amélia” e que “o lugar da mulher de bem deve ser em casa, cuidando do marido e dos filhos”. Até aí, tudo bem.

Ocorre que a Maria, outro dia, na recepção do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), disse para a usuária que aguardava atendimento com outra colega profissional: “Nossa, com essa saia curta, tá querendo o quê, hein, fulana?”. Bem, você deve estar se perguntando: como pode uma profissional agir assim? Por essa razão, vamos ajudar Maria a ter outra referência do projeto ético-político construído pelo Serviço Social. Que tal? Supondo, você, aluno, ser colega de trabalho da Maria das Dores e ter presenciado uma cena como esta, como poderia agir? Cabe alguma orientação para essas situações de julgamento moral?

Vamos, juntos, refletir sobre a possível resolução da situação-problema.

Resolução da situação-problema

O agir ético não cabe somente no exercício da profissão. O olhar para um projeto de sociedade diferente é expresso no Código de Ética vigente e foi constituído eticamente na trajetória do Serviço Social. Os fundamentos sócio-históricos permitem

que a visão de homem e de sociedade caminhem para a justiça social, para uma sociedade pluralista e multicultural.

O hábito do uso de roupas curtas pelas mulheres diz respeito a vulgaridade. Entretanto, esse pensamento é carregado de machismo, hipocrisia, entre outros. O direito de escolha do próprio vestuário cabe somente, no caso, à mulher. Do contrário, como vemos as mulheres do oriente que usam burcas?

Para auxiliar você, aluno, na resolução da situação-problema, sugerimos algumas alternativas:

- Primeiro passo: você poderá dialogar com a colega assistente social numa sala reservada, somente vocês dois, e expor a sua visão ética sobre o comportamento inadequado da profissional diante da cidadã;
- Segundo passo: caso a situação persista, cabe informar à gestão do serviço, no caso a coordenação do CREAS, para reforçar a orientação da colega, e;
- Terceiro passo: caso a colega ainda persista no comportamento do senso comum, julgando de forma errônea as pessoas, de forma pública, no espaço cotidiano profissional, como última alternativa, cabe denunciá-la ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), por preconceito e exposição vexatória desnecessária da cidadã.

Vamos lá! Esperamos que, no cotidiano profissional, você, aluno, possa compreender os diálogos, quando carregados de preconceitos e senso comum.

Faça valer a pena

1. “[...] a especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo serviço social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões que os outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o fato de ter em seu horizonte um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico”. (BAPTISTA, 1992, p. 89)

Para que possamos identificar a ação ética no cotidiano, é necessário não deslocar a reflexão crítica sobre a própria prática profissional. Portanto, a ética para o Serviço Social não pode estar desarticulada:

- a) Da formação acadêmica.
- b) Da análise do ser social.
- c) Do processo sócio-histórico.

- d) Da mediação do trabalho.
- e) Do processo metafísico.

2. No cotidiano, a objetivação da ética profissional compreende que a “[...] ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do Código de Ética Profissional [...]”, conforme a autora Barroco (2009, p. 12). Portanto, a moral profissional surge da relação subjetiva do profissional em relação a sua ação profissional cotidiana.

A moral, para Barroco, é a constituição subjetiva do profissional, que é formada de exigências diversas.

Conforme exposto, considerando a perspectiva da autora, assinale a alternativa que corresponde a uma dessas exigências.

- a) Formação em nível acadêmico.
- b) Julgamentos com base em valores.
- c) Compreensão das correlações de forças.
- d) Apreensão da realidade.
- e) Relação com práxis profissional.

3. A suspensão do cotidiano permite que a ética faça a crítica ao fundamento da prática profissional e a expanda das necessidades individuais dos sujeitos para as necessidades coletivas. Porém, para as ações cotidianas um outro elemento é o conhecimento dos espaços sócio-ocupacionais. O primeiro passo é situá-lo e inscrevê-lo no contexto histórico e considerar as configurações assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial.

Considerando o texto base, assinale a alternativa que sinaliza a legislação de base para as políticas sociais no Brasil.

- a) Código de Ética de 1993.
- b) Sistema Único de Saúde (SUS).
- c) Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- d) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- e) Constituição Federal de 1988.

Referências

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 52, dez. 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **A ação profissional no cotidiano**. São Paulo: PUC/SP, 1993.
- _____. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 5, maio 1992.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica para o Serviço social, v. 4).
- _____. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. Texto aplicado à 2ª disciplina do Curso de pós-graduação: Serviço Social - Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD UNB, 2009.
- _____. Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais Brasileiros – Parte I. In: CFESS (Org.). **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinário. Ética e práxis profissional. In: CFESS. **Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores**. Brasília: CFESS, 2007.
- CHÂTELET, François. **História da filosofia**: de Platão a São Tomás de Aquino. Lisboa: Dom Quixote, 1995. v. 1.
- COTRIM, Gilberto. Fundamentos de filosofia. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FALEIROS, Vicente de Paula. O serviço social no mundo contemporâneo. In: FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Orgs.). **Serviço social, política social e trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

_____. Os espaços sócio ocupacionais dos assistente sociais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_lamamoto.pdf> Acesso em: 23 nov. 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/reprodução social**: trabalho e sociabilidade. 23 jun. 2006. Disponível em: http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/producao_reproduca0_1999.pdf. Acesso em: 23 nov. 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Raniere. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. fev. 2005. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

MOTTA, Nair de Souza. **Ética e vida profissional**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1984.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. A propósito da categoria de mediação. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n. 31, 1989.

SIMÕES, Carlos. A ética das profissões. In: BONETTI, Dilsea Adeodata (Org.). **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2003.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

SIQUEIRA, Luana. **A pobreza como “disfunção” social**: a culpabilização e a criminalização do indivíduo. 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4834955.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 3).

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, 177).

VASCONCELOS, Ulisses. **Ética**: filosofia moral. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/19686710-Capitulo-1-a-diferenca-entre-moral-e-etica.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Escritos de filosofia IV**: introdução à ética filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999.

VECHIA, Agostinho M. Dalla. Elementos teóricos para uma perspectiva interpretativa: totalidade, mediações e formação social. **Estudios Historicos - CDHRP**, Uruguay, ano 3, n. 7, p. 1-16, out. 2011. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/edicion7/eh0708.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

Os códigos de ética do serviço social brasileiro

Convite ao estudo

Olá, seja bem-vindo! Vamos iniciar os nossos estudos sobre os Códigos de Ética do Serviço Social Brasileiro, apresentando a conjuntura política, social e econômica como contexto de fundo do surgimento do Serviço Social, que foi a base para as construções dos valores e princípios da profissão.

Para isso, a competência técnica desejada indica que o caminho inicial enseja conhecer e identificar a constituição dos códigos de ética, considerando a conjuntura econômica, política e social do Brasil em 1930, quando ocorreu o surgimento do Serviço Social no Brasil; depois, conhecer a conjuntura brasileira de 1960/1970, com enfoque no golpe de 1964, e fechar a unidade com a conjuntura brasileira de 1980/2000, que culminou na Constituição Federal de 1988. Portanto, conhecer a constituição histórica dos códigos de ética visa instruí-lo, enquanto aluno, para que, na figura de profissional, você tenha uma ação ética reflexiva.

Para o Serviço Social, o Código de Ética compõe o projeto ético-político. Atrelado, portanto, à leitura crítica de conjuntura, traduz o que o coletivo profissional declara e defende como valores e princípios. Por essa dimensão ética, apresenta aos assistentes sociais o desafio de colocar em prática essas garantias.

Agora, caro aluno, vamos apresentar o contexto de aprendizagem teórico-prática, para aproximar o conhecimento acadêmico da realidade vivenciada na prática profissional. O contexto que apresentamos ocorre no atendimento social na década de 1940, na qual a perspectiva religiosa fundamentava a intervenção profissional. Para tanto, você, aluno, consegue se imaginar atendendo uma

família sob a perspectiva religiosa da década de 40? Quantos desafios se colocaram aos assistentes sociais de tempos em tempos! Pois bem, esse será o seu desafio. Você acaba de entrar em uma máquina do tempo! Quais eram as expressões da questão social na época? E atender no auge da ditadura pensando em liberdade e autonomia, como terá sido? A máquina do tempo, dentro do contexto de aprendizagem, permite que você conheça os diálogos da época para a qual viajar. Aceite o nosso convite e embarque nesta jornada. Ao longo desta unidade, vamos problematizar algumas situações com base no contexto aqui apresentado. Assim, o conteúdo teórico que você irá conhecer caracteriza a situação política, social e econômica do Brasil, na década de 1930, quando surge o Serviço Social, até a última década do século XX, com enfoque final na Constituição Federal do Brasil, e, posteriormente, a releitura de sociedade através do 5º Código de Ética do Serviço Social. Ao longo das seções, apresentaremos, ainda, os principais movimentos balizadores e desencadeadores das correntes filosóficas fundantes dos pensamentos crítico e empírico do Serviço Social. Ainda não embarcou? Vamos em frente nesta viagem no tempo!

Seção 2.1

Conjuntura brasileira de 1930: surgimento do serviço social

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo aos estudos dos Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro. Que bom que você chegou nesta nova etapa!

Vimos, no contexto de aprendizagem, que, após viajar no tempo, você, aluno, depara-se com a prática profissional em plena década de 1940, tendo como pano de fundo a conjuntura política, econômica e social do Brasil e as perspectivas do código de ética profissional vigentes no período.

Nesta viagem, você se vê no atendimento a uma mãe, que solicita ajuda e orientação, pois quer entregar o filho recém-nascido. Você identifica que se trata de uma jovem mãe, que relata não possuir condições financeiras para arcar com as despesas e com os cuidados necessários ao filho. Não se esqueça: você viajou no tempo, portanto, as referências teóricas possíveis são outras. Você, aluno, consegue dizer qual a linha teórica que sustentava as ações dos assistentes sociais naquela época? Acha que existia uma fundamentação ética ou moralista, religiosa ou científica? Como você poderia agir nessa situação? Você viajou no tempo e a conjuntura e a concepção de direitos são outras.

Vamos lá! O desafio lançado é que você construa o relatório teórico da postura do assistente social, na posição moralista e na posição ética, considerando essa primeira aproximação com os valores previstos no primeiro código de ética. Ah, não se esqueça: a seção *Não pode faltar* pode auxiliá-lo em sua viagem no tempo. Ao longo das próximas seções você terá elementos para elaborar seu relatório.

Boa viagem e bom relatório!

Não pode faltar

Você já parou para pensar sobre o surgimento do Serviço Social e sobre sua relação com a ética profissional? E já refletiu que as conjunturas política, social e econômica influenciam na construção dos códigos de ética? Pois bem, agora vamos conhecer

a história da ética no Serviço Social a partir desses pressupostos. Vejamos que, para falar sobre a ética, não se pode deslocar das origens do Serviço Social brasileiro, pois o aporte histórico permite a compreensão da totalidade e situa o porquê dos atuais valores e princípios do código de ética.

Você sabia que o marco de surgimento do Serviço Social brasileiro ocorreu na década de 1930? O país estava em transição entre o regime monárquico e a República Federativa, que foi proclamada em 1889. Apesar de nos tornarmos um país republicano, tanto o presidente quanto os seus sucessores mantiveram as relações de privilégios às elites dominantes, ou seja, aos donos das terras e dos meios de produção da época.



A mudança de regime não se preocupou em minorar os sofrimentos das camadas mais baixas da população. Sua fragilidade fortaleceu os problemas que afetaram a economia do País. Mesmo com a produção farta na agricultura e os produtos escoados no mercado externo, com o café em destaque, o país continuava importando mais do que conseguia vender. (BARBOSA, 2008, p. 15)

Identificamos, na história, o aumento da dívida externa, principalmente com o crescimento da Inglaterra, enquanto o governo não tinha recursos para investir e desenvolver as diversas regiões do país.

Este ponto foi significativo, pois os investimentos ocorreram somente nas regiões produtivas e que contribuíam para as exportações, ou seja, as regiões com destaque ao centro-sul foram mais privilegiadas.



O centro-sul foi privilegiado com os recursos destinados a fortalecer a balança comercial. Registrou-se, já na última década do século XIX, franca decadência da economia nordestina baseada na produção de açúcar e cacau. (BARBOSA, 2008, p. 16)

Nesse período, entre o declínio da produção em certas regiões e a centralização em outras, o país começou a definir as áreas que receberiam as principais estradas, ferrovias, redes de telégrafos, entre outros investimentos. As ferrovias interligavam os Estados, principalmente na faixa litorânea. Aqui cabe um destaque às redes ferroviárias implantadas, pois cumpriram um importante papel para o funcionamento do território, uma vez que se constituíram como os principais meios de circulação de bens, produtos e pessoas da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Até o ano de 1930, os presidentes eram eleitos pelo voto direto, e as mulheres e os analfabetos eram excluídos do direito ao voto.

A economia brasileira teve na monocultura do café a sustentação e ao mesmo tempo o entrave do processo de industrialização. O capital girava nas mãos de poucos, que sustentavam esse modo de produção agrícola.

[...] o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital. (MARTINELLI, 1997, p. 29)



Veja que, assim, os donos do capital possuíam os meios de produção, enquanto os trabalhadores não. Portanto, o número de desempregados aumentava, por conta da ausência do processo de industrialização, que permitiria gerar trabalho e renda.

Sob esses pressupostos, surge o Serviço Social, inserido no processo de urbanização e industrialização na década de 1930. Com a deposição do então presidente Washington Luís, ocasionada pelo Golpe de Estado por Getúlio Vargas, inicia-se a centralização do poder no Executivo pela postura interventiva do Estado.

Você, aluno, consegue imaginar, que, nessa época, enquanto a Europa já estava desenvolvida em relação à produção industrial, o Brasil não possuía nenhuma legislação que amparasse a classe operária?

Para Iamamoto e Carvalho,

A implantação do Serviço Social não é [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada [...]. Seu surgimento se dá no seio do *bloco católico*, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua base social, como de sua doutrina e ideologia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 213)



A dimensão ético-moral, por esse viés, esteve fundamentada nas ideologias filosóficas da doutrina católica cristã, no momento em que a Igreja se mobilizava para defender seus interesses e privilégios.



Pesquise mais

Para que você possa aprofundar o seu conhecimento sobre a dimensão ético-moral e a concepção da matriz filosófica do neotomismo, que influenciou a concepção de homem veiculada pela doutrina da Igreja Católica, nas primeiras formulações teóricas do Serviço Social no Brasil, acesse o artigo *A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista*.

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n1_compreensao.htm>. Acesso em: 29 nov. 2016.

Em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) formou a primeira turma de formação de profissionais do Serviço Social. Em 1937, no Rio de Janeiro, formou-se a segunda turma.

Iamamoto e Carvalho (2008, p. 230) explicitam que o “Serviço Social surge num momento em que o modo de produção capitalista define a sociedade em que a Igreja se insere. É também um momento em que a ideologia de classes dominantes não é mais a da Igreja”. Portanto, as ideologias são idealizadas por determinados grupos e classes, da sociedade civil e política, que mantêm o monopólio dos meios de produção.

Em 1937, a Constituição Federal, assemelhava-se ao regime fascista polonês que, de forma autoritária, realizava diversas prisões, torturas e assassinatos. Na história republicana, as crises econômicas marcaram a década de 1930, desgastando o cenário político. As políticas sociais começam a ser desenhadas no cenário do capitalismo monopolista, sob a pressão da classe operária, culminando nos direitos trabalhistas da era Vargas.



Assimile

O Serviço Social nasce no momento em que o modo de produção capitalista define a sociedade em que a Igreja se insere. É também o momento em que a ideologia das classes dominantes não é mais a da Igreja.

As décadas de 1930, 1940 e 1950 foram, assim, caracterizadas pela implantação do sistema industrial brasileiro, desencadeando, dessa forma, mudanças significativas no desenvolvimento das relações sociais, das relações econômicas e políticas. Com esse cenário, Getúlio Vargas implanta a proteção social no Brasil com ações compensatórias para minimizar as tensões sociais, embora o seu governo fosse ditador. Vemos, em sua

gestão, a criação do Ministério do Trabalho, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e as diversas coberturas ao trabalhador (férias, FGTS etc.).

Paralelo a esse cenário, as Escolas de Serviço Social continuavam formando profissionais e,

A partir dos meados da década de quarenta, assumiu o Serviço Social uma preocupação pragmatista, alienada pela metodologia trazida dos Estados Unidos, em razão de considerável intercâmbio (bolsas de estudo e literatura) iniciado com aquele País, como resposta a uma quase ausência de métodos e técnicas na concepção europeia do Serviço Social, que então predominava. (JUNQUEIRA apud MARQUES, 1997, p. 73)

Deste modo, a busca por uma referência pragmática sinalizava os rumos da profissão no Brasil. Como a formação na base estava vinculada à doutrina católica, o escopo de atuação era religioso e ligado à filosofia dos neotomistas.

Vamos lá, estamos no ponto-chave para que você compreenda os valores e os princípios do primeiro código de ética do Serviço Social Brasileiro. Vejamos que o sentido da profissão, até então, voltava-se ao reforço do sentido da caridade.

O caráter caridoso e altruísta, desinteressado, a ação informada por um humanismo cristão que desconhece as determinações materiais, típicos desses meios, são elementos propícios para a germinação e o aparecimento de vocações. Vocação de servir ao próximo e, atitude não despida de romantismo, de despojar-se de si mesmo para servir à humanidade, que podem ser confundidas com o sentido e conteúdo de classe do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2008, p. 233)

A virtude profissional era a sua entrega caridosa, quase que espontânea, e natural à vocação de servir ao próximo. Veja que a lógica da benevolência não reconhecia os benefícios sociais existentes e os que deveriam ser construídos como direitos dos indivíduos.

Neste período destacamos três eventos significativos para a consolidação do primeiro código de ética, sendo:

- 1) 1946 – A criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), que tinha o objetivo de estabelecer uma metodologia de ensino em Serviço Social, reformulando e propondo uma grade curricular única para as escolas.
- 2) 1946 – A fundação da Associação Brasileira de Assistência Social (ABAS), entidade sociocultural para os assistentes sociais.
- 3) 1947 – A realização do I Congresso Brasileiro de Serviço Social, organizado e elaborado pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em São Paulo.

O primeiro Código de Ética do Serviço Social Brasileiro culminou, então, em 29 de outubro de 1947. Nasceu, assim, sob o contexto sociopolítico de um Estado autoritário e com uma conjuntura interna religiosa. Portanto, o princípio ético-moral do código de ética constituía em si mesmo a visão de mundo e de homem baseada nos valores religiosos.

Logo, na introdução do código de ética profissional de 1947 (CEP/1947), as assistentes sociais (que em sua maioria eram mulheres) destacam a concepção de moral como “Moral ou Ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal” e apresentam na finalização da introdução que “a observância dos princípios da Deontologia do Serviço Social exige, da parte do Assistente Social, uma segura formação em todos os ramos da Moral”. Veja que o pressuposto ético para a atuação profissional era o desenvolvimento pessoal da moral em todos os ramos da vida social, que correspondia, na época, aos valores presentes.

O CEP/1947 possuía sete deveres fundamentais, dos quais destacamos o primeiro e o segundo:



É dever do Assistente Social:

1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a Lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.
2. Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos policiais, sobre o que saiba em razão do seu ofício. (CONSELHO FEDERAL..., 1947, p. 1)



Pesquise mais

Acesse o Código de Ética do Serviço Social brasileiro de 1947. Observe como ele se estrutura, identifique os temas e a visão de mundo que ele discute. Conhecer a nossa própria história é fundamental para a prática cotidiana e para o posicionamento profissional.

Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

Observe que, no primeiro dever, os valores religiosos imprimiam as notas da composição, o *start* para a atuação profissional. Enquanto, no segundo dever, o sigilo profissional já era destacado como parte do trabalho. A expectativa, nesse período, em relação ao papel do assistente social, na prática profissional, era o da naturalização das questões sociais e do não questionamento da ordem. Tinha a função de entender as pessoas humanas como “desajustadas” à sociedade, sem o questionamento crítico das raízes dos problemas sociais.

Conforme sinaliza lamamoto (1992, p. 21), esse processo denomina-se “arranjo teórico doutrinário”, ou seja, tinha como referência o entroncamento do suporte técnico-científico positivista com o discurso humanista cristão.



Vocabulário

Humanismo, no sentido amplo, significa valorizar o ser humano e a condição humana acima de tudo. Está relacionado com generosidade, compaixão e preocupação em valorizar os atributos e realizações humanas.

Disponível em: <<https://www.significados.com.br/humanismo/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

A matriz teórica positivista foi criada por Augusto Comte e não nasceu espontaneamente no século XIX, suas raízes podem ser encontradas já na Antiguidade. Entre 1945 e 1950, a influência norte-americana, através de várias correntes do pensamento de matriz positivista, vai ser caracterizada pelos seguintes aspectos:

- ✓ Compreensão de que a sociedade é regulada por leis naturais;
- ✓ Naturalismo positivista;
- ✓ Objetividade científica;
- ✓ Análise crítica, porém fragmentada, descolada do real, do vivido;

✓ Abordagem das relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, com fatos que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade pela matriz teórica positivista.

Na prática profissional cotidiana, algumas características, conceitos e significados marcantes expressavam o trabalho cotidiano do assistente social, como:

- ✓ Utilização do termo “pessoas ajustadas”;
- ✓ O perfil do profissional era manipulatório. Estava preocupado com o aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para a intervenção;
- ✓ Preocupado com a busca de padrões de eficiência;
- ✓ Existia uma busca constante pela tecnificação da ação profissional, através da sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento;
- ✓ O resultado foi uma crescente burocratização das atividades institucionais.

Observe e apreenda, aluno, essa fonte orgânica do movimento histórico da sociedade em que o Serviço Social foi construído e reconstruído. Vamos, de tal modo, na trajetória histórica, enquanto profissão, enquanto coletivo, dar novos rumos ao saber e ao fazer Serviço Social. Assim, veremos que na década de 1950 – sob a influência norte-americana, ocorreu o desenvolvimento econômico e social do Brasil, através do ideário desenvolvimentista, e que, a partir de 1965, o processo de questionamento e crítica do Serviço Social latino-americano, denominado movimento de reconceituação, teve início.

Em relação à década de 1960 e ao movimento de reconceituação, nós nos aprofundaremos neles nas próximas seções. Entretanto, destacamos aqui as características do período desenvolvimentista em tópicos, para sua melhor compreensão. O período desenvolvimentista foi caracterizado como resposta ao capitalismo, prevendo e compreendendo:

- O início da Política de Bem-estar Social;
- O homem como parte no processo de desenvolvimentismo;
- O objetivo final do desenvolvimento foi o bem-estar social, o qual deveria beneficiar ao povo melhores condições e oportunidades para desenvolver, ao máximo, suas capacidades de cidadão sadio, educado e participante.

No quadro panorâmico das Políticas de Bem-Estar Social desenvolvimentista, vamos encontrar a criação de diversas instituições que incorporam em si, no seu quadro de funcionários, o assistente social:

- ✓ Previdência;

Na área da Saúde:

- ✓ Medicina preventiva;

Na área da assistência e educação:

- ✓ LBA – criada em 1942, prioriza a atenção aos programas de assistência pré-natal e natal, reforço alimentar na faixa de 0 a 6 anos, assistência aos excepcionais e amparo à velhice;

- ✓ FUNABEM – criada em 1964, responsável pela execução e pela fiscalização da política do bem-estar do menor;

- ✓ MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização e Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE); Programa Nacional de Alimentação; Superintendência da Campanha de Saúde Pública;

- ✓ BNH – Sistema Financeiro de Habitação e o Banco de Habitação;

Mesmo com a criação de diversos programas, por suas naturezas, que foram ampliados na forma numérica, eles não representavam respostas aos problemas da população, pois eram decorrentes das estruturas econômicas.

Assim, o desenvolvimentismo correspondeu a uma definição política ideológica do Estado que visava ao desenvolvimento econômico e social, tendo como princípio a ideia de que o Brasil deixasse de ser subdesenvolvido e passasse a ser desenvolvido. Em relação ao desenvolvimento econômico, os avanços no processo de industrialização foram significativos, porém sem abandonar suas principais características. Características essas que refletiram e agravaram as condições da população, como, por exemplo:

- disparidades na produtividade entre as áreas rurais e urbanas;
- aumento da população vivendo subempregada nas zonas urbanas;
- aumento da pobreza, gerando iniquidade e, em consequência, a violência;
- aumento da dependência do capital estrangeiro.



Faça você mesmo

Olá, que tal você, aluno, identificar as características que agravam as condições da população do bairro onde você reside ou do seu entorno? Ao realizar a crítica e identificar os agravantes, você estará conhecendo as necessidades dos sujeitos nesta localidade. Faça um roteiro que

contemple os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais e pesquise esses dados em jornais, revistas, na internet ou entreviste o presidente da associação de moradores. Vamos lá! Inspire-se!

O Brasil, ao seguir o modelo econômico de outros países mais ricos, e tentando reproduzir as suas estruturas produtivas de nações já desenvolvidas, aumentou a taxa de participação do capital estrangeiro para manter a participação do capital e da tecnologia estrangeira, elevando, assim, a dependência econômica do país.

Neste panorama desenvolvimentista, com sede de mudança, com vontade de se posicionar teoricamente e romper com o conservadorismo, surge em 8 de maio de 1965 o 2º Código de Ética do Serviço Social Brasileiro. Paradoxalmente, o código é construído em plena ditadura militar, concomitantemente ao Golpe de 64! Falaremos sobre o golpe na próxima seção de autoestudo. Em relação ao Código de 1947, que manteve a linha tradicional conservadora, com sustentação ainda na concepção tomista, entroncada na corrente positivista, inova em sua introdução ao considerar que um Código de Ética se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos (CEP/1965). Ou seja, considera a pluralidade presente na profissão e na sociedade, e que, de certa forma, reconhece nessa pluralidade o posicionamento político assumido pelas mulheres.

Apresenta em seus artigos 4º e 5º o mesmo compromisso com a dignidade da pessoa humana e altera a terminologia de “beneficiário” para “cliente”.



Refleta

Você já escutou algum assistente social chamando o cidadão, usuário do serviço público de “cliente” ou “beneficiário”? Mas isso não é correto? A diferença é apenas conceitual entre as nomenclaturas cliente, beneficiário ou usuário?

Pois bem, a ideologia da doutrina católica e o positivismo impunham a ideologia da classe, de tal modo que essas expressões, nomenclaturas, estavam carregadas de determinado modo de enxergar a autonomia do sujeito atendido. Aqui, cabe fazer uma crítica para a sua compressão. O termo beneficiário estava (e ainda está) vinculado a ações de caridade, de benemerência, enquanto o termo cliente coloca o usuário do serviço em uma condição mercadológica, com vertentes na psicologia, considerando as pessoas como *desajustadas*.

Nos artigos dos Deveres Fundamentais destaca-se a ação dos assistentes sociais agindo por princípios democráticos, tendo como conjuntura a ditadura civil-militar, com destaque para profissionais trabalhando para o bem comum e para o estabelecimento da ordem. O que fica evidente, nesse sentido, é que a influência positivista e a conjuntura do Brasil orientam os deveres funcionais previstos no Código

de Ética de 1965. Conforme aponta Barroco (2010, p. 126), o Código de Ética de 1965, por não apontar as contradições sociais, foi despolitizante e acritico em face das relações sociais que dão suporte à prática profissional.



Exemplificando

Na prática profissional, o assistente social pode utilizar do pensamento crítico do atual Código de Ética, diferentemente do Código de Ética de 1965. Por exemplo: ao discutir a liberdade e a autonomia, o profissional pode e tem o direito de esclarecer o usuário sobre os critérios para a inserção nos programas sociais, bem como questioná-los em favor da população usuária. Na liberação de benefícios municipais, o profissional pode auxiliar na construção de sua regulação.

Ao finalizar esta seção de autoestudo, ficamos com o gostinho na boca de discutir as questões éticas na conjuntura atual do Brasil, diante do quadro político vivenciado. Entretanto, para o Serviço Social discutir a ética na atualidade, cabe percorrer ainda a sua própria história. Assim, desejamos que as próximas seções possam compor o seu conhecimento e dar sentido ao panorama que vivemos hoje.

Sem medo de errar

Vamos lá, chegamos ao momento de pensar na resolução da situação-problema, portanto, algumas dicas e orientações podem auxiliá-lo a compreender e identificar a argumentação adequada ou a mais próxima possível.

Lembre-se de que a seção *Não pode faltar* apresenta elementos e indicações de pesquisa para compor o seu argumento teórico, de modo que você, aluno, consiga identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, evitando simplesmente reproduzi-las sem fazer observações à luz do pensamento empírico/teórico. Veja, recomendamos que você elabore a primeira atividade solicitada no contexto de aprendizagem, ou seja, a primeira parte do relatório sobre a intervenção na perspectiva da conjuntura da década de surgimento do Serviço Social Brasileiro.

No caso da situação-problema, algumas perguntas podem auxiliá-lo a compor o relatório, como, por exemplo, identificar a linha teórica que sustentava as ações dos assistentes sociais naquela época. Conhecer se existia uma fundamentação ética ou moralista, religiosa ou científica.

Com base nas informações descritas, pense quais estratégias eram utilizadas e qual a sua percepção dos limites e ações possíveis nesse atendimento, pensando na perspectiva do 1º Código de Ética do Serviço Social.

Observemos que a conjuntura política, econômica e social brasileira de 1930 a 1940 estava arraigada no conservadorismo e que não existiam políticas sociais para dar

conta das necessidades sociais da população. Recordemos a roda dos expostos ou a roda dos rejeitados. Tratava-se de tambores ou portinholas chumbadas na parede, de modo que as pessoas colocassem nelas bebês e as girassem sem serem vistas. Era um mecanismo para que as crianças, na maioria recém-nascidos, fossem entregues às instituições de caridade. Isso funciona na Europa, e a ideia foi introduzida no Brasil, pelas Santas Casas da América Portuguesa em meados de 1726 e 1738, respectivamente, em Salvador e no Rio de Janeiro.

Ou seja, colocar-se no lugar da pessoa atendida remete a compreender a noção de ética, de ética profissional e a dimensão da moral. Para essa situação, o conceito de moral e de ética constam no corpo do texto teórico da Unidade 1 e podem auxiliá-lo na resolução da situação-problema. Entretanto, somente na presente seção de autoestudo, a completude das informações pode sinalizar para você, aluno, o avanço na reflexão da teoria e prática.

Lembre-se de que as reflexões e a resolução da situação-problema balizam e fortalecem o seu conhecimento e vão compor a sua prática profissional como assistente social.

Avançando na prática

Rodas dos expostos

Descrição da situação-problema

A entidade social Luz e Vida, localizada numa cidade do interior da Bahia, acolhe crianças e adolescentes vítimas de violência, encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude. O assistente social Sr. João Carlos foi procurado por uma senhora de 80 anos, lúcida e sem dificuldades de deambulação, vizinha à entidade. Ela solicitou ajuda, pois queria uma “menina, uma mocinha para adotar e que pudesse fazer companhia para ela”, pois o esposo havia falecido e os filhos moravam longe, e ela ficava muito tempo sozinha, sem companhia. Disse que era aposentada e que a renda poderia pagar as despesas da menina. Disse ainda que, quando tinha 10 anos de idade, ela e suas irmãs foram entregues também pelos pais para adoção por serem muito pobres e que, na época, soube que os pais procuraram o Serviço Social para entregá-los.

Considerando a perspectiva teórica e as políticas sociais da época em que a vizinha e seus irmãos foram adotados, como auxiliar o João Carlos a ressignificar o papel do Serviço Social para a cidadã? Quais os elementos éticos da conjuntura atual, em detrimento dos valores e da conjuntura da época, podem compor a sua resposta? E como entender a necessidade da vizinha e dar o encaminhamento adequado para a sua situação?

Resolução da situação-problema

Para a resolução da situação-problema, devemos lembrar sempre que a teoria ilumina a prática profissional.

Veja que três situações apresentam-se em uma só. Como assim três? Sim, três situações, pelo menos. A primeira diz respeito à solicitação da idosa e os motivos que ela utiliza para justificar o pedido. O assistente social da entidade deve orientar que qualquer pessoa faça esse pedido ao Judiciário, que, conforme a estrutura de cada fórum, dará as orientações cabíveis ao processo de adoção. Depois, deve explicar por que essas crianças e adolescentes foram acolhidas (no geral, sem citar algum nome) e expor o que significa o processo de adoção e que as crianças e adolescentes não são "empregados" dos adotantes. Também deve explicar que a perspectiva do Serviço Social na época era conservadora, conforme a sociedade da época, e que não existiam respostas do Estado (poder público) para os pais que por ausência de renda/pobreza entregavam os filhos para a adoção. Muitas famílias acreditavam que, na "entrega", os filhos teriam melhores condições de vida, um futuro diferente. Ainda pensando na solicitação da vizinha, cabe propor e/ou encaminhar a sua demanda por convivência. Veja que ela solicita companhia. Assim, proponha acionar o CRAS da região para visitá-la para pensar em ações de fortalecimento de vínculos, familiares e comunitários, tendo em vista que ela apresenta estar em isolamento social.

Faça valer a pena

1. O Serviço Social brasileiro surge na década de 1930 sob a concepção da doutrina religiosa católica, tendo como matriz a concepção filosófica de São Tomás de Aquino. A conjuntura política, econômica e social encontrava-se em mudança e o povo clamava pelo processo de industrialização.

O Brasil, no marco de surgimento do Serviço Social brasileiro, encontrava-se em qual modelo de governo?

- a) Monárquico.
- b) Republicano.
- c) Socialista.
- d) Imperialista.
- e) Colonialista.

2. A economia brasileira teve na monocultura do café a base para a sustentação macroeconômica. O capital girava nas mãos de poucos que sustentavam esse modo de produção agrícola. Portanto, os donos do capital possuíam os meios de produção, enquanto os trabalhadores não.

A monocultura do café, no Brasil, sustentou o país, mas, por outro lado, foi um entrave ao processo de:

- a) Emancipação.
- b) Certificação.
- c) Produção.
- d) Industrialização.
- e) Exportação.

3. Após 18 anos, ao completar literalmente a sua maioridade, surge o 2º Código de Ética do Serviço Social brasileiro, em 8 de maio de 1965. Ele revisita a estrutura básica do Código de Ética de 1947. A conjuntura do país era de repressão e, paradoxalmente, o código foi construído em plena ditadura militar-civil, concomitantemente ao recente Golpe de 64.

Qual era a perspectiva do Código de Ética de 1965?

- a) Crítica.
- b) Doutrinária.
- c) Conservadora.
- d) Centralizadora.
- e) Emancipadora.

Seção 2.2

Conjuntura brasileira de 1960/1970: golpe de 1964

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo! Na seção anterior iniciamos os estudos dos Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro, compreendendo a conjuntura política, econômica e social desde a década do surgimento do Serviço Social até a instauração do segundo código de ética. Nesta seção, alcançamos, na trajetória histórica, a década de 1960 a 1970. Que bom que você chegou nesta nova etapa!

Vimos, no contexto de aprendizagem, que, após viajar no tempo, você, aluno, deparou-se, na prática profissional, com diversas décadas do século XX tendo como pano de fundo a conjuntura política, econômica e social do Brasil e as perspectivas do código de ética profissional.

Nesta viagem, você está em plena década de 1970. O Brasil apresenta outras configurações, estruturas e discussões teóricas. O desenvolvimentismo, enquanto modelo de gestão, é a base de atuação da gestão pública do governo no país. Mas, espera, desenvolvimentismo e ditadura? Isso funciona? Quais foram os impactos para o Serviço Social? Foram positivos ou negativos? Como considerar os valores do 3º Código de Ética, de 1975, em plena ditadura?

Não se esqueça: você viajou no tempo e a conjuntura vigente é outra.

Vamos lá! O desafio lançado é que você faça um desenho sobre a liberdade e o descreva posteriormente, considerando os valores do "bem comum" e da "justiça social" do terceiro código de ética. Ah, não se esqueça: a seção *Não pode faltar* pode auxiliá-lo em sua viagem no tempo.

Não tenha medo. Expresse a sua arte! Uma ótima atividade para você!

Não pode faltar

Vimos, na seção anterior, o processo de consolidação do primeiro e do segundo código de ética profissional e o surgimento e o fortalecimento do Serviço Social

paralelo à análise de conjuntura. Resgatamos, ainda, alguns elementos da conjuntura da década de 1960 para o panorama da década compreendida entre os anos de 1970 e 1980.

A profissão do Serviço Social teve a regulamentação aprovada em 27 de agosto de 1957 e foi regulamentada pelo decreto nº 994 de 15 de maio de 1962. Apesar da regulamentação, a formação profissional ainda não tinha bases teóricas que pudessem sustentar uma crítica consciente.

Nessa época o governo encontrava-se em numa crise política considerável, levando o então presidente Jânio Quadros à renúncia em 1961. O vice-presidente, João Goulart, em um clima político nada favorável, assume a presidência de 1961 a 1964. Nesse instante relembramos, caro aluno, um marco significativo que desencadearia o drama e a escuridão das décadas seguintes. Diante da crise instalada, e em busca de diálogo, o presidente literalmente "abre as portas do gabinete" para as organizações sociais. O medo da classe hegemônica burguesa conservadora de uma possível virada do país para o socialismo ganhou força. Enquanto os estudantes, as organizações populares e os trabalhadores tinham voz e espaço de participação, a inquietação e preocupação da classe conservadora se fundamentava na Guerra Fria e tinha apoio dos EUA.

O contexto do curto governo de Goulart tinha como predicados: uma constante e intensa crise econômica financeira, crises político-institucionais significativas, crise no sistema partidário, ampla organização das classes populares e, paralelamente a isso, uma organização dos setores militares e empresariais, e uma ampliação expressiva dos movimentos sindicais e dos trabalhadores rurais, que, em tese, foi um acirramento inédito da luta ideológica de classes (TOLEDO, 2004).

Nesse panorama, em 1964, o golpe militar-civil, conhecido como o Golpe de 64, rompeu com todas as bases possíveis para uma nova ordem societária, sendo um golpe contra as reformas sociais. Inicia-se, portanto, nesse ano, perdurando até 1985, o regime militar-civil. Conforme Paulo Netto resgata em Florestan Fernandes (2008, p. 25) o desfecho de abril foi "[...] a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como 'um padrão compósito e articulado de dominação burguesa'". As forças democráticas foram derrotadas, mas o processo histórico-social teve um fôlego maior.

O regime militar teve cinco governos em sua constituição histórica política, econômica e social no país.

O governo de Humberto de Alencar Castelo Branco teve início em 15 de abril de 1964 e durou até 15 de março de 1967. Vejam só, Castelo Branco assumiu a presidência declarando que iria defender a democracia, porém, logo ao assumir, a sua postura foi autoritária. Entre as suas ações vamos identificar que ele:

- ✓ Criou os atos institucionais (AI);
- ✓ Estabeleceu as eleições indiretas para a presidência;
- ✓ Dissolveu os partidos políticos;
- ✓ Cassou vários parlamentares federais e estaduais;
- ✓ Cancelou os direitos políticos e constitucionais de vários cidadãos;
- ✓ Intervi militarmente nos sindicatos.

No governo de Castelo Branco, os únicos partidos que foram “permitidos” foram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Enquanto o primeiro partido posicionava-se como oposição, sob o controle militar, o segundo representava os militares.

Na área econômica, o governo cria o plano de combate à inflação e de recuperação econômica chamado Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que visava garantir aos empresários nacionais e estrangeiros o aumento dos seus lucros para que eles investissem mais capital no Brasil.

O governo assumiu o pleno controle da economia, reduziu o crédito bancário, aumentou os impostos e iniciou a prática da redução dos salários, que ficou conhecida como política de arrocho salarial. É nesse governo que institui-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu a garantia da estabilidade no emprego e a unificação dos institutos de aposentadoria e pensões com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Em atitude de imposição, o governo militar institui o AI-4, abrindo novamente o Congresso para aprovar uma nova Constituição, que confirmaria e institucionalizaria assim o regime militar.

O então general Arthur da Costa e Silva encontrava-se na posição de Ministro do Exército do governo de Castelo Branco quando foi o único candidato à presidência do Brasil pela ARENA. Assumiu como presidente do Brasil em 15 de março de 1967, perdurando até 31 de agosto de 1969. Foram dois anos de lutas sociais e grandes protestos no país, aumentando a oposição ao regime militar, como passeatas dos estudantes e greve dos operários, que paralisaram as fábricas. Nesse período, a guerrilha urbana foi organizada, com assaltos a bancos e sequestros de embaixadores para o financiamento do movimento de oposição armada.

Como resposta, o presidente cria o AI-5, sendo o ato mais expressivo da ditadura que perdurou até 1978. Nesse ato:

- ✓ Foi dado poder aos governadores para punirem “os inimigos” do regime;
- ✓ Juízes foram aposentados;
- ✓ Mandatos foram cassados;
- ✓ Acabaram as garantias do habeas-corpus;
- ✓ A repressão militar e policial aumentou.

No governo Costa e Silva, no plano econômico e social, algumas mudanças foram significativas, apesar de não se consolidar a democracia e de ser instituído o controle da liberdade de expressão e de imprensa: foram tomadas medidas para combater a inflação, fez-se uma revisão na política salarial, ampliou-se o comércio exterior, extinguiu-se o serviço de proteção ao Índio, com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Junto com uma comissão de juristas, o governo elaborou uma reforma política, que seria apresentada por meio de uma emenda constitucional, que incluía a extinção do AI-5 e seria assinada no dia 7 de setembro de 1969. Entretanto, na semana anterior, Costa e Silva sofreu um acidente vascular cerebral, vindo a óbito em 17 de dezembro de 1969.



Pesquise mais

Assista ao clipe com a canção de Geraldo Vandré *Pra não dizer que não falei das flores*, que retrata a ditadura e o enfretamento do povo contra a opressão.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A_2Gtz-zAZM>. Acesso em: 29 nov. 2016.

De agosto a outubro de 1969, uma junta formada por três ministros, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, compôs o Governo da Junta Militar. O panorama social era de repressão total às manifestações, sendo um período de extrema violência. É nesse contexto que se institui a Lei de Segurança Nacional, que permite o exílio e a pena de morte. Mas entraríamos ainda em situações mais obscuras do ponto de vista político. O medo estava instalado, e a luta pela democracia também.

Convocado o Congresso, o general do Exército Emílio Garrastazu Médici é eleito e assume a presidência no dia 30 de outubro de 1969, perdurando o seu governo até 1974. Esse foi considerado o governo mais duro e repressivo do período, conhecido como “anos de chumbo”. Todos os meios de comunicação e expressão eram censurados. Registra-se, nesse período, a prisão, a tortura e o exílio de muito professores, políticos, músicos, artistas e escritores. A repressão e a censura foram colocadas em execução. Entramos, então, na década de 1970, em pleno regime militar.

Vivenciamos na década de 70 o chamado “milagre econômico”. A economia destacou-se com um crescimento rápido, devido aos investimentos internos e aos empréstimos no

exterior. A indústria se expandiu e as exportações agrícolas foram elevadas. O PIB interno crescia, e a inflação também. O Brasil criou uma infraestrutura, porém a preços altos. A dívida externa estava elevada para os padrões econômicos do país.



Refleta

Como podemos pensar em “milagre econômico” em pleno regime de ditadura? Você acredita em pleno desenvolvimento sem a autorização da liberdade de expressão?

Em 15 de março de 1974, após eleições indiretas, o general Ernesto Geisel assume a presidência, de 1974 a 1979, com a promessa da abertura lenta e gradual para a democracia. Com a alta da inflação e a redução do crescimento econômico, Geisel enfrentou o fim do “milagre econômico”.

Na tentativa de superação do quadro desfavorável, agravado pela vitória expressiva da oposição nas eleições parlamentares de 1974, apresentou seu projeto de abertura política “lenta, gradual e segura com vistas à replantação do sistema democrático no país”.

Como não deixaria de ser, em tempos de crise econômica e social, o período foi marcado por conflitos políticos e sociais, já que o processo de redemocratização entrava em choque com os interesses dos militares. Num processo gradual, o governo permitiu a realização, em 1974, da propaganda eleitoral pela primeira vez desde a instituição do AI-5. Os candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à Câmara dos Deputados e ao Senado, obtiveram vitória nos principais Estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nos dois órgãos governamentais.

A morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e a do sindicalista Manoel Fiel Filho, em 1976, causaram uma série de manifestações políticas contra o governo e demonstraram que havia um conflito de interesses dentro do Estado. Enquanto eram anunciadas medidas que pregavam maior abertura e liberdade política, Ernesto Geisel demitiu o ministro do Exército, general Sílvio Frota, isolando o grupo de militares que se colocava contra o processo de abertura política.

Em maio de 1978 foi registrada a primeira greve de operários metalúrgicos desde o Golpe de 1964, em São Bernardo do Campo/SP, sob a liderança do presidente do sindicato da categoria, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 31 de dezembro do mesmo ano, Geisel revogou o AI-5, que representou um passo decisivo no processo de redemocratização do país. Além disso, reatou relações diplomáticas com a China, fez com que o Brasil fosse o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Angola e, buscando novas fontes de energia para

o país, firmou o acordo nuclear com a Alemanha e incentivou a utilização do etanol como combustível.

É nesse contexto que o Serviço Social, na América Latina, buscava o significado teórico para a profissão acerca de sua origem e via a necessidade de ruptura com o conservadorismo.

O movimento de reconceituação teve início na América Latina, em 1965, perdurando por mais de uma década. Paulo Netto (2008) explicita que a reconceituação significou uma parte integrante significativa do processo de erosão do Serviço Social tradicional.



Com efeito, a reconceituação está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do desenvolvimento. Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de suas manifestações da "questão social" [...]. (PAULO NETTO, 2008, p. 146)

De forma única e quase sincronizada, o Serviço Social na América Latina abre um caminho para a renovação. Vejamos que a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, expõe que:



A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento "interno" da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las. (IAMAMOTO, 1992, p. 37)

O fato é que o movimento crítico no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em 1965 em Porto Alegre/RS, discutiu a conjuntura política, econômica e social, mas ainda manteve o conservadorismo, expresso no terceiro Código de Ética de 1975. O regime militar esteve presente em todas as instituições e para o Serviço Social não foi diferente.

O Código de Ética Profissional (CEP) de 1975, surge, portanto, mantendo ainda os pressupostos neotomistas dos códigos anteriores.

Apresenta um texto introdutório, mas não consolida e situa o processo histórico. Tem como pressuposto que o

[...] valor central que serve de fundamento ao Serviço Social é a pessoa humana. Reveste-se de essencial importância uma concepção personalista que permita ver a pessoa humana como o centro, objeto e fim da vida social. (CONSELHO FEDERAL..., 1975, p. 2)



Assimile

O Código de Ética Profissional (CEP) de 1975, surge, portanto, mantendo ainda os pressupostos neotomistas dos códigos anteriores.

Dessa forma, ainda congrega valores e princípios do humanismo cristão. Apresenta também dois valores à plena realização da pessoa humana:

- 1) Bem comum considerado como conjunto das condições materiais e morais concretas nas quais cada cidadão poderá viver humana e livremente;
- 2) Justiça social, que compreende tanto o que os membros devem ao bem comum, como o que a comunidade deve aos particulares em razão desse bem. (CONSELHO FEDERAL..., 1975, p. 2)

Portanto, os valores reforçam a compreensão neotomista e, apesar dos discursos de ruptura, mantêm o conservadorismo. O Código também não altera a terminologia "cliente", conforme o CEP de 1965.

Em relação ao sigilo profissional, o termo aparece como "segredo profissional" no Código de Ética de 1975, sendo o único que expressa em detalhes as informações que são vedadas ao assistente social. Portanto, advertia que ficava vedado (em detalhes) prestar qualquer tipo de informação que divulgasse nome, endereço ou qualquer outro dado que identificasse o "cliente". Aqui, fica claro o posicionamento coletivo atrelado ao momento político do regime militar vigente.

Este código também especifica que:

§5º - Não constitui quebra de segredo profissional a revelação de casos de sevícias, castigos corporais, atentados ao pudor, supressão intencional de alimento e uso de tóxicos, com vista à proteção do menor. (CONSELHO FEDERAL..., 1975, p. 4)

Ou seja, o assistente social, tomando conhecimento dessas situações, saberia que, na prática cotidiana, a revelação de dados nesses casos não seria considerada quebra de “segredo profissional”.

Enquanto a categoria fomenta e se posiciona nos congressos balizadores de teorização do Serviço Social, Geisel indica, pelo partido da Arena, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo como candidato à presidência e, após derrotar o candidato do MDB, assume em 15 de março de 1979 como presidente do Brasil, perdurando o seu mandato até 1985.

Figueiredo conteve o radicalismo militar e encaminhou a transição da ditadura para o regime democrático. Nesse período, o processo de redemocratização foi acelerado. Ele concede o retorno aos exilados políticos e condenados por crimes políticos, considerando a Anistia.



Exemplificando

Você consegue imaginar o que é ficar longe de sua família e de seu país, contra a sua vontade? Pois bem, podemos exemplificar no cotidiano profissional que um dos princípios do atual código de ética trata da liberdade como valor central do ser humano.

A situação econômica do país era delicada por conta dos empréstimos feitos durante o período do “milagre econômico”. A insatisfação popular era enorme com o regime militar.

No plano mundial, a crise do petróleo em 1979 culminou em uma nova crise, que ocasionou o aumento das taxas de juros internacionais e a disparada da inflação, por seis anos. É nesse período que a dívida externa passa a marca de 100 bilhões de dólares, obrigando o Brasil a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1982.

Apesar dos planos econômicos brasileiros, a crise não foi superada, pois ela assolava o panorama mundial. E através do incentivo agrícola, João Figueiredo combateu a crise financeira ao implementar um programa de incentivo à agricultura, capaz de modernizar o sistema agrícola do país e transformar o Brasil em um dos grandes exportadores do mundo.

No campo das políticas sociais do governo de Figueiredo, foram construídas quase 3 milhões de casas populares, recorde histórico até então, por meio de um programa de habitação. Assim, com tais medidas, Figueiredo conseguiu tirar o Brasil da recessão e ter um aumento no PIB superior a 7%. A elevação dos índices de exportação e a maior independência do mercado interno, especialmente em relação ao petróleo, fizeram com que a situação externa do Brasil atingisse, então, uma relativa estabilidade.

Mesmo com diversas ações preparatórias ao processo de redemocratização, o governo enfrentou significativas investidas de grupos de militares, como o atentado no Rio Centro. Mas, apesar disso, foi em seu governo que ocorreram as Diretas Já, uma das maiores movimentações populares do país. O pedido era a eleição direta do presidente pelo povo, baseado no projeto de lei do deputado Dante de Oliveira, que determinava essa eleição. Colocado em pauta, o projeto foi rejeitado pelo Congresso, mas a pressão exercida pelo povo ecoou pedindo o fim do regime militar.



Faça você mesmo

Convide seu amigos para uma sessão pipoca. Assista ao filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, que retrata uma situação familiar durante a ditadura na década de 1970 no Brasil. Que tal?

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eDihyQAOQ1s>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

O governo de Figueiredo findou com a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral; porém, o povo clamava pelas Diretas Já e, em 1984, com o fim do regime militar, Tancredo, que fora eleito, falecia, assumindo o seu vice, José Sarney, culminando em 1988 na aprovação da Constituição Federal do Brasil, estabelecendo novos princípios democráticos ao país. Na próxima seção de autoestudo vamos percorrer a CF/1988 e a conjuntura social, política e econômica brasileira.

É importante lembrar que o serviço social, durante o regime militar, recolheu-se diante da forte opressão e perseguição política do período. O recolhimento, entretanto, não impediu o posicionamento e a discussão interna sobre o significado da profissão. Mesmo que os reflexos da ditadura tenham aquietado as possibilidades de ruptura com o conservadorismo, a apreensão teórica e a aproximação com a corrente filosófica marxista angariariam mudanças significativas ao Serviço Social, conforme veremos nos próximos Códigos de Ética.

Finalizando esta seção de autoestudo, compreendemos que os Códigos de Ética de 1947, de 1965 e de 1975 esboçaram o posicionamento coletivo conservador, com princípios e valores neotomistas, conforme a conjuntura vigente, na trajetória histórica brasileira. Assim, convidamos você, aluno, a utilizar os elementos apresentados para resolver a situação-problema. Vamos adiante?

Sem medo de errar

Chegamos ao momento de pensar na resolução da situação-problema. Algumas dicas e orientações podem auxiliá-lo a sentir-se seguro e confiante na utilização da argumentação adequada.

Lembre-se de que a seção *Não pode faltar* apresenta elementos e indicações de pesquisa para a composição de seu argumento teórico, de modo que você, aluno, consiga identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, para que simplesmente não as reproduza sem fazer observações à luz do pensamento empírico/teórico. Veja, recomendamos que você, no caso da situação-problema sobre os valores do “bem comum” presentes no código de ética de 1975, formule a resposta para algumas perguntas que podem auxiliá-lo na elaboração do desenho livre e de sua descrição, como: em que contexto nacional o código surge? O código possuía princípios e valores?

Com base nas informações descritas, pense quais estratégias eram utilizadas e qual a sua percepção dos limites e ações possíveis no contexto da ditadura, pensando na perspectiva do 3º Código de Ética do Serviço Social.

Observemos que a conjuntura política, econômica e social brasileira de 1970 a 1980 estava ainda arraigada no conservadorismo e que as tentativas de ruptura não se expressavam nos códigos de ética profissional.

Para essa situação, a trajetória histórica compõe o elemento principal da seção de autoestudo pelos fatores políticos, econômicos e sociais vigentes. Entretanto, somente na presente seção de autoestudo os elementos do regime militar refutam ao Serviço Social o posicionamento conservador.

Saiba que as reflexões e a resolução da situação-problema balizam e fortalecem o seu conhecimento e vão compor a sua prática profissional como assistente social.



Atenção

É importante compreender o momento político e social brasileiro durante o regime militar em consonância à leitura de conjuntura conservadora do código de ética de 1975.

Avançando na prática

Fala, que eu te escuto

Descrição da situação-problema

Após a revisão do Código de Ética Profissional de 1975, Carlos foi acionado pelo coordenador da instituição em que atuava para informar o endereço de um estudante que o havia procurado para atendimento social em busca de acesso para o trabalho em comunidade. Com base no “segredo profissional”, como Carlos pode orientar de forma adequada o coordenador? Que pressupostos éticos poderá esclarecer ao coordenador?

Esse é o nosso desafio.

Resolução da situação-problema

Para a resolução da situação-problema, é necessário realizar a leitura do Código de Ética Profissional (CEP) de 1975, pois foi o único que retratou com detalhes o “segredo profissional”. A legislação também respalda a prática profissional. Portanto, com base na seção *Não pode faltar*, vamos refletir e responder esse desafio.

Veja que, se Carlos considerar o artigo 7º do CEP, o assistente social encontrava-se com suporte legal para não expor situações mínimas do atendimento, como citar o nome, o endereço e/ou outras informações pessoais dos “clientes”.

Assim, cabe a Carlos explicitar verbalmente e/ou por escrito os pressupostos do artigo 7º do CEP/1975. Observe que, atualmente, a forma de elucidar as questões éticas de sigilo profissional possui outras diretrizes.

Simple assim!

Faça valer a pena

1. Os processos de consolidação do primeiro e do segundo códigos de ética profissional expressam a presença do conservadorismo e da filosofia neotomista como diretrizes dos valores da profissão e da conjuntura política, econômica e social, desde o surgimento do Serviço Social.

A profissão do assistente social foi regulamentada em que ano?

- a) 1930.
- b) 1945.
- c) 1962.
- d) 1965.
- e) 1955.

2. Apesar da regulamentação da profissão do assistente social, a formação profissional ainda não tinha bases teóricas que pudessem sustentar uma crítica consciente. Na época, o governo encontrava-se em numa crise política considerável, levando o então presidente Jânio Quadros à renúncia em 1961. O vice-presidente, João Goulart, em um clima político nada favorável, assumiu a presidência de 1961 a 1964.

Destaque o marco significativo da gestão do presidente João Goulart.

- a) Financiamento estudantil.

- b) Aplica um golpe de Estado.
- c) Institui atos institucionais.
- d) Elege diretamente os governadores e principais prefeitos das capitais.
- e) Abertura ao diálogo e à participação da sociedade.

3. Em 1964 o golpe militar-civil, conhecido como o Golpe de 64, rompeu com todas as bases possíveis para uma nova ordem societária, sendo um golpe contra as reformas sociais. Inicia-se, portanto, em 1964, perdurando até 1985, o regime militar-civil.

Sinalize quantos governos existiram no período do regime militar brasileiro.

- a) 3.
- b) 4.
- c) 1.
- d) 5.
- e) 7.

Seção 2.3

Conjuntura brasileira de 1980/2000: Constituição federal de 1988

Diálogo aberto

Oi, que bom saber que você, aluno, já está concluindo a última seção de autoestudo desta unidade de ensino. Seja bem-vindo aos estudos da Conjuntura Brasileira de 1980 a 2000: Constituição Federal do Brasil de 1988. Vamos lá, você chegou em uma nova etapa!

Vimos no contexto de aprendizagem que, após viajar no tempo, você se deparou com a prática profissional em diversas décadas do século XX, tendo como pano de fundo a conjuntura política, econômica e social do Brasil e as perspectivas do código de ética profissional.

Olha, você viajou no tempo e se encontra ainda na década de 1970. Você está dialogando com uma assistente social, colega de profissão. Você percebe que o seu papel nesse diálogo é ouvir as observações dela sobre o atendimento social. A abordagem de sua colega profissional é da década em que ela atua, portanto, tem base na perspectiva teórica de 1970. Lembre-se de que a sua referência de conjuntura, de perspectiva teórica, de código de ética e visão de mundo são outras. Por que essa assistente social chama o cidadão de cliente? Por que ela propõe um tratamento para seus problemas sociais? Veja que bacana o seu desafio, que será o de colocar esse diálogo no papel. Finalize o seu relatório, considerando as solicitações das Unidades 1 e 2, considerando a diferença entre "cidadão" e "cliente", "acompanhamento social" e "tratamento". Este é o relatório final que engloba todas as atividades desenvolvidas até aqui. Você deverá construir um relatório teórico da postura profissional do assistente social na posição moralista e na posição ética. No seu relatório, não se esqueça de considerar a dimensão dos valores e princípios do Código de Ética de 1975 com o Código de Ética de 1993.

Expresse as suas ideias e não tenha medo! Uma ótima atividade para você!

Não pode faltar

Na seção anterior discutimos a conjuntura brasileira e os códigos de ética profissional de 1965 e 1975. Entramos na década de 1980, em pleno processo de redemocratização brasileira, em busca de tentar romper com o tradicionalismo e o conservadorismo presentes no Serviço Social. Portanto, nesta última seção de autoestudo, concluindo a Unidade de Ensino, vamos percorrer a década de 1980 aos anos 2000, pois o “mundo não acabou”, e as profecias estão sendo inscritas e concretizadas no cotidiano profissional, com muita força e luta para a consolidação da profissão e do projeto ético-político.

No período de 1979 a 1985, o Brasil foi governado pelo general João Baptista Figueiredo, que acelerou o processo de redemocratização brasileira. Com a Lei da Anistia, foi concedido o direito de retorno ao Brasil dos brasileiros exilados e condenados por crimes políticos. Recordemos a música *O Bêbado e a Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc, que foi imortalizada na voz de Elis Regina.



[...] Que sonha com a volta
Do irmão do Henfil.
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora!
A nossa Pátria
Mãe gentil
Choram Marias
E Clarices
No solo do Brasil [...]

Herbert José de Souza, o Betinho, era irmão do célebre cartunista Henrique de Souza Filho, mais conhecido como Henfil, lutava pela defesa da democracia e da liberdade, sendo um militante por Direitos Humanos, foi exilado dos “seios da pátria amada”. Como ele, tantos outros forjaram no cotidiano a mudança do status que o Brasil vivenciava. Os reflexos da ditadura ainda hoje reverberam no Brasil.



Pesquise mais

Assista ao clipe da Elis Regina cantando a música *O bêbado e a equilibrista* e reflita sobre a redemocratização brasileira. A letra inspira o posicionamento ético-político e entusiasmo pela democracia.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6kVBqefGcf4>>.
Acesso em: 30 nov. 2016.

Os últimos anos do regime militar foram marcados, no plano econômico, por um alto índice de inflação, chegando a negativar o PIB brasileiro em 1981, causando uma forte recessão. Paralelamente à década conhecida como “perdida”, tanto no Brasil como nos países “desenvolvidos”, os movimentos sociais e a luta por direitos sociais foram fortalecidos com o surgimento de novos partidos políticos e com o fortalecimento dos sindicatos.

Em 1984 as lutas pelas “Diretas Já” mobilizaram todas as esferas da sociedade brasileira com greves gerais e com a participação do sindicato em prol dos direitos sociais. Nesse período, Tancredo Neves fora eleito, ainda de forma indireta, mas faleceu uma semana antes de assumir como presidente. O seu vice, José Sarney, assumiu o cargo de presidente do Brasil com a finalidade de rever e reestabelecer a democracia.

A conjuntura econômica e social brasileira de 1980 findava o período do chamado “milagre econômico”. Mas a crise brasileira não pode ser definida, somente na raiz de 1980, pois ela tem raízes seculares, pois de um lado encontramos os senhores, proprietários e doutores e do outro os pobres, índios, trabalhadores, escravos (RODRIGUES; SOUZA, 1994).

Isso significa produzir riqueza pela produção da pobreza [...]. A industrialização brasileira não encurtou o abismo entre pobres e ricos. Os senhores viraram empresários, mas continuaram a viver em novas versões da casa-grande. Os escravos viraram trabalhadores, mas continuaram morando na senzala, em dormitórios feitos para isolar o pobre depois do serviço. (RODRIGUES; SOUZA, 1994, p. 31)

Pois é, a leitura de Betinho sobre a disparidade social ainda é contemporânea e o processo de redemocratização emergia por novas mudanças, por mudanças estruturais no Estado. Betinho ainda elucida que em 60 anos de industrialização (datado até a década de 1990), o Brasil havia gerado três categorias sociais, sendo os ricos, os pobres e os indigentes.



Exemplificando

A disparidade social na atualidade evidencia o enfoque excludente das políticas sociais neoliberais. No cotidiano profissional, a pobreza tem sido enfrentada com a transferência de renda (Bolsa Família entre outros).

Mas a década de 1980, para o Serviço Social, foi a de construção do projeto profissional, originado pela renovação, pela politização dos profissionais e estudantes, no antes e no depois da ditadura militar, e ao movimento de reconceituação latino-americana. Esse processo foi fortalecido pelas lutas democráticas e pela reorganização dos trabalhadores e dos movimentos sociais organizados (BARROCO, 2009, p. 16).



A abertura ao processo de redemocratização favoreceu a participação cívica e política dos profissionais, ampliando sua consciência, este contexto também propicia o confronto teórico e ideológico entre tendências e a luta pela hegemonia entre diferentes projetos societários e profissionais. (BARROCO, 2009, p. 16)

Como se desejava, para além dos planos econômicos e das garantias de “ordem e progresso” do regime militar, as diversas categorias profissionais, incluindo o Serviço Social, tiveram no processo de redemocratização, e por outros processos no interior da profissão, a ênfase necessária para a discussão sobre o conservadorismo nas suas próprias bases. Para tanto, esse processo culminou no posicionamento da negação do conservadorismo e reafirmou a liberdade como pressuposto profissional.

Com a participação cívica, nossos valores e princípios foram se reafirmando e emergindo diante do trabalho, da vivência e do enfrentamento de novas necessidades, de novas escolhas e posicionamentos de valor, da recusa de papéis tradicionais e da incorporação de novos referenciais ético-morais. No plano acadêmico, conforma resgata Barroco (2009), é lançada a obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982), *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, que baliza a vertente de ruptura do Serviço Social.

Com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o conhecido “Congresso da Virada”, em 1979, o posicionamento da categoria profissional com a classe trabalhadora foi um marco ético, ao se aproximar das reflexões de bases marxistas, com vistas à materialização dos valores éticos e políticos. Nesse sentido, ocorre o processo de organização sindical dos assistentes sociais e, por isso, a aproximação com a luta dos trabalhadores. Da aproximação, evidenciou-se o compromisso dos profissionais com as classes subalternas.

Com a maturação profissional desencadeada pela trajetória de intenção de ruptura com o tradicionalismo e conservadorismo e pela ampla reformulação curricular em 1982, o papel do assistente social na sociedade, ou seja, foi revisado em 1986, na rediscussão do Código de Ética profissional. A conjuntura política nacional foi favorável e convergiu com a revisão dos valores e princípios da profissão, diante das discussões nacionais da categoria.

Para Iamamoto, o Código de Ética de 1986 representou



[...] uma importante ruptura política com o tradicionalismo profissional: expressa um compromisso ético-político de construção de uma prática articulada àquelas que participam

da sociedade por intermédio de seu trabalho, propugnando eticamente o compromisso com a classe trabalhadora e, neste sentido, rompendo com o mito da neutralidade profissional. (IAMAMOTO, 2010 p. 100)

Portanto, a partir do posicionamento com a classe trabalhadora, em 1986, o Serviço Social rompe com a ética da neutralidade presente nos Códigos de 1947, 1965 e 1975. Nessa vertente, o posicionamento tinha o objetivo de reconhecer no Serviço Social as perspectivas societárias e a praticidade do homem em fazer escolhas e dar suas respostas criando e recriando a vida social (IAMAMOTO, 2010).

Supera a lógica da anormalidade e descaracteriza a tendência legalista do Código de Ética de 1975, politizando a sua natureza, enquanto um documento construído coletivamente pelos profissionais e pelas entidades representativas.

Pelo posicionamento ético-político em prol da classe trabalhadora, dissolve o conceito de “pessoa humana” e “bem comum”, em direção a um comprometimento ético aos usuários. Aliás, a terminologia beneficiário e cliente ficam para trás junto com a condensação ideológica do conservadorismo. O termo “usuário” passa a ser adotado.

Teoricamente, o Código de 1986 se apoiou na tradição marxista, mas isso não foi suficiente, conforme Barroco (2009), pois não foi desenvolvido o bastante em sua parte operacional e em seus pressupostos teóricos. Isso só ocorreria no Código de 1993 (discutiremos mais à frente). Ainda, o Código negava os valores históricos, tinha a recusa do compromisso velado ou explícito com os poderes instituídos. Buscava que as ações profissionais fossem garantidas e pautadas em parâmetros de capacitação, no âmbito da pesquisa e da gestão das políticas sociais e programas.

O Código Ética de 1986, portanto, apresentou três dimensões de mudanças (BARROCO, 2010), sendo:

- 1) A negação da base filosófica tradicional e conservadora, em vistas da neutralidade profissional (posicionamento com a classe trabalhadora);
- 2) Rompimento com os pressupostos metafísicos e idealistas e aproximação com a base teórica marxista;
- 3) Rompimento e negação dos pressupostos dos profissionais tradicionais.

A caixa de Pandora foi aberta para o Serviço Social, na aproximação com o marxismo, na vertente da intenção de ruptura, entretanto, o projeto ético-político do Código de 1986 ainda precisava ser revisitado, pois se tornara representativo da classe trabalhadora, não contemplando a pluralidade. Pluralidade esta clamada pela sociedade no âmbito da conjuntura nacional.

Em 1985, o então presidente eleito, Tancredo Neves, veio a óbito uma semana antes de assumir a presidência. Assume, portanto, o seu vice, José Sarney, que conduziria o processo de redemocratização já iniciado. Após assumir, constitui o processo de revisão da Constituição Federal, via Assembleia Constituinte.

Promulgada, num processo de luta e interesses de classes, a Constituição Federal, conhecida como a Constituição Cidadã, se configura como norte e como rumo à democracia brasileira. Em seu texto, os Direitos Humanos e Sociais são estabelecidos. Entramos na década de 1990, ainda temos um “país fresco” da Constituição Federal de 1988, quando a crise mundial do capitalismo reviraria os cuidados necessários para a efetivação dos direitos sociais.

O processo de globalização neoliberal ingressou o Brasil numa peça trágica que poucos gostariam de assistir, ou pior, de vivenciar, pois a lógica excludente do capitalismo reatualizaria as velhas estratégias de solução moral da questão social.

No governo do então presidente, eleito democraticamente, Fernando Collor de Mello, ocorreu a abertura ao processo do neoliberalismo e no governo de Fernando Henrique Cardoso, ela se consolidou com as privatizações e com a desresponsabilização do Estado com as políticas públicas. No campo das políticas sociais, houve até apelos éticos em nome da caridade, em nome da solidariedade, reduzindo o papel do Estado na garantia de direitos sociais.

Conforme aponta Barroco, a década de 1990 foi caracterizada por



[...] um contexto de perda de direitos historicamente conquistados e de um processo de desumanização, no qual as condições para assegurar a manutenção da vida humana não estão sendo garantidas para grande parte da humanidade, em vários aspectos, materiais e subjetivos. O desemprego, a pobreza, a desregulamentação do trabalho e da proteção social, o aprofundamento da exclusão e da exploração, a violência, a degradação ambiental, a dependência político-econômica de centenas de países pobres em face da dívida externa, entre outros, evidencia o abismo entre o desenvolvimento do gênero humano e a pobreza da maioria da humanidade. (BARROCO, 2009, p. 18)

Como se vê, o panorama mundial e brasileiro perante o neoliberalismo constituiu-se num retrocesso gigante na garantia dos Direitos Humanos e Sociais. Ou seja, tínhamos um “bebê novo” para cuidar, porém sem estrutura nenhuma para gestar os cuidados.



Refleta

Será mesmo que o avanço do neoliberalismo constituiu um processo de retrocesso nos direitos sociais e humanos? Ou será que o povo brasileiro é folgado, preguiçoso e não gosta de trabalhar? O que você acha?

Incorporando a necessidade da revisão do projeto ético-político de 1986, em consonância com a concepção teórica marxista na conjuntura política, econômica e social, o Serviço Social vivencia uma revisão construída coletivamente, a partir de:

- ✓ Seminário Nacional de Ética em 1991;
- ✓ Encontros Estaduais;
- ✓ XII ENESS (Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social);
- ✓ XX Encontro Nacional CFESS/CRESS em 1992.

Dos encontros, o amadurecimento intelectual gerou um debate nacional revisitando o Código de Ética de 1986, com vistas à consolidação do projeto profissional nos marcos de uma ação crítica e democrática. Ou seja, de projeto profissional de ruptura passamos a um status mais amplo, que começa a ser definido como projeto ético-político, com referenciais em ambos os códigos. Assim, em 15 de março de 1993, é aprovado o 5º Código de Ética Profissional do Serviço Social.

O novo Código de Ética apresentou a necessidade da renovação e atualização da Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social. A sua formulação, portanto, ocorreu num cenário de enfrentamento e resistência às políticas neoliberais.

No aspecto teórico marxista, teve fundamentação na ontologia social de Marx, portanto, expresso:

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 3)



Dessa forma, o Código de Ética de 1993 subsidiou um posicionamento coletivo, como ferramenta única para os encaminhamentos práticos objetivos. Portanto, o Código supera os princípios neotomistas, conservadores e vincula-se a um projeto amplo, na totalidade. É o que Lamamoto (apud BONETTI, 2010, p. 92), sinaliza como superação do marxismo vulgar, sem a pureza teórico-filosófica de Marx, embebecida, portanto, somente na vulgaridade política conservadora e travestida por uma lógica positivista. Ou seja, na prática messiânica e idealizada no cotidiano profissional.



Faça você mesmo

Descubra o que você consegue relacionar sobre a presença da teoria marxista no modo de ser da profissão. E, mais, o que você acha de perguntar a algum assistente social qual foi a contribuição do marxismo para o Serviço Social? Vamos lá!

Contrários ao posicionamento cotidiano messiânico ou idealista, os valores do Código de Ética de 1993 são:



[...] orientadores das opções, escolhas, dos posicionamentos e julgamentos de valor realizados cotidianamente. Todavia, para que se materializem, é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta, seja ela na direção de um atendimento realizado, de uma necessidade respondida, de um direito adquirido. (BARBOSA, 2009, p. 20)

Ou seja, na prática profissional cotidiana, os valores expressos no Código de Ética, ganham materialidade quando os profissionais, nas ações conscientes e críticas, de forma politizada a objetivam, a consubstanciam com propriedade e compromisso ético.

Mas estamos falando de princípios e valores, e você já conhece os valores e princípios expressos no Código de Ética Profissional (CEP) de 1993? Vamos lá, conforme o CEP/1993 (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 3-4), os princípios fundamentais totalizam 11 prescrições por valores éticos e políticos, sendo:

- 1) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- 2) Defesa intransigente dos Direitos Humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- 3) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de

toda a sociedade, visando à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.

4) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

5) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

6) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

7) Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

8) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

9) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores.

10) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

11) Exercício do serviço social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Os princípios, portanto, balizam as ações profissionais, sendo uma construção do coletivo profissional, que, na atualidade, do ponto de vista da ética profissional, motiva a resistência ao enfrentamento, dados os limites postos à viabilização dos direitos e dos valores que orientam a ação profissional (BARROCO, 2010).



Assimile

Princípio 4º. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Concluindo a nossa seção de autoestudo, convidamos você, aluno, a refletir sobre o processo de construção entre o 4º e 5º Código de Ética e a compreender a necessidade de sustentar o posicionamento coletivo nas ações cotidianas, balizados nos princípios e valores da profissão.

Sem medo de errar

Chegamos ao momento de pensar na resolução da situação-problema.

Pensamos em algumas dicas e orientações para auxiliá-lo a compreender e identificar a argumentação adequada.

Primeira dica: lembre-se de que a seção *Não pode faltar* apresenta elementos e indicações de pesquisa para compor o seu argumento teórico, de modo que você, aluno, consiga identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, para que simplesmente não as reproduza sem fazer observações à luz do pensamento empírico/teórico.

Segunda dica: recomendamos que você elabore a primeira e a segunda atividade solicitada no contexto de aprendizagem, ou seja, a primeira e a segunda parte do relatório sobre as intervenções na perspectiva da conjuntura da década de surgimento do Serviço Social brasileiro e da década de 1970.

No caso da situação-problema algumas perguntas podem auxiliá-lo a compor o relatório, como, por exemplo, identificar a linha teórica que sustentava as ações dos assistentes sociais naquela época. Conhecer se existia uma fundamentação ética ou moralista, religiosa ou científica?

Com base nas informações descritas, pense quais estratégias eram utilizadas e qual a sua percepção dos limites e ações possíveis nesse atendimento, pensando na perspectiva do 2º e 3º Código de Ética do Serviço Social.

Observemos que a conjuntura política, econômica e social brasileira de 1960 a 1970 estava arraigada no conservadorismo no plano das intervenções profissionais e que no campo social o regime militar ditava as regras. Lembre-se de que a sua referência de conjuntura, de teoria, de Código de Ética e visão de mundo são outras. Por que essa assistente social, em plena década de 1970, chama o cidadão de cliente? Por que ela propõe um tratamento para seus problemas sociais? Finalize o seu relatório, portanto, considerando as solicitações das Unidades 1 e 2, analisando a diferença entre "cidadão" e "cliente", "acompanhamento social" e "tratamento". Nesse texto, considere a dimensão dos valores e princípios do Código de Ética de 1975 com o Código de Ética de 1993.

Lembre-se de que as reflexões e a resolução da situação-problema balizam e fortalecem o seu conhecimento e vão compor a sua prática profissional como assistente social.



Atenção

O ponto crítico da situação-problema é identificar o posicionamento conservador da década de 1970 e relacioná-lo aos valores de rompimento com esse padrão a partir do Código de Ética de 1993.

Avançando na prática

Democracia para quem?

Descrição da situação-problema

No cotidiano profissional, Joana foi acionada pelo gestor do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), enquanto assistente social que atende adolescentes que praticam ato infracional. O gestor do CREAS questionou o porquê do aumento do número de atos infracionais na cidade e por que ela não tinha resolvido o problema, como se os atos fossem culpa de sua ação. E agora? Como auxiliar Joana a situar eticamente o gestor sobre a conjuntura?

Resolução da situação-problema

Uma forma autoritária de gerir um serviço, seja público ou privado, é a responsabilização dos profissionais pelas questões macro, como se eles fossem os responsáveis pelos problemas estruturais do Estado.

Nessa situação, Joana pode colaborar com o gestor instrumentalizando-o com a análise da conjuntura do município onde atua e diagnosticando, a partir dos dados de que possui, a fragilidade da infância e juventude, na realidade da cidade. Sugira que discuta a situação dos adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Caso o autoritarismo traga transtornos éticos, na atuação profissional, a profissional pode acionar o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), expondo o excesso de autoritarismo e a exposição ética da profissional.

Faça valer a pena

1. Os últimos anos do regime militar foram marcados, no plano econômico, por um alto índice de inflação, chegando a negativar o PIB brasileiro em 1981, causando uma forte recessão. Paralelamente à década conhecida como "perdida", tanto no Brasil como nos países "desenvolvidos", os movimentos sociais e a luta por direitos sociais foram fortalecidos com o surgimento de novos partidos políticos e com o fortalecimento dos sindicatos.

De 1979 a 1985, o Brasil foi governado pelo general João Baptista Figueiredo, que acelerou o processo de redemocratização brasileira. Foi concedido o direito de retorno ao Brasil dos exilados políticos, com a:

- a) Lei Orgânica da Assistência Social.
- b) Lei de Anistia.
- c) Código de Ética Profissional de 1986.
- d) Assembleia Constituinte.
- e) Constituição Federal de 1988.

2. A conjuntura econômica e social brasileira de 1980 findava o período do chamado "milagre econômico" brasileiro. Mas a crise brasileira não pode ser definida somente na raiz de 1980, ela tem raízes seculares, pois de um lado encontramos os senhores, proprietários e doutores e do outro os pobres, índios, trabalhadores, escravos (RODRIGUES; SOUZA, 1994).

O processo de redemocratização brasileira emergia por:

- a) Mudar a estrutura do Estado.
- b) Controlar a gestão pública.
- c) Acabar com a desigualdade social.
- d) Incentivar o autoritarismo.
- e) Controlar a liberdade civil.

3. Dos encontros da categoria profissional nos anos de 1990 a 1993, o amadurecimento intelectual gerou um debate nacional revisitando o Código de Ética de 1986 visando à consolidação do projeto profissional nos marcos de uma ação crítica e democrática.

Do projeto profissional de ruptura passamos a um status mais amplo, que começou a definir:

- a) A lei de regulamentação da profissão.
- b) O código de ética.
- c) O currículo acadêmico profissional.
- d) O projeto ético-político.
- e) A lei de diretrizes curriculares.

Referências

BARBOSA, Zélia de Oliveira. **A história do serviço social no município de Uberaba**. 2008. Tese (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Franca, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Fundamentos éticos do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BONETTI, Dilsea Adeodata. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional de 1975**. Brasília: CFESS, 1975. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. **Código de Ética Profissional de 1947**. Brasília: CFESS, 1947. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. **Código de Ética Profissional de 1965**. Brasília: CFESS, 1965. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. **Código de Ética Profissional de 1986**. Brasília: CFESS, 1986. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. **Código de Ética Profissional de 1993**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

ELIS Regina: o bêbado e a equilibrista. 5 ago. 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6kVBqefGcf4>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

GUEDES, Olegna de Souza. **A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista**. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n1_compreensao.htm>. Acesso em: 30 nov. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O debate contemporâneo do serviço social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilséa et al. (Org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARQUES, A. Uma existência a serviço do social (1938-1988): Helena Junqueira. **Serviço Social & Realidade**. Franca, n. 6, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PRA NÃO dizer que não falei das flores - Geraldo Vandré (1968). 19 mar. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A_2Gtz-zAzM>. Acesso em: 29 nov. 2016.

RODRIGUES, Carla; SOUZA, Herbert de. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002>. Acesso em: 18 set. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

O código de ética do serviço social de 1993

Convite ao estudo

Olá, seja bem-vindo! Vamos iniciar os nossos estudos sobre o Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993, introduzindo o tema a partir dos princípios do Código de Ética, como conjunto de valores da categoria, os direitos e deveres básicos dos assistentes sociais em conformidade ao Código de Ética e os aspectos do sigilo profissional e da quebra do sigilo profissional.

Para isso, a competência técnica desejada indica que o caminho inicial enseja conhecer e identificar a constituição dos princípios do Códigos de Ética de 1993, considerando os valores estabelecidos pelo coletivo profissional, bem como conhecer os direitos e deveres dos profissionais e os elementos que constituem o sigilo profissional, e em que situações a quebra do sigilo pode ocorrer. Portanto, conhecer o Código de Ética vigente visa instruí-lo, enquanto aluno, para que na figura de profissional tenha uma ação ético-reflexiva.

Para o Serviço Social, o Código de Ética compõe o projeto ético-político. Atrelado, portanto, à leitura crítica de conjuntura, traduz o que o coletivo profissional declara e defende como valores e princípios. Por essa dimensão ética, apresenta aos assistentes sociais o desafio de colocar em prática essas garantias.

Agora, caro aluno, vamos apresentar o contexto de aprendizagem teórico-prática para aproximar o conhecimento acadêmico da realidade vivenciada na prática profissional. O contexto que apresentamos trata de um convite aceito para elaborar e apresentar uma palestra sobre o Código de Ética do Serviço Social de 1993. Olha, que desafio! A palestra tem como público-alvo alunos estudantes do 4º semestre da graduação de Serviço Social. A conjuntura política e social é de 2016, na qual o conservadorismo

e a redução de acesso aos direitos sociais se fazem presentes. O Brasil encontra-se em crise econômica com redução de empregos, inflação em alta e taxas de juros abusivas. Recordamos que o Código de Ética do Serviço Social de 1993 apresenta, em seu bojo, um conjunto de princípios e valores éticos construídos historicamente e determinados pelo coletivo profissional. Possui uma base teórico-crítica e dimensões teórico-metodológicas que sustentam e qualificam as ações práticas cotidianas. Afiança ações de lutas por garantias diversas, pela autonomia e liberdade dos usuários para acesso a direitos. Descreve os direitos e deveres, garante o sigilo profissional, entre outros aspectos.

O desafio, para você, aluno, é pensar como apresentar o Código de Ética e os dilemas profissionais contemporâneos, e compreender quais princípios e valores são determinados pelo coletivo profissional. O que é importante apresentar aos alunos?

Boa atividade! Vamos lá?

Seção 3.1

Introdução ao código de ética de 1993

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo aos estudos do Códigos de Ética Profissional do Serviço Social de 1993!

Vimos, no contexto de aprendizagem, que, após o convite para palestrar, você, aluno, depara-se com o conteúdo do Código de Ética, e como proposta inicial opta por apresentar o princípio da liberdade e da autonomia aos alunos ouvintes da palestra. Ocorre que, durante a explicação do conceito, um aluno pediu a palavra e o questionou se “o conceito de liberdade não é limitador, uma vez que, quando estamos atuando profissionalmente, devemos seguir as regras institucionais e muitas vezes essas regras limitam nossas ações”. Para pensar na construção da resposta, o Código de Ética possui um caminho para essa resolução? Ele possui a resposta? Considere dois artigos do Código de Ética que sustentam a relação do profissional com a entidade empregadora e elabore uma resposta bem estruturada. A sua resposta fará parte do resumo da palestra que será publicado em uma revista de circulação no meio profissional, então aproveite para sustentar a sua ideia na construção da sua resposta.

Não se esqueça: a seção “Não pode faltar” pode auxiliá-lo na elaboração da sua palestra.

Boa palestra, quer dizer, bom exercício!

Não pode faltar

Olá, seja bem-vindo!

Vimos, no decorrer das Unidades 1 e 2, que foram muitas as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas durante décadas na história do Serviço Social brasileiro. O destaque do Código de Ética Profissional de 1993 (CEP/1993) ampliou

a visão do Código de Ética de 1986 ao dar, historicamente, ênfase à ampliação das conquistas e ao reafirmar o redirecionamento ético-político. Aponta ainda uma crítica consistente em relação ao sistema de valores da burguesia e afirma o compromisso com a luta pela garantia dos direitos sociais e humanos.

A garantia dos direitos sociais e humanos foi expressa e evidenciada nos princípios e diretrizes estabelecidos no CEP/1993. Desta forma, os princípios assumidos marcam o compromisso profissional com uma nova perspectiva para a sociedade. Entretanto, é importante destacar que é no cotidiano profissional que os princípios e valores do CEP/1993 podem se objetivar em níveis diversos de consciência e comprometimento.

O cotidiano possui, em suas várias tonalidades, cores, cheiros e sabores, sentimentos como a angústia, como o prazer, dinâmicas naturalizadas, dinâmicas em construção e dinâmicas questionáveis. O cotidiano possui música, semânticas, comportamentos, fé, crenças e tradições, transcendências e um arcabouço de possibilidades lidas, escritas, vividas.

"O cotidiano 'é uma nuvem' de 'algodão' a se desfazer e refazer dentro [...] do processo da reprodução social, por meio da reprodução dos indivíduos." PAULO NETTO, 1987). Por essa razão, o cotidiano possui um espaço ineliminável e insuprimível, no qual vão se configurar três características (GUERRA, 2007, p. 13):



1. **diferencialidade:** o sujeito dirige totalmente sua atenção para as demandas muito diferentes entre si, no intuito de responder a elas. Por serem de naturezas diversas, ocupam integralmente a atenção dos sujeitos;
2. **imediatividade:** as ações desencadeadas na vida cotidiana tendem a responder, fundamentalmente, às demandas imediatas da reprodução social dos sujeitos;
3. **superficialidade extensiva:** considerando que as demandas do cotidiano são extensivas, amplas, difusas, diferenciadas e imediatas, os sujeitos acabam por encaminhá-las de maneira superficial, dado que a prioridade da vida cotidiana está em responder aos fenômenos na sua extensividade, e não na sua intensividade.

Assim, o cotidiano pode ser compreendido como o território da espontaneidade, das motivações efêmeras e particulares, da fixação repetitiva do ritmo e da rigidez do modo de vida. Conseqüentemente, o pensamento cotidiano é um pensamento fixado, tão somente, na dimensão empírica da realidade e dos acontecimentos da vida; logo, pragmático e ultrageneralizador, determinado na unidade imediata entre

pensamento e ação. Heller (1989, p. 17) complementa essa compreensão, expondo que a vida cotidiana é a vida do homem inteiro.

É preciso estar atento à dimensão espaço-temporal no cotidiano e sua compreensão, pois é nela que o profissional vai agir através da mediação (aqui compreendida na perspectiva dialética) para o enfrentamento dos conteúdos alienantes, sendo estes o preconceito, o conformismo, o pragmatismo, a exploração do trabalho, a perda da dimensão da totalidade, entre outros. Desse modo, para que a prática profissional não seja vaga, sem eco, sem direção e sem o sentido dos valores e princípios estabelecidos no CEP/1993, é essencial que “o fazer cotidiano do profissional” garanta a direção social das réplicas profissionais com a clareza do projeto ético-político da categoria, além de utilizar a mediação na própria relação dialética entre o conhecimento e a ação no âmbito desse fazer.

Sendo assim, a ética profissional – entendida como objetivação de valores e de práticas que interferem valorativamente na vida social – pode se configurar como uma ética consciente da sua interação com a sociedade e com a humanidade, conectada a exigências ético-políticas emancipatórias e objetivadoras de tais motivações, como pode produzir um resultado que negue tais exigências. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 72).



Ou seja, para a objetivação dos valores e dos princípios profissionais na materialidade do CEP/1993, foram constituídos onze princípios éticos e políticos, sendo:

- 1) Liberdade individual;
- 2) Defesa intransigente dos direitos humanos;
- 3) Ampliação da cidadania;
- 4) Democracia;
- 5) Equidade e justiça social;
- 6) Eliminação de qualquer forma de preconceito;
- 7) Garantia do pluralismo;
- 8) Opção por um projeto profissional voltado para uma nova ordem profissional;
- 9) Articulação com outras categorias;
- 10) Qualidade de serviços prestados;

11) Livre de discriminação.

Barroco e Terra (2012, p. 58) sinalizam que as “11 prescrições elencadas sob a forma de ‘princípios’ não têm a mesma natureza, diferenciando-se em relação ao seu significado histórico e ao seu estatuto ontológico”.

Os valores essenciais prescritos no Código de Ética são fundantes de outros valores. Discutiremos com maior ênfase os três primeiros princípios: a liberdade individual, a defesa intransigente dos direitos humanos e a ampliação da cidadania.



Observa-se que a liberdade e a democracia se articulam entre si e entre os demais valores, sendo que todos os princípios estão conectados à lógica interna e à concepção ética que os fundamentam histórica e ontologicamente. Disso se conclui que, se algum princípio ou valor for analisado isoladamente, a partir de referências estranhas ao CE [Código de Ética], a compreensão da totalidade do CE será atingida (BARROCO; TERRA, 2012, p. 58).

Assim, caro aluno, a democracia, a liberdade, a justiça social e a equidade estão, a saber, em comunhão para a emancipação humana.

A liberdade individual, enquanto primeiro princípio no CEP/1993, merece a nossa atenção e o destaque, pois deve ser compreendida na historicidade e na visão crítica da realidade, superando as interpretações do senso comum e/ou as visões burguesas (valor do individualismo burguês), como, por exemplo: a sua liberdade termina onde começa a minha.

Essa concepção do valor burguês limita a presença e a “invasão” do outro no “seu espaço privado”. Como se a liberdade ocorresse, justamente, na solidão. Isso, quando incorporado pelo sistema capitalista, levou os indivíduos ao isolamento e à individualização dos objetos, das “posses materiais”, aprofundado, de forma expressiva, pela ideologia do neoliberalismo.

Conforme propõe Barroco e Terra (2012), para romper com essa barreira, precisamos compreender que as nossas decisões perpassam as decisões dos outros, portanto, na realidade, a liberdade é construída nas contradições dos interesses. Para Bonetti (1996) o conceito de liberdade sobre o qual versa o CEP/1993



[...] exige a sua própria redefinição, apontando para uma nova direção social, que tenha o indivíduo como fonte de valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da liberdade de

cada um requer a plena realização de todos. Para tanto, é preciso garantir as demandas que a ela se vinculam – autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais (BONETTI, 1996, p. 182).

A liberdade explicitada por Bonetti reforça a ideologia neoliberal, no cenário político e social atual, formado por seres individualistas, centrados na satisfação das suas próprias necessidades, o que expressa a necessidade da atuação profissional com foco no valor do homem enquanto centro do processo da expansão da própria emancipação humana.

Para o Serviço Social, o posicionamento profissional deve caminhar no enfrentamento das adversidades no cotidiano e na luta constante para a transformação das situações em novas realidades.

Vê-se porque a reflexão e a práxis motivada pela liberdade são sempre de caráter genérico; remete ao gênero humano, nos leva a sair da nossa singularidade para agir e pensar em função dos outros, da sociedade e da humanidade. Eis porque no CE valores humano-genéricos como liberdade e emancipação fornecem uma direção ao demais valores (BARROCO; TERRA, 2012, p. 62-63).

”

A liberdade, assim, pressupõe o posicionamento profissional ético e claro, rumo à direção estabelecida no CEP/1993.

O segundo princípio trata da defesa intransigente dos direitos humanos e o conceito é situado no contexto sócio-histórico, compreendendo os confrontos de classe, as lutas dos trabalhadores, entre outras formas de enfrentamento e resistência.

Nesse sentido, as reivindicações por DH revelam o seu significado na sociedade burguesa: sua existência só tem sentido em face de condições sociais nas quais os direitos não são assegurados por outros meios. Em outras palavras, as lutas por DH evidenciam e sua ausência e a esfera do direito, como parte constitutiva do modo de produção capitalista [...] (BARROCO; TERRA, 2012, p. 63).

”

Os Direitos Humanos fundam-se em respostas ao enfrentamento da degradação da vida humana em sua concretude, existindo e resistindo, dessa forma, como

resposta ao modo de produção capitalista. Têm a sua concretude no enfrentamento ao preconceito, à opressão, à dominação e à exploração humana.

Bonetti (1996, p. 184) sinaliza que o cenário que se expõe reduz a vida a dilemas mesquinhos e à banalização de todas as esferas, desencadeando frentes em luta por Direitos Humanos.



Assimile

Os Direitos Humanos fundam-se em repostas ao enfrentamento da degradação da vida humana em sua concretude, existindo e resistindo, dessa forma, como resposta ao modo de produção capitalista.

No Brasil, a década de 1990 foi o marco, pós-Constituição Federal, para o fortalecimento do capitalismo e o reforço do advento do neoliberalismo. Por outro lado, a década foi marcada por um número significativo de assassinatos, chacinas, violações diversas dos direitos dos índios, dos negros, das comunidades quilombolas, entre outros. Os Direitos Humanos, nesse contexto, foram apresentados (e ainda são), pelos conservadores, pela mídia sensacionalista e pelo Estado policial, como direitos para salvar "bandidos", "vagabundos", entre outros adjetivos pejorativos e carregados de uma ideologia de exclusão.

Dessa forma, os valores expressos no CEP/1993 situam os Direitos Humanos em uma direção histórica apreendida no contexto da sociedade burguesa, levando em conta as suas contradições e determinações (BARROCO; TERRA, 2012, p. 65).

O terceiro e último princípio do CEP/1993 que discutiremos agora trata da ampliação da cidadania. Nessa perspectiva, Betinho foi questionado sobre o conceito de cidadão, e sua resposta foi que



[...] cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação RODRIGUES; SOUZA, 1994, p. 22).

Mas quais são os nossos direitos e deveres? Como pensar a ampliação da cidadania se não reconheço os meus direitos e deveres? Betinho ainda refletiu que o "cidadão precisa ter consciência do seu poder".



Exemplificando

Para compreendermos os direitos e deveres, na área de atuação profissional, devemos conhecer as legislações específicas da área, para que, assim, possamos multiplicar o conhecimento e garantir o acesso da população a esses direitos.

Para o Serviço Social, a ampliação da cidadania diz respeito ao espaço profissional para a viabilização de direitos. O profissional atua em diversas políticas públicas, no manejo de diversos benefícios, projetos e programas. Planeja e atende o usuário de tal forma que requer, no atendimento individualizado, um enfrentamento para a inclusão, para o acesso aos direitos, estando, assim, na postura condizente com a direção ética e política do CEP/1993.

O desafio para os profissionais é suspender, no cotidiano, para fazer a crítica às propostas neoliberais, aos parâmetros e orientações técnicas dos serviços, programas e projetos, para, então, identificar a plena ampliação da cidadania.

Os assistentes sociais não têm que se pôr esse limite, e, sim, lutar para que o nível de possibilidade de atendimento das necessidades dos trabalhadores e dos usuários do Serviço social seja amplo, ambicionado a contemplação integral dos direitos sociais, e não aquela cidadania que se esgota nas cestas básicas, na entrega do leite, ou simplesmente num vale (BONETTI, 1996, p. 187).



Ou seja, o desafio é ampliar o olhar para que a ação concreta esteja em conformidade com o princípio de ampliação da cidadania. Ampliar da demanda individual emergencial para as necessidades coletivas. Assim, o compromisso do assistente social volta-se para a dimensão ético-política e deve superar a mera reprodução dos valores da sociedade burguesa.

O Código de Ética de 1993 amplia ainda a sua dimensão ao estabelecer os direitos e deveres dos assistentes sociais. Em relação aos direitos dos assistentes sociais, o Código apresenta os parâmetros éticos que podem e devem ser utilizados pelos assistentes sociais na defesa ética em procedimentos administrativos, ou em razão de desacato às determinações institucionais, quando o princípio for ferido.

Conforme o artigo 2º do CEP/1993, constituem direitos do assistente social:



- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 4).

Desta forma, os direitos dos assistentes sociais balizam um rol de prerrogativas de “suporte e defesa” dos profissionais, visando à legitimação social da profissão para a garantia dos serviços prestados. Os direitos expressam uma renovação e amadurecimento do coletivo profissional, na dimensão teórico-política do Serviço Social, evidenciando o compromisso ético-político assumido pela categoria.

Os deveres dos assistentes sociais compõem o artigo 3º e delimitam as ações e compromissos dos profissionais no exercício da profissão.



Art. 3º - São deveres do assistente social:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua

ocorrência aos órgãos competentes;
 d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 4).

Em relação aos deveres, o Código menciona o uso do número do registro no exercício profissional e se posiciona em relação às posturas e aos comportamentos arbitrários no exercício profissional.



Refleta

Será mesmo que a utilização do número do registro profissional no cotidiano é feita pelos profissionais? Caso não o utilizem, existe alguma penalidade?

O sigilo profissional no CEP/1993 engloba, além das informações dos usuários, ditas em atendimento, as informações obtidas de forma indireta em relação a eles. Posiciona o comportamento ético no espaço institucional, em relação às informações e exposição dos usuários.

O sigilo profissional é parte de todas as profissões liberais e sua polêmica decorre da possibilidade da quebra do sigilo, pois coloca dúvidas acerca de sua justificação, em outras palavras: em quais situações seria correto quebrar o sigilo? (BARROCO; TERRA, 2012, p. 92).



Em quais situações o sigilo pode ser quebrado? O que justifica essa quebra? O CEP/1993 sinaliza que:

Art. 18 - A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade. (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 7).



Vimos, dessa forma, que a quebra do sigilo profissional, conforme o artigo 18 do CEP/1993, pode ocorrer nas situações de exposição a situações de gravidade e a

riscos, garantindo, de tal forma, a proteção aos interesses dos usuários. Assim, o sigilo profissional compõe mais do que um direito do assistente social, pois se consubstancia na relação ética com seus usuários.



Pesquise mais

Leia o artigo do CRESS de MG – 6ª Região intitulado *Ética e sigilo profissional na questão do depoimento sem dano*. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/Conteudo/66683ec8-0d37-40b6-9e1c-df2196376fa0/>. Acesso em: 21 dez. 2016.

O CEP/1993 ainda delimita no parágrafo único do art. 18 que “a revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento” (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 7).

O desafio institucional é perceber que a defesa do sigilo deve avançar para além da proteção profissional e alcançar, legitimamente, os usuários dos serviços.

Concluímos, assim, a seção de autoestudo. Convidamos você, aluno, a utilizar os conhecimentos expostos, para resolver a situação-problema e avançar na prática profissional.

Sem medo de errar

Chegamos ao momento de pensar na resolução da situação-problema.

Pensamos em algumas dicas e orientações para auxiliá-lo na compreensão e identificação da argumentação adequada, ou a mais próxima possível do esperado.

Primeira dica: lembre-se de que a seção *Não Pode Faltar*, apresenta elementos e indicações de pesquisa para compor o seu argumento teórico, de modo que você consiga identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, para que não simplesmente as reproduza sem fazer observações à luz do pensamento empírico/teórico.

Segunda dica: recomendamos que você elabore a atividade solicitada no contexto de aprendizagem, ou seja, a primeira palestra, considerando as informações iniciais da “Introdução ao Código de Ética”.

No caso da situação-problema, algumas perguntas podem auxiliá-lo a compor a palestra, como, por exemplo: quais direitos e deveres estão determinados pelo coletivo profissional? Identifique os princípios que sustentam as ações dos assistentes sociais no cotidiano profissional.

Lembre-se de que as reflexões e a resolução da situação-problema balizam e fortalecem o seu conhecimento e vão compor a sua prática profissional como assistente social.

Avançando na prática

Sigilo profissional

Descrição da situação-problema

Uma paciente adolescente, de 16 anos, chega na Unidade Básica de Saúde solicitando atendimento médico, mas diz não lembrar a especialidade que agendou. Estava envergonhada e de cabeça baixa. Como a assistente social estava na recepção, e conhecia a adolescente e o seu grupo familiar, interveio e, falando alto, disse que era com a ginecologista, pois a adolescente tinha sido encaminhada ao atendimento pelo Serviço de Convivência da Juventude.

Resolução da situação-problema

Considerando o Código de Ética Profissional de 1993, em relação ao sigilo profissional, a assistente social não expôs nenhuma situação íntima da adolescente, entretanto, o manejo não foi adequado. Muitos adolescentes demonstram que têm dificuldade em aceitar atendimento médico, ainda mais quando se sentem expostos. Não caberia à profissional interferir no atendimento na recepção. Bastaria a recepcionista dialogar com ela e tentar entender qual era a sua demanda, ou seja, em qual especialidade ela seria atendida.

Faça valer a pena

1. Os valores essenciais prescritos no Código de Ética são fundantes de outros valores. A liberdade individual, enquanto primeiro princípio no CEP/1993, merece a nossa atenção e o destaque, pois deve ser compreendida na historicidade e na visão crítica da realidade, superando as interpretações do senso comum e/ou as visões burguesas (valor do individualismo burguês), como por exemplo: “a sua liberdade termina onde começa a minha”.)

Considerando o texto-base, assinale a alternativa que aponta um princípio do Código de Ética Profissional de 1993.

- a) Visita domiciliar.
- b) Modo de produção capitalista.

- c) Democracia.
- d) Direitos e deveres.
- e) Sigilo profissional.

2. O cotidiano pode ser compreendido como o território da espontaneidade, das motivações efêmeras e particulares, da fixação repetitiva do ritmo e da rigidez do modo de vida. Consequentemente, o pensamento cotidiano é um pensamento fixado, tão somente, na dimensão empírica da realidade e dos acontecimentos da vida; logo, pragmático e ultrageneralizador, determinado na unidade imediata entre pensamento e ação.

É no cotidiano, enquanto uma categoria do pensamento crítico, que o assistente social vai estabelecer:

- a) o sistema capitalista.
- b) as ideias neoliberais.
- c) os encaminhamentos objetivos.
- d) a visita domiciliar.
- e) o fazer profissional.

3. O sigilo profissional no Código de Ética Profissional de 1993 engloba, além das informações dos usuários, ditas em atendimento, as informações obtidas de forma indireta em relação a eles. Posiciona o comportamento ético no espaço institucional, em relação às informações e exposição dos usuários.

O sigilo profissional do assistente social só pode ser quebrado em que situação?

- a) Fatos delituosos.
- b) Discussão de caso em rede.
- c) A pedido de terceiros.
- d) A pedido do chefe superior.
- e) A pedido do psicólogo.

Seção 3.2

A fiscalização do exercício profissional

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo! Vamos dialogar sobre a fiscalização do exercício profissional? Vimos no contexto de aprendizagem que, após o convite para palestrar, você, aluno, depara-se com o conteúdo do Código de Ética e, como proposta inicial, opta por apresentar o princípio da liberdade e da autonomia aos alunos ouvintes da palestra. Ao construir os slides para a palestra e apresentar os dados referentes aos deveres dos assistentes sociais, conforme o artigo 2º do Código de Ética, você resolveu dar dois exemplos de acordo com as alíneas "b" e "d" do respectivo artigo, pois elas dizem respeito ao cuidado com os arquivos e com as documentações utilizadas no cotidiano e ao livre exercício da profissão. Você se depara com a seguinte situação: qualquer pessoa pode dizer que tem o livre exercício da profissão, sem formação na área e registro no conselho da categoria?

Pois bem, o seu desafio, caro aluno, será o de demonstrar claramente para os ouvintes da palestra o artigo citado, as alíneas e o seu exemplo de como esses deveres devam ser cumpridos. Que tal um comparativo em tabela de Excel e caprichar nos slides com esclarecimentos? Claro, não se esqueça que a sustentação dos diálogos da seção *Não pode faltar* irá auxiliá-lo na construção do seu pensamento e das suas ideias.

Boa palestra, quer dizer, bom exercício!

Não pode faltar

Na seção anterior discutimos e apresentamos os princípios do Código de Ética como conjunto de valores da categoria, os direitos e os deveres básicos dos assistentes sociais, em conformidade ao Código de Ética, os aspectos desse sigilo e em que situações a quebra do sigilo profissional pode ocorrer.

Dando sequência aos estudos do Código de Ética Profissional de 1993, conversaremos agora sobre a fiscalização ética do exercício profissional, com enfoque nas etapas que compõem o processo de apuração na infração ao Código de Ética, nas penalidades existentes em caso de infração ética e nas competências específicas de cada entidade de classe – CFESS e CRESS.

Na área social, o Serviço Social foi umas das primeiras profissões a ter a sua regulamentação profissional, pela Lei nº 3.252 de 27, de agosto de 1957, e, posteriormente, pelo decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. Iniciamos nosso diálogo com o decreto, pois ele previa, no artigo 6º, que caberia ao então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) a disciplina e a fiscalização ética do exercício profissional.

Lembremos que, com a maturação da profissão, a Lei nº 8.662/93 revogou a Lei nº 3.252/57 e, com isso, houve a alteração das nomenclaturas CFAS para CFESS (Conselho Federal do Serviço Social) e CRAS para CRESS (Conselho Regional do Serviço Social). A nova lei previu, em seu artigo 7º, que:



Art. 7º O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional. (BRASIL, 1993).

Para tanto, o decreto de 1962, apesar de regular CFASS e CRAS à fiscalização ética do exercício profissional, carecia ainda de uma direção político-pedagógica que sustentasse e afiançasse uma aproximação ao cotidiano dos profissionais.



Os Conselhos profissionais nos seus primórdios se constituíram como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíram num espaço coletivo de interlocução (CFESS, 2014, p. 1).

Como vimos, o autoritarismo e a não aproximação com o cotidiano dos profissionais marcaram o exercício profissional, pós-decreto. A função dos Conselhos se resumia na coleta dos tributos, recolhidos dos profissionais, e na exigência da inscrição profissional.



Refleta

E você, aluno, o que acha? O autoritarismo ainda é presente no exercício profissional? O autoritarismo é exercido pelo CRESS? Acredita que o CFESS e CRESS estão próximos das demandas cotidianas dos profissionais?

Concomitante ao decreto, a postura conservadora presente na profissão tinha sua digital impressa nos Códigos de Ética Profissional de 1947, 1965 e 1975, postura esta identificada por Barroco (2001, p. 91) como fundamentada aos pressupostos neotomistas e positivistas.

Recordemos que a postura profissional conservadora era despolitizada e tinha como principal característica a reprodução da moralidade com postulados em valores abstratos e conservadores, como a autodeterminação, o bem comum, a perfectibilidade da pessoa humana e a justiça social (BARROCO, 2001).

Por outro lado, no processo histórico, a consolidação teórica e a busca por uma ruptura ou a intenção de ruptura com o conservadorismo, após o Congresso da Virada de 1979, forjaram mecanismos significativos para as reflexões que culminariam na revisão do Código de Ética em 1986 e 1993.

A legislação profissional foi afiançada pelo grande avanço ético-político, pois os Códigos de 1986 e 1993 superaram as lacunas e o fundamento neotomista e positivista, marco dos Códigos anteriores.

Nesse arcabouço de ressignificações, na década de 1980 o conjunto CFAS/CRAS inicia a revisão do processo de organização do serviço público de fiscalização do exercício ético-profissional,

[...] com adoção e aprimoramento de um sistema de inscrição e cadastro; instituição das Comissões de Orientação e Fiscalização; estruturação da fiscalização dos espaços ocupacionais; mapeamento de espaços de trabalho; profissionalização pela contratação de agentes fiscais; e unificação de procedimentos. (SILVEIRA, 2007, p. 11).



Ou seja, as dimensões específicas do exercício cotidiano profissional começam a ser revisitadas e ganham um sentido de coletividade. Os encontros regionais de fiscalização dos Conselhos se pautam e preparam os diálogos a serem discutidos no âmbito nacional. Assim, a função fiscalizatória supera a centralidade no disciplinamento da atuação profissional e incorpora a defesa da qualidade dos serviços prestados aos usuários (SILVEIRA, 2007).



A reconfiguração do sentido da fiscalização do exercício profissional do assistente social foi construída no âmbito do movimento de afirmação de novas bases teóricas, interventivas e ideo-políticas, que na década de 1990 serão tensionadas pela afirmação do paradigma da flexibilização do trabalho, da produção e do consumo, sob a égide do neoliberalismo (SILVEIRA, 2007, p. 12).

A fiscalização ganha novos sentidos, conforme aponta Silveira, pois as mudanças, principalmente na contrarreforma do ensino superior, indicam desafios e implicam diretamente o exercício profissional, como “a flexibilização e precarização da formação profissional; ameaças e redução dos direitos; e precarização das relações e condições de trabalho” (SILVEIRA, 2007, p. 12). A fiscalização, assim, protege os interesses da sociedade perante os serviços prestados pelos profissionais.

Nesse sentido, o conjunto CFESS/CRESS, a partir do Código de Ética de 1993, consubstanciou mais um instrumento político para avançar na defesa e na valorização da profissão, a Política Nacional de Fiscalização (PNF), que apresenta três dimensões, a saber:

- Dimensão afirmativa de princípios: que, em síntese, representa a afirmação dos compromissos e prerrogativas profissionais;
- Dimensão normativa disciplinadora: que explicita os marcos regulatórios entrelaçados ao compromisso ético-político do Serviço Social, e;
- Dimensão político-pedagógico: que, em síntese, prevê a orientação e politização dos profissionais e, na perspectiva da prevenção, prevê as possíveis violações às legislações profissionais (SILVEIRA, 2007).



Assimile

O conjunto CFESS/CRESS, a partir do Código de Ética de 1993, consubstanciou mais um instrumento político para avançar na defesa e valorização da profissão, a Política Nacional de Fiscalização (PNF).

A PNF apresenta ainda quatro eixos estruturantes:

- **EIXO I** – Potencialização da ação fiscalizadora para valorizar, defender, fortalecer e publicizar a profissão;
- **EIXO II** - Capacitação técnica e política de agentes fiscais e demais membros das COFIs para o exercício da orientação e fiscalização;

- **EIXO III** – Articulação programática entre CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, Unidades de Ensino e representações de estudantes;
- **EIXO IV** – Inserção do conjunto CFESS/CRESS nas lutas em defesa da ampliação e da garantia dos direitos, das políticas sociais e da democracia na direção de uma sociedade igualitária.

As orientações formuladas pelo CFESS/CRESS explicitam objetivos concordantes com as dimensões e com os eixos da PNF. São eles:

- direcionar a ação fiscalizadora dos CRESS, na perspectiva da consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, conforme os princípios do Código de Ética Profissional;
- nortear o exercício da fiscalização da profissão de Serviço Social, tendo em vista a garantia da qualidade dos serviços profissionais prestados à população usuária;
- estabelecer estratégias que possibilitem a garantia da fiscalização consoante às exigências da profissão e da sociedade;
- articular a ação fiscalizatória da COFI com as lutas políticas gerais assumidas pela categoria e pelos movimentos sociais, na perspectiva da defesa das políticas públicas e da garantia dos direitos sociais;
- sistematizar as ações que permitam a articulação da fiscalização do exercício profissional ao processo de identificação e legitimação do Serviço Social junto à sociedade;
- potencializar o processo de publicização da direção social da profissão a fim de permitir que a ação legitimadora e fiscalizadora do Serviço Social possa ser ampliada também aos seus usuários e ao conjunto da sociedade (CONSELHO FEDERAL..., 2007b).

As dimensões e os eixos fundam a estrutura da Política Nacional de Fiscalização. Mas em que ela se regula? Como e quando foi discutida e implantada?

Para avançarmos até a Resolução do CFESS nº 512/2007, que regula a PNF, veja, historicamente, o caminho da discussão sobre o tema. Primeiro, há que se considerar todo o processo de renovação crítica do Serviço Social, pois isso converteu a direção ético-política da profissão.

Consolida-se a Resolução CFAS nº 135, de 18/10/1980. Nesse período, inicia-se e efetiva-se a fiscalização do exercício profissional no âmbito das entidades da categoria CFAS/CRAS. Em setembro de 1988, é realizado o I Encontro Nacional de Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social. O 25º Encontro entre CFESS/CRESS culmina na Política Nacional de Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente

Social, aprovada em 1996. Mas a história apenas começa com a constituição da PNF, pois diversos Seminários Nacionais de Capacitação das Comissões de Orientações e Fiscalizações (COFIs) acontecem a partir de 2002. Dos trabalhos construídos, houve a necessidade concreta da atualização da PNF, ocorrida assim em 2007, por meio da Resolução CFESS nº 512, de 29/09/2007, que teve como objetivo principal a reformulação das normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e para a atualização da Política Nacional de Fiscalização.

A PNF apresenta o papel da COFI e as funções dos agentes fiscais dos CRESS. Unifica, ainda, os instrumentais para abordagem diante das denúncias de irregularidades no exercício profissional.

Mas, pensando na fiscalização do exercício profissional, quais são as etapas que compõem a apuração de infrações? Vamos discuti-las!

Para as apurações de infrações éticas, o conjunto CFESS/CRESS, por meio da resolução CFESS nº 512/2007, estabeleceu a COFI, que se constitui, conforme o seu artigo 6º, por um conselheiro, com a função de coordenação dos trabalhos, por um agente fiscal concursado e por assistentes sociais inscritos nos CRESSs; portanto, possui no mínimo três membros.

A COFI, conforme o artigo 11º, possui 26 competências estabelecidas, das quais destacamos a III, que identifica a atuação da comissão em situações que "indiquem violação da legislação profissional, com a adoção de procedimentos administrativos necessários" (CONSELHO FEDERAL..., 2007b).

Para discutir os parâmetros éticos e os passos das apurações na quebra do Código de Ética Profissional, o CFESS lançou a **Resolução nº 660/2013**, que dispõe sobre as normas que regulam o **Código Processual de Ética (CPE)**, incluindo alterações que foram apresentadas pelo CFESS e pelos CRESS, revogando integralmente a Resolução CFESS nº 428, de 14 de maio de 2002. Ou seja, os parâmetros do Código Processual de Ética garantem o processo democrático e balizam as ações para as decisões a serem tomadas.



Pesquise mais

Conheça a brochura do CFESS intitulada *Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do assistente social*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/brochura_cofi2007-atribuicoes.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

A fase pré-processual, conforme a Resolução, se constitui da investigação inicial das denúncias recebidas, com caráter investigatório, para o seu acatamento ou não. Se acatada, segue para a segunda fase; se não, a denúncia é arquivada. Para o recebimento das denúncias, são previstas as seguintes informações (padcomo pré-requisitos:



- a) Nome e qualificação do(a) denunciante;
- b) Nome e qualificação do(a) denunciado(a);
- c) Descrição circunstanciada do fato, incluindo o local, a data ou o período e os nome das pessoas, profissionais e instituições envolvidas;
- d) Prova documental que possa servir à apuração do fato e sua autoria e,
- e) Indicação dos meios de prova que pretende se valer para provar o Parágrafo Segundo. A falta dos elementos descritos nas letras "d" e "e" não é impeditiva ao recebimento da denúncia, representação ou queixa. (CONSELHO FEDERAL..., 2013).

Acatada a denúncia pela Comissão, segue-se para a fase processual, conforme os artigos 13º ao 33 do CPE. Nesta fase, segue-se o ritual administrativo com direito aos prazos legais e com direito à defesa. Aqui reforçamos que a Comissão de Instrução é composta somente por dois assistentes sociais de base, com respaldo da assessoria jurídica para julgar os atos cometidos pelos assistentes sociais. A Comissão possui o prazo de 12 meses, prorrogável por mais três meses, após o recebimento do processo instaurado, para emitir, então, o parecer conclusivo. O parecer compõe-se de dois elementos:

- Parte expositiva: descrição dos fatos e atos processuais;
- Parte conclusiva: compõe-se dos atos e fatos irregulares cometidos ao Código de Ética Profissional, ou seja, as violações cometidas e as penalidades sugeridas.

O relato concluído é encaminhado ao Conselho Pleno do CRESS para o julgamento ético. O Conselho Pleno terá até 60 dias para o julgamento do processo. Julgado o processo, o assistente social poderá recorrer, ainda seguindo os ritos legais, ao CFESS, que terá mais 60 dias para elaborar o relatório e, pela maioria dos votos dos conselheiros, proferir a sentença.

O CPE prevê nos artigos 56 ao 59 em que situações poderá ocorrer a nulidade dos atos processuais.

E agora? Quais as penalidades cabíveis aos profissionais que, no exercício da prática profissional, infracionaram o Código de Ética Profissional?

Para responder a essa questão, podemos recorrer ao próprio Código de Ética Profissional vigente de 1993, pois o artigo 24 prevê:

- a) multa;
- b) advertência reservada;

- c) advertência pública;
- d) suspensão do exercício profissional;
- e) cassação do registro profissional.

Na aplicação da multa, o valor "variá entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo do seu décuplo [dez vezes o valor da anuidade]" (CONSELHO FEDERAL..., 1993). Na aplicação da penalidade de advertência restrita, caso o profissional não compareça ao CRESS, após duas convocações formais, a penalidade será tornada pública. Na aplicação da penalidade de suspensão, o Código de Ética prevê a interdição do exercício profissional de trinta 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos. Portanto, as penalidades visam desde a advertência reservada até a cassação do registro profissional. Cassado o registro profissional, o CPE permite a reabilitação do profissional, nos artigos 64 ao 72.

A reabilitação profissional poderá ocorrer após cinco anos da decisão proferida, podendo o profissional requerer a reativação do seu registro. Nesta fase, deverá ainda se submeter à orientação e capacitação, na temática da ética, conforme orientação de profissional indicado pelo CRESS.

A prescrição está prevista no artigo 73 do CPE. Ela ocorrerá cinco anos após a data do ato imputado ao profissional.

Nessas perspectivas, ainda precisamos discutir, enfim, o papel dos Conselhos em relação à fiscalização. Os Conselhos possuem atribuições específicas? Existe unidade entre os CRESSs? Conforme o CPE, em relação às competências, cabe ao CRESS:



Art. 9º A competência para apreciar, apurar e julgar infrações éticas em primeira instância é do Conselho Regional de Serviço Social onde o/a profissional estiver inscrito/a, ao tempo do fato punível ou de sua ocorrência. (CONSELHO FEDERAL..., 2013, p. 5).

Portanto, a instância inicial para o acolhimento das denúncias e a sua apuração ética se consolida nos CRESSs.

Ao CFESS, conforme as considerações iniciais da referida resolução, compete regulamentar os trâmites processuais, atos e ritos que devem ser observados pelos CRESS no curso do processo ético-disciplinar, bem como pelo CFESS, quando suscitado como instância recursal (CONSELHO FEDERAL..., 2013).

A PNF e as Resoluções específicas da fiscalização do exercício profissional, em síntese, padronizam, no âmbito nacional, os instrumentais e os procedimentos, legitimam as ações da COFI e subsidiam os agentes fiscais e as comissões éticas.

O CFESS tem fortalecido as premissas do Código de Ética Profissional na instrumentalização de resoluções que subsidiam os profissionais, como, por exemplo, a Resolução nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Considerando o artigo 2º do Código de Ética Profissional, que aborda os direitos constituídos dos assistentes sociais, com enfoque nas alíneas:

"b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;

d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional" (CONSELHO FEDERAL, 1993, p. 4).

Vimos que os direitos, mesmo os constituídos no artigo, foram regulados na Resolução para dar sustentação e legitimação ao trabalho dos profissionais.



Exemplificando

No cotidiano profissional, os assistentes sociais, conforme a Resolução nº 493/2006, podem e devem dialogar onde atuam, caso a sala de atendimento não esteja garantindo o sigilo profissional. Na prática, devem citar a resolução para a coordenação e a infração de uma premissa ética para o Serviço Social. Se a situação não se resolver, o CRESS deverá ser informado.

A Resolução nº 493/2006 afiança assim o mínimo para resguardar o profissional no exercício cotidiano, como cita o artigo 2º do CEP/1993, algumas garantias físicas: sala iluminada e ventilação adequada, materiais arquivados adequados e restritos aos profissionais, bem como uso de espaço reservado no atendimento social para garantir a privacidade do usuário.

Pois bem, chegamos à conclusão desta seção de autoestudo. Convidamos você, aluno, a utilizar os conhecimentos expostos para resolver a situação-problema e para avançar na prática profissional.

Sem medo de errar

Opa, chegamos ao momento de pensar na resolução da situação-problema.

Pensamos em algumas dicas e orientações para auxiliá-lo a compreender e identificar a argumentação adequada, ou a mais próxima possível do esperado. Lembre-se: você precisa montar uma tabela comparativa em Excel e os slides da palestra.

Primeira dica: lembre-se de que a seção *Não Pode Faltar* apresenta elementos e indicações de pesquisa para compor o seu argumento teórico, de modo que você consiga identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, para que não simplesmente as reproduza sem fazer observações à luz do pensamento empírico/teórico.

Segunda dica: recomendamos que você elabore a atividade solicitada, a segunda argumentação da palestra, considerando as informações do artigo 2º do Código de Ética Profissional de 1993.

No caso da situação-problema, algumas indicações podem auxiliá-lo a compor os slides da palestra, como, por exemplo, identificar os princípios das alíneas do artigo 2º do CEP/1993 e relacioná-las com a Resolução nº 493/2006, que sustenta, baliza e materializa os aspectos que devem ser seguidos na prática profissional cotidiana.

Lembre-se de que as reflexões e a resolução da situação-problema fortalecem o seu conhecimento e vão compor a sua prática profissional como assistente social.

Avançando na prática

Denúncia ética

Descrição da situação-problema

No atendimento social da Unidade Básica de Saúde, o assistente social não possuía arquivo específico para proteger as informações sigilosas dos pacientes atendidos. Diante da exposição das informações procurou a gestão para dialogar sobre as premissas éticas do Serviço Social, mas a coordenadora disse que isso não tem fundamento.

Resolução da situação-problema

Como vimos no decorrer do item *Não pode faltar*, cabe ao profissional avisar a instituição/organização social em que atua se alguma premissa ética está sendo violada. No exemplo em tela, que é corriqueiro, o assistente social pode:

- 1) Imprimir a resolução e endereçá-la por ofício para a coordenação, para conhecimento.
- 2) Caso a situação não se resolva, o profissional deve acionar o CRESS para as medidas cabíveis.

A Resolução nº 493/2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

Faça valer a pena

1. Na área social, o Serviço Social foi umas das primeiras profissões a ter a sua regulamentação profissional, com a Lei nº 3252, de 27 de agosto de 1957, e, posteriormente, com o Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, ou seja, a partir do decreto iniciamos o nosso diálogo, pois ele previa, no artigo 6º, que caberia ao então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) a disciplina e a fiscalização ética do exercício profissional.

Assinale a alternativa que define a legislação que revogou a Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957.

- a) Lei nº 4.525/2016.
- b) Lei nº 125/2001.
- c) Lei nº 8.662/1993.
- d) Lei nº 4.153/2003.
- e) Lei nº 8.525/2012.

2. "Os Conselhos profissionais nos seus primórdios se constituíram como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíram num espaço coletivo de interlocução."

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Antecedentes:** a origem sob controle estatal. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Concomitantemente ao Decreto, a postura conservadora presente na profissão tinha sua digital impressa nos Códigos de Ética Profissional de:

- a) 1947, 1965 e 1975.
- b) 1932, 1948 e 1965.
- c) 1986, 1993 e 2016.
- d) 1984, 1988 e 1990.
- e) 1932, 1945, e 1975.

3. A fiscalização do exercício profissional ganhou novos sentidos, pois as mudanças, principalmente na contrarreforma do ensino superior, implicaram diretamente o exercício profissional. A fiscalização, portanto, protege os interesses da sociedade perante os serviços prestados pelos profissionais.

O acolhimento de denúncias de infração ética no exercício ético profissional do assistente social é realizada:

- a) pelo Conselho Tutelar.
- b) pelo Ministério do Trabalho.
- c) pela ENESSO.
- d) pelo CRESS.
- e) pelo Código de Ética Profissional.

Seção 3.3

O princípio da liberdade e as relações éticas com a sociedade

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo!

Vimos no contexto de aprendizagem que, após o convite para palestrar, você, aluno, deparou-se com o conteúdo do Código de Ética Profissional de 1993. Os valores e princípios do Código balizam e norteiam a prática profissional dos assistentes sociais. Nesse sentido, têm a função de mostrar o “rumo” ético-político que a categoria construiu e que se consolida na atuação cotidiana.

Chegamos na última seção de autoestudo desta Unidade de Ensino, apresentando os elementos do princípio da liberdade no Serviço Social, discutindo a participação e as garantias dos sujeitos atendidos pelo assistente social, conhecendo os direitos e os deveres dos profissionais nas relações institucionais, e refletindo a relação dos direitos e deveres na convocação judicial.

Entre idas e vindas na compreensão do Código de Ética, conforme o contexto de aprendizagem, durante a palestra um aluno perguntou em que situações o sigilo profissional poderia ser quebrado.

Pensando o princípio da liberdade e os direitos e deveres dos assistentes sociais, o sigilo pode ser quebrado? É ética a garantia do sigilo profissional em momentos que ofereçam riscos para a vida dos usuários dos serviços?

Para responder a essas questões, vamos elaborar um texto em forma de relato, fundamentando-o no Código de Ética de 1993 e nas discussões realizadas sobre o princípio da liberdade, para que seja possível responder aos participantes de sua palestra.

Não se esqueça, a seção *Não Pode Faltar*, pode auxiliá-lo na construção do seu relato. Não tenha receio de expor as suas ideias e construí-lo.

Boa palestra, quer dizer, bom exercício!

Não pode faltar

Vimos, no decorrer das Unidades 1 e 2, e nas seções iniciais de autoestudo da Unidade 3, que, para a consolidação do Código de Ética Profissional de 1993, o caminho percorrido perpassou profundas transformações políticas, sociais e econômicas que, como os Códigos de Ética de maneira geral, explicitam os valores e princípios presentes na história do Serviço Social brasileiro.

O Código de Ética Profissional de 1993 (CEP/1993) posiciona historicamente a ampliação das conquistas sociais e dos direitos humanos e reafirma o redirecionamento ético-político. Aponta ainda uma crítica consistente em relação ao sistema de valores da burguesia e afirma o compromisso com a luta pela garantia dos direitos sociais e humanos.

Quando dialogamos sobre o princípio da liberdade, situando os valores e princípios do CEP/1993, recorreremos aos estudos de Karl Marx, pois suas críticas contrapõem a perspectiva liberal que restringe a explicação da liberdade, simplesmente, às escolhas individuais.

Veja bem: a categoria liberdade na contemporaneidade possui várias acepções, mas, em Marx, tem um marco vital: a sua vinculação às demandas políticas, pressupondo a superação da ordem burguesa. Dessa forma, o nosso diálogo sobre a categoria da liberdade, enquanto um princípio ético-político, remete a sua contextualização na Teoria Social de Marx.

A ideia mais comum no cotidiano é a de que todos somos livres, ou seja, de que a liberdade é absoluta no espaço da vida privada. Fundada nos ideários do individualismo burguês, a liberdade aparece na ideologia de que a liberdade de um acaba onde começa a do outro. É o que Marx vai analisar, posteriormente, como “tratar a liberdade do homem como a mônada isolada, retirada para o interior de si mesma” (PINTO, 2006, p. 14).

No pensamento do filósofo liberal John Locke, em pleno século XVIII, todos os homens são naturalmente iguais, assim, por meio desse direito natural, todos são livres.



Para compreender corretamente o poder político e traçar o curso de sua primeira instituição, é preciso que examinemos a condição natural dos homens, ou seja, um estado em que eles sejam absolutamente livres para decidir suas ações, dispor de seus bens e de suas pessoas como bem entenderem, dentro dos limites do direito natural, sem pedir a autorização de nenhum outro homem nem depender de sua vontade. (LOCKE, 1994, p. 36).

A liberdade, como pressuposto em Locke, acaba por associar-se à propriedade privada, pois, ao defender que os homens são iguais e livres, associa a regulação das relações de si mesmo e das posses ao estado da lei da natureza.

Na verdade, a compreensão do filósofo funda-se nas necessidades postas de reprodução social de uma sociedade pautada e voltada para propriedade privada. Nesse viés, a organização civil, por exemplo, para Locke, pressupõe uma imparcialidade dos homens nos julgamentos, ao compreender que são apenas sujeitos aos direitos naturais.

A liberdade individual e a propriedade privada são entendidas como frutos do direito de natureza, anteriores às análises e à formação do Estado e da organização civil. Veja que as matrizes do ideário liberal se sustentam no paradoxo de que a liberdade e a justiça, institucionalizadas no Estado burguês, fundam-se no cerceamento da liberdade e desigualdade inerentes ao modo de produção capitalista fundado na desigualdade entre classes sociais e sob o ideário da liberdade individual (DAROS; GUEDES, 2008, p. 5).

Pelo contrário, Marx, no livro *A Questão Judaica* (1989), expõe que a liberdade individual indica, inclusive, uma perspectiva de direito que não se baseia na união do homem com o homem, mas, pelo contrário, na separação do homem em relação a seu semelhante. A liberdade é o direito a essa dissociação, o direito do indivíduo delimitado, limitado a si mesmo (MARX, 1989 apud PINTO, 2006, p. 14).

Liberdade torna-se, então, o direito à propriedade privada, e é associada ao direito de "desfrutar" o patrimônio que lhe é próprio; o que evidencia sua representação nos limites da sociedade burguesa. A liberdade é interpretada na perspectiva de um suposto estado natural em que se prima pela "necessidade e [pelo] interesse particular"; pela conservação de propriedades e de "individualidades egoístas" (MARX apud GUEDES, 2011, p. 159).

Portanto, a liberdade está fundada na conservação das "individualidades egoístas", voltada ao direito de propriedade, ao atendimento das necessidades pautadas nos interesses particulares, evidenciado sua representação na sociedade burguesa.



Pesquise mais

Conheça um pouco mais sobre "A Questão Judaica" e a crítica de Marx à ideologia dos direitos do homem e do cidadão. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/viewFile/7087/3923>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Mas Marx revisita e amplia o conceito de liberdade com o debate que estabelece com os economistas políticos, sobretudo Adam Smith, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844.



Um novo marco delinea-se na análise da liberdade. Marx identifica a liberdade como um atributo constitutivo do ser social e, como tal, inerente ao gênero humano e não aos indivíduos sociais atomizados em esferas que o limitam ao horizonte da propriedade privada que inverte o sentido do que constitui a sociabilidade humana: o trabalho. Estabelece as bases de uma nova ontologia que demarca o rompimento com a metafísica clássica e que traduz a necessária relação entre a liberdade e a construção de uma nova sociabilidade, possível apenas com a superação da propriedade privada (MARX apud GUEDES, 2011, p. 159).

Pois bem, Marx consegue situar a liberdade num patamar filosófico fundamental ao Serviço Social, conforme veremos adiante, pois a eleva a uma categoria ontológica e inerente ao ser social. Nos *Manuscritos* aponta que os economistas políticos valorizam o trabalho para a construção da riqueza, mas não o vinculam na historicidade humana, ou seja, no caráter ontológico do trabalho. Dessa forma, não situando as opressões e a desumanização sofrida pelos trabalhadores no modo de produção capitalista, e ignorando que o trabalho se tornou uma mercadoria.

Por essa análise do trabalho, força produtiva viva, tornar-se uma mercadoria, a liberdade torna-se ausente no modo de produção capitalista, pois vai retirar dos sujeitos sociais



[...] a sua própria condição de sujeitos para transformá-los em objetos e em mercadorias. Mostra que sob as leis da oferta e da procura e submetidos aos efeitos nocivos das oscilações de preço do mercado, como a miséria e o encurtamento da vida, as aspirações humanas são substituídas pelo consumo e pela produção, os quais se fundam como pilares de uma liberdade ilusória e que se afirmam como conquistas individuais associadas à propriedade (GUEDES, 2011, p. 159).

O ser social, no modo de produção capitalista, aspira somente à manutenção da vida e à manutenção da condição de explorado.

Mas por que o princípio da liberdade no Código de Ética de 1993? O princípio da liberdade tem qual finalidade para os assistentes sociais?

Em síntese podemos resumir a resposta das duas questões em uma só. A liberdade, apresentada no Código de Ética de 1993, se pauta na consolidação do projeto ético-político (que veremos na próxima Unidade de Ensino), associada à crítica à sociedade burguesa.

Há que se pensar para além das escolhas individuais dos sujeitos. Isso é liberdade? Não para o Serviço Social, se apenas a mera autonomia de escolhas de alternativas. Mas será a associação do princípio da liberdade de um projeto profissional a um projeto ético-político. Pauta-se, portanto, na “consciência do humano-genérico”, “vinculada à crítica da sociedade burguesa, porque esta, para perpetuar-se como classe, suprime esta consciência e, portanto, da efetiva liberdade” (DAROS; GUEDES, 2008, p. 2).



Exemplificando

No cotidiano profissional, temos como exemplo a elaboração de projetos sociais e/ou atividades grupais para refletir sobre a cidadania, na perspectiva da formação de base, do acesso ao conhecimento sobre os direitos e sobre o modo de produção e reprodução das relações sociais.

Nessa direção, pensando para além da “autonomia de escolhas de alternativas”, que tal pensarmos sobre a participação e as garantias dos sujeitos atendidos pelo assistente social?

O Capítulo I – Das Relações com os/as Usuários/as, do Título III – Das Relações Profissionais do Código de Ética de Profissional 1993 – CEP/1993, define no artigo 5º, os deveres dos assistentes sociais nas relações com os usuários e no artigo 6º o que é vedado nessa relação profissional.

O artigo 5º do CEP/1993 prevê oito deveres que devem se tornar objetivos/ações no cotidiano profissional, em relação aos deveres, que aqui podemos expor na íntegra para consubstanciar o nosso diálogo. São eles:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste Código;



- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar a população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional. (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 5).

A construção do artigo prevê já na alínea “a” que cabe aos assistentes sociais contribuir para a participação dos usuários nas decisões institucionais. Simples isso no cotidiano profissional? Não! O exercício da participação social, no panorama atual, torna-se um desafio. Cada vez mais os ideais neoliberais ‘direcionam’ as pessoas para o individualismo acirrado, para o atendimento das necessidades pessoais, ou seja, das satisfações efêmeras e passageiras. Isso sem abordar outros aspectos que se tornam cada vez mais naturalizados, como o consumismo desenfreado etc. Outro desafio que se posta no âmbito institucional é saber se as pessoas estão preparadas para “ouvir” e “entender” as demandas e necessidades das pessoas. Será que estão preparadas para rever metodologias, fluxos, horários de atendimentos? Se o desejo é participação das pessoas nas decisões institucionais, há que se garantir que as propostas construídas coletivamente, por exemplo, com grupos de famílias, sejam consolidadas.

A amplitude do artigo 5º contempla ainda algumas garantias aos usuários, nas relações profissionais, como, por exemplo:

- Acesso às informações institucionais;
- Feedback dos diagnósticos sociais referentes à pessoa ou ao coletivo;
- Respeito às decisões dos usuários, mesmo que contrárias ao Código de Ética.



Refleta

É garantido aos usuários dos serviços o acesso às informações institucionais? Será? Como nós somos as pessoas que possuem o conhecimento, que fizeram faculdade, as decisões e as resoluções sobre as vidas das pessoas não são nossas?

A construção das intervenções profissionais no cotidiano pressupõe a participação efetiva das pessoas, decidindo o que entendem como melhor para as suas vidas. Não cabe aos profissionais impor as suas verdades aos usuários, conforme veremos no artigo 6º.

Já no artigo 6º três incisos estabelecem o que fica vedado ao assistente social, na relação profissional com os usuários. São elas:

- a) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses;
- b) aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário para obter vantagens pessoais ou para terceiros;
- c) bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos. (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 5).



Três alíneas extremamente significativas que posicionam a conduta ética dos assistentes sociais. Aqui damos ênfase à alínea “b” destacando que aproveitar-se da relação com os usuários para vantagens pessoais constitui penalidade ética. Ou seja, valer-se do “poder” por gestar e/ou avaliar benefícios sociais e privilegiar-se com trocas de “favores” com os usuários.



Assimile

É vedado ao assistente social, nas relações com os usuários, exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.

Dando sequência às reflexões sobre as relações éticas dos assistentes sociais, o artigo 7º do CEP/1993 trata dos direitos dos assistentes sociais nas “Relações com as Instituições Empregadoras e outras”; constitui-se de quatro alíneas que configuram direitos dos assistentes sociais. Em síntese, são destacadas as seguintes premissas:

- Dispor de condições dignas de trabalho para o exercício profissional;
- Ter livre acesso à população usuária;
- Ter livre acesso às informações institucionais para a garantia do pleno exercício da profissão;
- Compor comissões de ética no local de trabalho, no que se refere à conduta profissional e em decisões quanto às políticas institucionais.

O Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) instituiu a Resolução nº 493/2006, considerando a alínea "a" do artigo 7º, que dispõe das condições éticas e técnicas do exercício do trabalho profissional.

Das demandas profissionais, o CFESS, ao apontar nas Resoluções o amparo ético e técnico, consolida e materializa o suporte/aporte para o exercício profissional.

Em relação aos deveres com as instituições, o artigo 8º apresenta cinco alíneas. São elas:



- a) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;**
- b) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;**
- c) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;**
- d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários através dos programas e políticas sociais;**
- e) empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários. (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 6).**

Veja que as alíneas direcionam "o olhar" para além da submissão profissional com as instituições, pois, enquanto profissão, o compromisso do Serviço Social funda-se num projeto ético-político. O posicionamento ético volta-se sempre para a população usuária dos direitos sociais.

Na relação profissional com as instituições, o artigo 9º direciona a conduta ética em três perspectivas, vedando aos assistentes sociais:

- Emprestar o nome e registro profissional, para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;

- Exercer tráfico de influência para a obtenção de emprego (em concursos e processos seletivos);
- Usar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

Um tanto quanto desafiador aos assistentes sociais, ou especificamente ao Serviço Social enquanto profissão “nascida no seio da caridade e da benemerência”, é romper com os paradigmas das relações clientelistas e do exercício do tráfico de influência.



Assimile

É vedado ao assistente social emprestar o nome e o registro profissional para a simulação do exercício efetivo do Serviço Social.

Ainda dialogando sobre as relações éticas do assistente social, o Capítulo VI - Das Relações do Assistente Social com a Justiça, o CEP/1993, no artigo 19, apresenta duas situações como deveres do assistente social, sendo:

- a) apresentar à Justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e sem violar os princípios éticos contidos neste Código.**
- b) comparecer perante a autoridade competente quando intimado a prestar depoimento para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor. (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 7).**

Observe que as alíneas resguardam os assistentes sociais quando acionados pela Justiça, de forma a manter/garantir o sigilo profissional, e sem extrapolar o âmbito da competência técnica.

Para isso, o artigo 20 veda aos assistentes sociais:

- a) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário que tenha conhecimento do exercício profissional, mesmo quando autorizado;**
- b) aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia, quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando**

infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição. (CONSELHO FEDERAL..., 1993, p. 8).

Dessa forma, o artigo garante que o profissional se posicione e tenha respaldo ético, quando sentir que se exige a quebra dessas premissas profissionais.

Ousemos, parafraseando Guimarães Rosa, enquanto assistentes sociais, fazer “a travessia”, romper com o imediatismo no cotidiano e refletir sobre a nossa prática profissional. Pois a construção do Código de Ética de 1993, como dialogamos, sustenta uma nova dimensão ética, seja pelos princípios estabelecidos seja pelas relações com a sociedade.

Seção de autoestudo concluída. Convidamos você, aluno, a utilizar os conhecimentos expostos para resolver a situação-problema e avançar na prática profissional.

Sem medo de errar

Olha, chegamos no momento de pensar na resolução da situação-problema. Dessa forma, pensamos em algumas dicas e orientações para auxiliá-lo a compreender e identificar a argumentação adequada, ou a mais próxima possível do esperado.

Vamos lá! Primeira dica: lembre-se de que a seção *Não Pode Faltar*, apresenta elementos teóricos e indicações de pesquisa para compor o seu argumento, de modo que você, aluno, consiga identificar e fazer crítica às ações do cotidiano, para que não simplesmente as reproduza sem fazer observações à luz do pensamento empírico/teórico.

Segunda dica: recomendamos que você elabore o texto em forma de relato, considerando o princípio da liberdade e as relações éticas dos assistentes sociais.

Chegamos ao final de seção de autoestudo e ao final da Unidade de Ensino, o que significa que os conteúdos da primeira e segunda seção podem também afiançar a sua construção no desafio solicitado.

Iluminando a relação teoria e prática, o sigilo profissional pode ser quebrado? O que afiança o princípio da liberdade? É ética a garantia do sigilo profissional em momentos que ofereçam riscos à vida dos usuários dos serviços? Lembre-se de fundamentar a sua resolução utilizando o Código de Ética de 1993.

No caso da situação-problema algumas indicações podem auxiliá-lo a compor o relato, como, por exemplo, identificar o princípio da liberdade e as garantias dos usuários quando atendidos pelos assistentes sociais.

Observe que essas ações sustentam as ações dos assistentes sociais no cotidiano profissional e, mais ainda, consolidam o projeto ético-político do Serviço Social.

Lembre-se que as reflexões e a resolução da situação-problema balizam e fortalecem o seu conhecimento e vão compor a sua prática profissional como assistente social.

Avançando na prática

Encaminhamento ético

Descrição da situação-problema

Joana trabalha em uma empresa privada de cosméticos como assistente social. Tem a função principal de trabalhar a autonomia e empoderamento feminino das funcionárias. Ocorre que ao discutir em grupo sobre a liberdade, as funcionárias apresentaram demandas específicas dos núcleos familiares, inclusive situações de violência por parte de alguns esposos. Numa das situações, foi procurada pessoalmente por uma funcionária, logo após o término da atividade grupal do dia. A funcionária relatou que estava sofrendo agressões físicas por parte do companheiro. Joana ficou em dúvida em relação aos limites institucionais e sobre o que poderia auxiliar a funcionária.

Resolução da situação-problema

O assistente social, considerando o princípio da liberdade e a relação ética institucional, deve pensar para além das necessidades da empresa. O funcionário, em sua completude, demanda atenções diversas. Caso o Serviço Social tenha uma abertura significativa, fortalecer e empoderar as mulheres em atividades grupais torna-se um caminho.

Caso o limite institucional delimite as ações profissionais, o diálogo individual e o encaminhamento aos órgãos públicos é outra alternativa. Portanto, caberia orientar e encaminhar (monitorando) a funcionária até o CREAS, para o acompanhamento da situação. Em tese, orientar a mulher que ela pode procurar a delegacia de polícia para realizar o Boletim de Ocorrência.

Observamos que não basta encaminhar, "dar um papel", mas sim saber onde e quem procurar, os horários de funcionamento, e monitorar se a pessoa acessou o serviço.

Faça valer a pena

1. O Código de Ética Profissional de 1993 – (CEP/1993) posiciona historicamente a ampliação das conquistas sociais e dos direitos humanos e reafirma o redirecionamento ético-político. Aponta ainda uma crítica consistente em relação ao sistema de valores da burguesia e afirma o compromisso com a luta pela garantia dos direitos sociais e humanos.

Conforme o Código de Ética Profissional de 1993, assinale a alternativa que constitui um princípio ético.

- a) fraternidade.
- b) solidariedade.
- c) humanidade.
- d) caridade.
- e) liberdade.

2. A liberdade, como pressuposto em Locke, acaba por associar-se à propriedade privada, pois ao defender que os homens são iguais e livres, associa a regulação das relações de si mesmo e das posses ao estado da lei da natureza. Na verdade, a compreensão do filósofo funda-se nas necessidades postas de reprodução social de uma sociedade pautada e voltada para propriedade privada.

Para Locke, a liberdade individual e a propriedade privada são entendidas como:

- a) desigualdades sociais.
- b) fruto do direito de natureza.
- c) advindas de um “Ser Supremo”.
- d) subjetividades dos sujeitos.
- e) princípio moral.

3. O Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) instituiu a Resolução nº 493/2006, considerando a alínea “a” do artigo 7º, que dispõe das condições éticas e técnicas do exercício do trabalho profissional. Das demandas profissionais, o CFESS, ao apontar nas Resoluções o amparo ético e técnico, consolida e materializa o suporte/aporte para o exercício profissional.

Conforme o Código de Ética Profissional de 1993, o artigo 7º trata:

- a) dos princípios da profissão.

- b) dos deveres dos assistentes sociais nas relações com o Judiciário.
- c) dos direitos dos assistentes sociais nas relações com as Instituições empregadoras e outras.
- d) do sigilo profissional.
- e) da quebra do sigilo profissional.

Referências

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Org. Conselho Federal do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, Dilsea Adeodata et al. (orgs). **Serviço Social**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996.

Código de Ética Profissional de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

DAROS, Michelli Aparecida; GUEDES, Olegna de Souza. Contribuições para a Compreensão do Princípio da Liberdade Posto no Código de Ética de 1993.

Serviço Social em Revista, Universidade Estadual de Londrina, v. 10, n. 2, jan./jul., Londrina, 2008.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL, CFESS. Disponível: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 10 nov. 11 016.

CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL – MG 6ª Região. Ética e sigilo profissional na questão do depoimento sem dano. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/Conteudo/66683ec8-0d37-40b6-9e1c-df2196376fa0/%C3%89tica-e-sigilo-profissional-na-quest%C3%A3o-do-Depoimento-Sem-Dano>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Antecedentes: a origem sob controle estatal. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/brochura_cofi2007-atribuicoes.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Fortalecimento da Política Nacional de Fiscalização para o enfrentamento da expansão da formação profissional do/a assistente social e para garantias das condições técnicas e éticas do seu exercício profissional. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/COFI-2011-rosa-predes.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

↳ _____. **Política Nacional de Fiscalização**. In: Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2007.

_____. Resolução 493/2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Resolução 660/2013. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/660-2013-cpe.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Resolução 512/2007. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/pnf.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Código de Ética Profissional de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CFESS. Lei 8662 de 07 de junho de 1993. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/L8662.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Conselho Regional de Serviço Social, 10ª região. Manual de Orientação de Processos Éticos. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/arquivos/n_publicacao/cartilha_etica_final.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 91, 2007.

GUEDES, Olegna de Souza. A liberdade em obras do jovem Marx: referências para reflexões sobre ética. **(UEL)R. Katál**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e Outros Escritos**: Ensaio sobre a Origem, os Limites e os Fins Verdadeiros do Governo Civil. Traduzido por Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARX, Karl. A Questão Judaica. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/viewFile/7087/3923>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.

RODRIGUES, Carla; SOUZA, Herbert de. **Ética e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994. Coleção Polêmica.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Contexto e sentido histórico da defesa e valorização do exercício profissional. In. Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/brochura_cofi2007-atribuicoes.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

O projeto ético-político do serviço social

Convite ao estudo

Olá, seja bem-vindo aos estudos da unidade de ensino *O projeto ético-político do serviço social*. Vamos iniciar os nossos estudos sobre o projeto ético-político, compreendendo o que é um projeto a partir das características principais, das dimensões, dos elementos, componentes e dispositivos que o estruturam. Posteriormente, vamos estudar os seminários históricos norteadores do projeto ético-político, com base nas discussões teóricas que balizaram mudanças no Serviço Social, a renovação e a tentativa de ruptura dos modelos religiosos, conservadores e fenomenológicos do Serviço Social e os desafios institucionais, o avanço do neoliberalismo e a redução das políticas sociais. E para finalizar a unidade de ensino, vamos conhecer a Lei de Regulamentação do Serviço Social e o marco regulatório da profissão, os aspectos legais e normalizadores da profissão. Ainda, vamos identificar as competências dos profissionais (e as privativas) dos assistentes sociais e as principais resoluções que normatizam, complementam e orientam as ações dos assistentes sociais no exercício profissional.

A plena compreensão do projeto ético-político fará com que você, aluno, tenha uma ação ético-reflexiva quando for profissional.

Agora, caro aluno, vamos apresentar o contexto de aprendizagem teórico-prático, para aproximar o conhecimento acadêmico da realidade vivenciada na prática profissional. O contexto que apresentamos acontece em um plantão social de atendimento, dentro de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), portanto, desafiamos você a se colocar no papel do profissional em atendimento nesse plantão social, que equivocadamente ainda permanece dentro de um CRAS. O grande dilema será o de pensar na vulnerabilidade de renda. Como resolver a ausência de renda da pessoa atendida e como agir nas situações de ausência de alimentação? Nesses casos, é possível agir na defesa dos direitos sociais?

Uma das características do modelo econômico capitalista neoliberal é a mínima participação do Estado na economia. Em contrapartida aos direitos sociais, reduz o papel do Estado ao fomento dos mínimos sociais possíveis aos cidadãos.

Com essa referência de modelo econômico, a sustentação das ações dos assistentes sociais se torna desafiadora. A necessidade do posicionamento ético e crítico, conforme o código de ética vigente, é indispensável. Pensando nos pontos nodais contemporâneos e na direção do projeto ético-político do Serviço Social, vamos refletir sobre os respaldos e sobre a conduta profissional. Na ação cotidiana, essa experiência requer que você incorpore os valores e princípios éticos da profissão para compor as suas respostas.

Tenha uma ótima atividade! Vamos lá?

Seção 4.1

O que é um projeto

Diálogo aberto

No contexto de aprendizagem desta unidade, desafiamos você a se colocar no papel do profissional em atendimento no plantão social no atendimento do CRAS. Vamos supor que, em um dia bastante agitado no plantão, uma usuária do serviço o procurou para solicitar acesso ao benefício de prestação continuada (idoso) e que, durante o atendimento, ela reclamou que procurou o atendimento direto com a assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas que, após a avaliação social, foi-lhe dito que a sua renda familiar estava muito acima da média estabelecida pelos critérios de elegibilidade. A usuária, muito nervosa, disse ainda que a profissional do INSS “não tinha ido com a cara dela” e a olhava de “cima para baixo”. Realmente, após avaliar a renda familiar, você identificou que a renda estava mesmo bem acima do permitido para o acesso ao benefício e que, diante do relato da usuária, ficou perceptível que a profissional do INSS poderia ter agido de forma mais polida e educada com a usuária, sem agir de forma rispida e grosseira, não dando todos os esclarecimentos necessários, uma vez estava claro que a usuária não compreendeu bem o que são tais critérios de elegibilidade. E agora? Cabe ao profissional julgar as impressões que os usuários tiveram de atendimentos recebidos por outros assistentes? Agiria corretamente ao julgar essa situação? O mérito do atendimento é o acesso ao benefício. Assim, falar do atendimento de outro colega profissional mudará a regra de acesso? Agora, coloque no papel essa experiência de supervisão profissional. Elabore um relatório sobre a sua orientação e fundamente-o observando os artigos do código de ética vigente.

Não se esqueça: a seção “Não pode faltar” pode auxiliá-lo na construção do seu relatório.

Boa supervisão, quer dizer, bom exercício!

Não pode faltar

“É caminhando

Que se faz o caminho...”

(TITÃS, 2017)

Olá, estamos felizes por caminhar com você. Iniciamos a primeira seção de autoestudo da última unidade de ensino da disciplina de *Ética profissional em serviço social*.

Para o Serviço Social, foi caminhando que se fez o caminho.

O caminho da construção do atual projeto ético-político do Serviço Social não é curto e não sê vê também o final de estrada, pois a direção para a qual ele caminha responde às necessidades espaço-temporais dentro da história pensada e vivida.

A função orgânica do Serviço Social vai direcionar a sua dimensão no projeto ético-político. Lembre-se: “é caminhando que faz o caminho”. Mas, para pensar a função orgânica, é preciso apresentar o que é o intelectual orgânico que a fundamenta. Pois bem, a terminologia tem, nos estudos de Gramsci, a expressão necessária e que vem ao encontro das nossas expectativas. Gramsci (2002), nos *Cadernos do Cárcere*, define como intelectual orgânico aquele que faz a conexão histórica entre a teoria e a prática, ou seja, fica incumbido do não distanciamento entre as massas e as formulações intelectuais.

Como aprendizes, precisamos percorrer o nosso caminho de aprendizagem e conectar a história da teoria com a da prática. Nesse sentido, dialogando sobre o projeto ético-político, vamos identificar as características principais e os elementos que compõem um projeto profissional e, para além disso, diferenciar projetos societários de projetos profissionais. Vamos ainda conhecer as bases legais que compõem a visão de sociedade, de um projeto coletivo de uma categoria, bem como situar as dimensões que compõem e estruturam o projeto ético-político e apresentar os componentes e dispositivos que o compõem e direcionam.

Já falamos tanto em projeto. Mas, afinal, o que é um projeto? Um projeto tem uma teleologia, ou seja, indica a direção e uma finalidade que a sociedade ou uma categoria constrói para concretizar o que idealizou.

Podemos, ainda, recorrer ao dicionário para entender o que é a teleologia:

Ciência que se pauta no conceito de finalidade (causas finais) como essencial na sistematização das alterações da realidade, existindo uma causa fundamental que rege, através de metas, propósitos e objetivos, a humanidade, a natureza, seus seres e fenômenos. (TELEOLOGIA, [2017]).

Por esta compreensão teleológica, pautada em conceitos que determinam a relação entre a direção tomada e a sua finalidade, considerando ainda que no cotidiano as pessoas agem teleologicamente, definindo metas e objetivos, convido você, aluno, a conhecer as diferenças entre os projetos societários e os projetos profissionais.

José Paulo Netto (1999), analisando criticamente a construção do projeto ético-político do Serviço Social, explica um projeto societário da seguinte forma:

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. (PAULO NETTO, 1999, p. 2).

Portanto, projetos societários são coletivos e construídos sob determinados valores e por meios justificáveis para a sua materialização. A "imagem" de sociedade que se deseja funda-se nas relações de classe, para além das relações de partidos políticos, nas ideologias que sustentam o modo de produção capitalista.



Assimile

Os projetos societários são coletivos e construídos sob determinados valores e por meios justificáveis para a sua materialização.

Paulo Netto (1999) discute que na trajetória histórica os projetos societários possuem estruturas flexíveis e variáveis, pois em seu núcleo o registro da classe social deixa a sua marca. Discute ainda que os projetos societários incorporam as novas demandas e aspirações e se renovam de acordo com as conjunturas históricas e políticas. E a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política (PAULO NETTO, 1999, p. 3).

Definimos os projetos societários, mas o que são os projetos profissionais? Possuem a mesma definição? Amparam-se na finalidade? São coletivos? Pois bem, vamos dialogar sobre os projetos profissionais e mais sobre eles.

Os projetos profissionais se inserem no marco dos projetos coletivos. São relacionados às profissões. Possuem regulações jurídicas e "supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior" (PAULO NETTO, 1999, p. 4).

Com base em Paulo Netto (1999), registramos em tópicos as características principais dos projetos profissionais:

- qualificam-se como coletivos;
- apresentam a autoimagem de uma profissão;
- elegem os valores que a legitimam;
- delimitam e priorizam seus objetivos e funções;
- formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício;
- prescrevem normas para o comportamento dos profissionais;
- estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas;
- são construídos por um sujeito coletivo – a categoria profissional; e através da sua organização (que envolve os profissionais em atividades, as instituições formadoras, os pesquisadores, os docentes e estudantes da área, seus organismos corporativo e sindicais) a categoria elabora o seu projeto profissional (PAULO NETTO, 1999, p. 4).

Portanto, os projetos profissionais são construídos por uma categoria profissional, ou seja, por um sujeito coletivo.

E, como não poderíamos deixar de registrar, os projetos societários possuem uma dimensão política,



[...] seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. (PAULO NETTO, 1998, p. 5).

Os projetos profissionais vão se entrelaçar aos projetos societários, justamente, pela dimensão política. Os projetos societários, na perspectiva conservadora, tendem

a negar as dimensões políticas e ideológicas.

Mas, então, o que é o *Projeto ético-político do serviço social*? Lembre-se: esse projeto vai acompanhar você por toda a vida, pois ele é a direção do coletivo profissional do Serviço Social. O assistente social não pode ter dúvidas sobre o projeto ético-político da categoria.

O projeto profissional do Serviço Social foi construído no contexto histórico da profissão desde o seu surgimento. Entretanto, entre as décadas de 1970 e 1980, a categoria profissional começou a se questionar e a se incomodar com o conservadorismo presente. A recusa do projeto conservador exigia novos rumos e um novo entrelaçamento nas dimensões ética e política.

Na década de 1990, o projeto ético-político “encorpa”, firma os passos com a aprovação do Código de Ética de 1993, com a revisão da Lei de Regulamentação da profissão e com a aprovação das Diretrizes Curriculares.

O projeto ético-político, considerando todo o Movimento de Reconceituação, visando trilhar um novo caminho, é fundamentado na matriz sócio-histórica, cujo ponto de partida é a Teoria Social Crítica.

Sem ainda destacarmos toda a complexidade e a riqueza do projeto ético-político, evidenciamos que uma de suas características é sua fulcral relação com o projeto societário.

No âmbito da conjuntura, da análise sócio-histórica, o projeto ético-político instaurou-se no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Quando recusou o conservadorismo profissional, o Brasil vivenciava um período de profundas transformações societárias que iriam afetar a produção, a economia, a política, o Estado, a cultura e o trabalho. As marcas das transformações societárias foram afiançadas pelo neoliberalismo.

O neoliberalismo, sendo conceituado, em síntese, sem aprofundamento teórico sobre o tema, mas considerando-o como pano de fundo, se expressa como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia. De acordo com essa doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois esse princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. A reestruturação produtiva foi e é uma de suas premissas.

Mas, voltando ao assunto central do nosso diálogo, saiba que algumas condições foram necessárias para desenvolver e aprofundar o projeto ético-político. Essas condições podem ser expressas em quatro situações:

a) Na condição política do país, que teve na luta pela democracia seu principal rebatimento, em que os anseios democráticos e populares foram incorporados e

intensificados pelas vanguardas do Serviço Social;

b) No espaço legitimado na academia, que permitiu à profissão estabelecer fecunda interlocução com as Ciências Sociais e criar e revelar quadros intelectuais respeitados no conjunto da categoria;

c) No debate sobre a formação profissional, cujo empenho foi dirigido no sentido de adequá-la às novas condições postas, em um marco democrático da questão social e de suas expressões, em suma, a construção de um novo perfil profissional, e;

d) No interior da categoria profissional, modalidades prático-interventivas (metodologias) tradicionais foram ressignificadas e novas áreas e campos de intervenção foram emergindo, devido, sobretudo, às conquistas dos direitos cívicos e sociais que acompanharam a restauração democrática da sociedade brasileira, como práticas interventivas junto a segmentos sociais, como crianças, adolescentes, mulheres, idosos e deficientes, entre outros.

A partir dos princípios elegidos pela categoria profissional no Código de Ética de 1993, identificamos a estrutura básica do projeto ético-político. Já pensou que uma casa sem estrutura, sem o seu alicerce, tende a sucumbir no primeiro vento? Pois bem, para o Serviço Social, o projeto ético-político tem como estrutura básica o reconhecimento da liberdade como núcleo, valor central, como valor essencial. Implica o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, e vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

A liberdade é valor central do projeto ético-político, não se esqueça. Mas não a liberdade subjugada à coerção das relações de classe, e sim a liberdade como "possibilidade de escolhas de alternativas concretas" (PAULO NETTO, 1999, p. 15).

E por que o projeto ético é também político? Olha, ao analisar essa categoria no âmbito acadêmico, fique atento para não confundir o sentido da dimensão política. Infelizmente, pelo senso comum, discussão de política se reduz às frustrações com os partidos políticos brasileiros.

A dimensão política do projeto consolidado pela categoria profissional consta nos princípios do Código de Ética de 1993. Essa dimensão apresenta o claro posicionamento a favor:

- da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização (acesso aos bens e serviços, programas e políticas sociais);
- da ampliação e consolidação da cidadania (direitos civis, sociais e políticos);
- da defesa da ampliação da democracia – socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida;

- do empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

- da defesa intransigente dos direitos humanos (contra o arbítrio e o autoritarismo).

A amplitude da dimensão política do projeto ético-político enseja e direciona para onde devemos “caminhar e olhar”.

Na estrutura básica, ainda consolidamos a dimensão profissional, em que o projeto ético-político implica o compromisso:

- com a competência, cuja base é o aprimoramento profissional;
- preocupação com a (auto)formação permanente e uma constante postura investigativa;
- com os usuários dos serviços, programas e projetos determinando uma nova relação sistemática, fortalecendo o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, a publicização dos recursos institucionais e, sobretudo, o desafio de manejar, mediar: abrir as decisões institucionais à participação dos usuários, e;
- a articulação de suas demandas com outras categorias profissionais, que ensejam os mesmos princípios éticos.

José Paulo Netto (1999, p. 17-18) afirma que o “projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social, no Brasil, na década de noventa do século XX.”

Para a conquista da hegemonia, quatro elementos significativos destacam-se no projeto ético-político. De forma sistematizada, são eles:

- a) princípios e valores ético-políticos explícitos;
- b) matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) posicionamento crítico à ordem social vigente – a da sociedade do capital, e;
- d) “lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 7-8).



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre os elementos significativos e as reflexões sobre o projeto ético-político, acesse o artigo: [O](#)

projeto ético-político do Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.

Os componentes do projeto ético-político é que dão materialidade aos elementos constitutivos.

O primeiro componente trata da dimensão da produção de conhecimento no interior da profissão, ou seja, na esfera da sistematização das modalidades práticas da profissão, na qual se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional do Serviço Social.

O segundo componente abrange a dimensão político-organizativa da profissão.



O crescente envolvimento de segmentos cada vez maiores do corpo profissional nos fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos profissionais – bem como a multiplicação e descentralização desses fóruns, espaços e eventos. Tal envolvimento se registrou nos vários Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais e em seus encontros regionais preparatórios, nas convenções nacionais e nas “oficinas regionais” da ABESS, nos encontros de pesquisadores promovidos pelo CEDEPSS, nos encontros regionais e nos seminários nacionais patrocinados pelo sistema CFESS/CRESS etc. (PAULO NETTO, 1999, p. 17).

É nessa dimensão organizativa que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios.



Exemplificando

A participação nos Conselhos Regionais do Serviço Social (CRESS) é uma das ações político-organizativas cabíveis e possíveis aos assistentes sociais.

O terceiro componente do projeto ético-político situa-se na dimensão jurídico-política da profissão, consolidada no aparato político-jurídico estritamente profissional (Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662/93 e as novas Diretrizes Curriculares do MEC) e no aparato jurídico-político de caráter mais abrangente (conjunto das leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988).

Como vimos,

[...] o projeto ético-político inscreve o Serviço Social como uma profissão necessariamente articulada a um projeto de sociedade, além de expressar uma direção ao exercício profissional que se quer visível na profissão. (TORRES, 2006, p. 307).

Portanto, o projeto ético-político expressa a direção que se quer tornar visível: a finalidade da existência da profissão do Serviço Social. Mas, para a sua "existência", devemos discutir e (re)conhecer o exercício profissional do assistente social.

Torres (2006) sinaliza que, para o exercício profissional, um aspecto necessário requer do assistente social a fundamentação teórico-metodológica, ética e política de suas práticas. Por essa fundamentação, exemplifica a autora que cai por terra o mito de que qualquer pessoa, mesmo sem preparo, pode ser assistente social.



Refleta

Então, quer dizer que somente exerço a profissão como assistente social se eu aprender a fundamentação teórico-metodológica e ético-política? Mas, para ser assistente social, é preciso ainda conhecer o projeto ético-político? O que acha?

O outro aspecto analisado, e que vai corroborar com o projeto ético-político, enfatiza que

[...] é preciso que os profissionais entendam e clarifiquem as diferenças entre o que é atividade, procedimento técnico-operativo e habilidades do profissional. Pode parecer ingênuo, mas o assistente social que não se reconhece naquilo que faz e não reconhece seu projeto profissional, tende a confundir o seu fazer com as atividades e prerrogativas profissionais estabelecidas no espaço sócio-organizacional. (TORRES, 2006, p. 313).

Para o assistente social, o não reconhecimento do projeto profissional, ou seja, do projeto ético-político, tende a confundir e, para além disto, fragilizar o sentido de coletivo da categoria.

E aí? Já se sente seguro para a resolução da situação-problema? Esperamos que sim. É importante começar, a partir de agora, a refletir sobre a seção de autoestudo e a fixar o conhecimento apreendido.

Ensejamos que os conhecimentos e reflexões contribuam para a resolução da situação-problema.

Sem medo de errar

Bem, estamos no momento de pensar a resolução da situação-problema. Esperamos que, com as discussões, você, aluno, utilize o argumento teórico oportuno. Não tenha receios em colocar no papel (ou no computador) as suas críticas durante a atividade, pois é somente na fala e na escrita dos pensamentos que o senso comum pode ser ressignificado.

Veja que a situação-problema apresenta uma dualidade entre o agir na perspectiva do projeto ético-político e o agir na presença do conservadorismo, apresentado por posturas não refletidas e carregadas de preconceitos.

A situação-problema ocorre em atendimento no CRAS, onde uma usuária acessa o serviço solicitando o benefício de prestação continuada – idoso. Durante o atendimento, a usuária expõe como foi acolhida e tratada pela assistente social do INSS. Registra, em sua impressão, que a assistente social “não tinha ido com a cara dela”, uma vez que não teve acesso ao benefício, sendo dito que a sua renda estava acima dos critérios estabelecidos, conforme a legislação que regula tal benefício.

Ocorre que a assistente social do CRAS constatou, após avaliar a renda familiar, que o total estava mesmo bem acima do permitido para acessar o benefício.

E agora? Cabe ao profissional julgar as impressões ditas pelos usuários sobre outros profissionais? Agiu corretamente ao julgar essa situação? O mérito do atendimento é o acesso ao benefício; falar do colega profissional muda a regra de acesso?

O seu desafio será o de pensar na defesa e no esclarecimento, à luz do projeto ético-político, da atitude da colega assistente social sob os princípios éticos e os valores que ela deixou de observar. Coloque no papel essa experiência de supervisão profissional e elabore um relatório sobre a sua orientação. Você pode fundamentá-lo, observando, ainda, os artigos do Código de Ética vigente.

Que tal? Reveja o conteúdo teórico apresentado na seção de autoestudo sobre os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social e boa supervisão, quer dizer, boa atividade!

Avançando na prática

Conservadorismo

Descrição da situação-problema

Beatriz é assistente social no Hospital da Cidade de Bem-me-quer. Atende os pacientes e os familiares nas questões pertinentes ao Serviço Social. A mãe de uma paciente procurou por ela no atendimento para relatar que estava chateada com o atendimento da enfermaria com a filha, que estava internada após sofrer um acidente de moto. Relata a mãe que a filha é transexual, mas ainda não havia alterado o Registro Geral (RG) com o seu nome social. Afirma a mãe que os enfermeiros “fazem piadinhas” e “chacotas” na presença da filha e que ela pediu que a respeitassem, o que não resolveu o problema. A mãe solicitava providências, pois não queria denunciar o hospital para algum outro órgão público, queria somente que a filha fosse respeitada em sua dignidade.

Resolução da situação-problema

O projeto ético-político do Serviço Social, durante a década de 1990, afiançou uma nova perspectiva nos âmbitos teórico-metodológico e ético-político. Os princípios elegidos no Código de Ética se consolidam no exercício da prática profissional cotidiana. Considerando, dessa forma, os princípios do Código, cabe à assistente social acolher a mãe e fortalecer a luta contra qualquer tipo de discriminação. Como sugestão, para a resolução efetiva, deve formalizar o diálogo com a usuária e levar o assunto para a gestão técnica do hospital com urgência para tomar as medidas cabíveis. A assistente social deve dialogar com a paciente para fortalecer o diálogo protetivo e para esclarecer a função pública ética dos profissionais. Caso a situação não se resolva, pode orientar a mãe a registrar um boletim de ocorrência por preconceito contra o hospital.

Faça valer a pena

1. Projetos societários são coletivos e construídos sob determinados valores, e por meios justificáveis para a sua materialização. A “imagem” de sociedade que se deseja funda-se nas relações de classe e, para além das relações de partidos políticos, nas ideologias que sustentam o modo de produção capitalista.

Na trajetória histórica os projetos societários possuem estruturas flexíveis e variáveis, pois deixam em seu núcleo o registro:

a) Das normas e leis.

- b) Da classe social.
- c) Do projeto ético-político.
- d) Dos princípios e valores.
- e) Da organização administrativa.

2. Leia o texto e complete as lacunas da sentença a seguir.

O projeto profissional do Serviço Social foi construído no contexto histórico da profissão desde o seu surgimento. Entretanto, na década de 1970, a categoria profissional começou a se questionar e a se incomodar com o conservadorismo presente.

O projeto ético-político, considerando todo o Movimento de _____, visando trilhar um novo caminho, é fundamentado na matriz sócio-_____, cujo ponto de partida é a Teoria _____ Crítica.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto-base:

- a) Reconceituação – conservadora – Filosófica.
- b) Construção Ética – cultural – Social.
- c) Socialização – histórica – Positivista.
- d) Reconceituação – histórica – Social.
- e) Conservação – ética – Social.

3. Os componentes do projeto ético-político é que dão materialidade aos elementos constitutivos. O primeiro componente trata da dimensão da produção de conhecimento no interior da profissão, ou seja, na esfera da sistematização das modalidades práticas da profissão, na qual se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional do Serviço Social.

O terceiro componente que dá materialidade aos elementos constitutivos do projeto ético-político situa-se na dimensão:

- a) Jurídico-política.
- b) Político-organizativa.
- c) Teórico-metodológica.
- d) Da reprodução do conhecimento.
- e) Do posicionamento crítico.

Seção 4.2

Seminários históricos balizadores do projeto ético-político

Diálogo aberto

Olá, seja bem-vindo! Nesta seção de autoestudo dialogaremos sobre os seminários históricos balizadores do Serviço Social que contribuíram para a consolidação do projeto ético-político da categoria profissional. Dessa forma, a situação-problema direciona o seu olhar para relacionar a teoria com a prática profissional cotidiana.

Continuamos dialogando sobre as possibilidades éticas, diante dos atendimentos ocorridos dentro do CRAS em um plantão social de atendimento. Ocorreu em um plantão que o Sr. João, usuário do CRAS e beneficiário do Programa Bolsa Família, foi convocado para atendimento social e compareceu extremamente alcoolizado e confuso.

Acontece que o Sr. João não gostou de ser convocado ao atendimento social, portanto, descontente, fazia piadas em relação ao Programa Bolsa Família. Na recepção do CRAS, outras pessoas aguardavam o atendimento e ficaram incomodadas com essa situação.

Vendo a situação, a recepcionista do CRAS acionou a assistente social que iria atendê-lo nesse dia. João foi dispensado do atendimento pela assistente social por estar alcoolizado.

Situação exposta, pense com a gente: os assistentes sociais podem dispensar pessoas do atendimento nessa situação? Quais outras ações éticas podem ser garantidas para que o Sr. João possa receber o atendimento necessário a suas necessidades?

Portanto, o seu desafio, caro aluno, é o de se colocar no lugar dessa profissional e realizar um relatório, como se fosse você a dispensar o Sr. João do atendimento. Registre qual seria a sua impressão sobre ele estar alcoolizado (imagine essa cena), se ficaria com receio de atendê-lo nessa situação. Não esqueça de relacionar os seus registros aos princípios do Código de Ética vigente.

Não se esqueça: a seção "Não Pode Faltar" vai auxiliá-lo na construção do seu relatório.

Bom exercício!

Não pode faltar

Olá, seja bem-vindo aos estudos da *Ética profissional em serviço social*. Na seção de autoestudo anterior dialogamos sobre o que é um projeto na dimensão da construção do projeto ético-político do Serviço Social. Identificamos as características principais e os elementos que compõem um projeto profissional e, para além disso, diferenciamos os projetos societários dos projetos profissionais. Portanto, iniciando esta nova seção, vamos dialogar sobre os seminários históricos balizadores do projeto ético-político a partir dos seguintes conteúdos: os seminários e as linhas teóricas que instrumentalizaram e consolidaram o projeto ético-político; as discussões teóricas que balizaram mudanças no Serviço Social; a renovação e a tentativa de ruptura com os modelos religiosos, conservadores e fenomenológicos do Serviço Social e os desafios institucionais, com o avanço do neoliberalismo e com a redução das políticas sociais.

Quando pensamos na trajetória histórica do Serviço Social, pensamos mais especificamente na trajetória dos seminários históricos, pois as discussões teóricas que embasaram os encontros distinguiram e demarcaram os possíveis sinais de mudanças e as tentativas de ruptura com o modelo tradicional de se fazer e pensar o Serviço Social.

Sugerimos, caro aluno, que compreenda a resposta de uma pergunta-chave, que é: o que foi o Movimento de Reconceituação? A partir dessa resposta poderemos dialogar e caminhar de maneira tranquila, serena e segura sobre as teorias discutidas nos seminários e sobre o seu reflexo na prática profissional.

Há que se afirmar, nesse sentido, que o projeto ético-político encontra a sua sustentação teórica e a sua fundamentação ético-política no amadurecimento do coletivo profissional, com o start do Movimento de Reconceituação.

Os anos de 1960 foram caracterizados por diversas mudanças nos planos social, político, econômico e cultural, por conta das novas configurações de expansão do capitalismo mundial. Essa expansão impôs sobre a América Latina um modo de produção e de desenvolvimento baseado em duas premissas, que perduram até os dias atuais: a primeira premissa impunha o funcionamento de um modo excludente e a segunda premissa impunha aos países da América Latina a subordinação aos preceitos do capital.

Países como o Chile, a Argentina, a Bolívia, o México, a Colômbia, entre outros, vivenciavam contextos históricos expressivos de ditadura, de proibições diversas e de

cassação dos direitos sociais, políticos e civis.

Na história do Serviço Social brasileiro, podemos destacar dois momentos significativos, sendo o primeiro o do surgimento da profissão e o segundo o da renovação, da reconceituação do Serviço Social.

O Movimento de Reconceituação tem início na década de 1960, perdurando até 1975, e termina (permanece em silêncio) não pelo esgotamento teórico necessário, mas pelo acirramento dos governos ditadores, na perseguição aos princípios e valores democráticos.

Na busca por novos sentidos, e considerando aquela realidade social, é certo que o Serviço Social na América Latina, inquieto e insatisfeito, entra em um debate para a revisão do modo tradicional de pensar e fazer a prática profissional.

No bojo do movimento, em busca de novas concepções e sentidos teóricos, considerando a realidade de cada país, é que se busca o rompimento, portanto, do modelo tradicional teórico norte-americano.

Ao discutir o Movimento de Reconceituação, Paulo Netto (2008) apresenta um olhar singular e uma dimensão plural sobre o tema, ao tratá-lo como Renovação do Serviço Social:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão a teorias e disciplinas sociais. (PAULO NETTO, 2008, p. 131).

O Serviço Social tem, no movimento de renovação, a busca de respostas a suas demandas sociais e, para isso, revê em si mesmo o seu conjunto de metodologias, de sistematização teórica, de ações operativas e de ações na dimensão do cunho político.

De forma muito singela, mas única e verdadeira, a leitura do significado das palavras no dicionário sempre cabe. Veja o conceito de renovar no dicionário Priberam on-line (RENOVAR, 2013):

1. Tornar novo; melhorar.
2. Consertar.

3. Recomeçar; repetir.
4. Substituir por coisa melhor.
5. Dar o aspecto de novo a.
6. Trazer novamente à lembrança.
7. Excitar de novo.
8. Renovar sofrimentos.

Considerando o trabalho de Paulo Netto (2008), *Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, do processo de renovação, destacam-se três vertentes, que sinalizaremos antes de dialogarmos sobre os conteúdos e as fundamentações teóricas para o exercício profissional dos assistentes sociais nos movimentos históricos do Serviço Social.

A perspectiva modernizadora é a primeira vertente ou expressão do processo de renovação do Serviço Social. Ela é resultado do Seminário de Teorização do Serviço Social promovido em Araxá, Minas Gerais, em 1967, e do Encontro de Teresópolis, em 1970. Sua característica principal "foi tentar adequar as (auto) representações profissionais do Serviço Social às tendências sócio-políticas que a ditadura tornou dominantes." (NETTO, 2008, p. 164).

A segunda expressão ou perspectiva apontada por Paulo Netto (2008) é a do deslocamento da perspectiva modernizadora, ou seja, a reatualização do conservadorismo, resultante dos Seminários de Sumaré, em 1978, e do de Alto da Boa Vista, em 1984. As intenções principais assumidas por parcela da categoria profissional que resiste ao processo de laicização (tirar o caráter religioso das intervenções profissionais), recusando o rompimento com o estatuto de subalternidade da profissão, mostram-se inacessíveis às inovações trazidas pela perspectiva modernizadora. Repudiam a vinculação positivista contida na primeira perspectiva e a influência do pensamento crítico-dialético contida na perspectiva de intenção de ruptura.

Dessa segunda expressão ou intenção de ruptura, ainda veremos que se almejou uma relação intimista da profissão, condicionando a sua intervenção a uma visão de mundo derivada do pensamento tradicional (reclamando a si a inspiração fenomenológica). Destaco aqui a intencionalidade da dimensão da subjetividade (demanda que surge no meio profissional que se caracteriza por ser fortemente psicologizante (ajuda psicossocial, compreensão).



Assimile

No deslocamento da perspectiva modernizadora, os profissionais repudiam a vinculação positivista contida na primeira perspectiva e a influência do pensamento crítico-dialético contida na perspectiva de intenção de ruptura.

E na terceira e última perspectiva de reconceituação no Brasil, a intenção de ruptura se constitui no processo de renovação do Serviço Social. Veja que para Paulo Netto (2008, p. 302-303) realmente a perspectiva se fundamenta como uma “intenção de ruptura”, pois

vale assinalar que é com a vertente da intenção de ruptura que repercutem produtivamente no Serviço Social no Brasil as questões referentes à dinâmica contraditória e microscopia da sociedade [...] a renovação crítico-analítica viabilizada pelo desenvolvimento teórico da perspectiva da intervenção de ruptura propicia novos aportes no nível prático-operativo da profissão. (PAULO NETTO, 2008, p. 302-303).



Dessa forma, a intenção de ruptura é a expressão contra os modelos existentes de se fazer Serviço Social. É a expressão contra o modo conservador do Serviço Social tradicional, que tem na Teoria Social Crítica de Karl Marx os argumentos necessários ao firmamento das bases iniciais para romper com os padrões anteriores, conforme registrado no conhecido Método de Belo Horizonte.

Com a reabertura para a redemocratização, no Governo Figueiredo, o Serviço Social encontra forças na intenção de ruptura e coloca-se ao lado das demandas dos trabalhadores. Revê o currículo mínimo em 1982 e o Código de Ética em 1986. Assim, consolida materialmente as mudanças para a futura construção e para o fortalecimento do projeto ético-político.

Mas muita calma nessa hora! A história do Serviço Social é rica e renovadora, portanto não avançaremos na linha do tempo sem discutirmos as concepções teóricas que balizaram os seminários históricos.

Como citamos anteriormente, quando pensamos na perspectiva modernizadora, os documentos-base mais significativos de teorização do Serviço Social encontram-se no Documento de Araxá e no Documento de Teresópolis.

Consolidado em 1967, na cidade de Araxá, Minas Gerais, o Documento de Araxá é um compilado construído por 38 assistentes sociais, que avaliaram a profissão do Serviço Social.

No encontro, questionaram se o Serviço Social poderia ser denominado como uma ciência ou não e o definiram como



uma prática institucionalizada que se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. [...] só acidentalmente derivados de estruturas sociais inadequadas. Esse tipo de ação compreende dimensões corretivas, preventivas e promocionais. [...] O serviço social é aquele que leva à plena utilização dos recursos naturais e humanos [...]. (PAULO NETTO, 2008, p. 168-169).

Veja que o posicionamento da conduta profissional, no Documento de Araxá, tenciona o padrão tradicional, que se evidencia como moderno.



Refleta

Será que a prática tradicional foi superada? Quais eram os valores da prática tradicional? Foram superados?

É exatamente nessa tensão, entre o velho e o novo, que Paulo Netto (2008) resgata uma questão ética que é ferida nessa relação. Os princípios e valores estabelecidos no Código de Ética se baseiam nos pressupostos neotomistas de dignidade da pessoa humana, perfectibilidade humana. Portanto, as discussões teóricas adentram o terreno teórico do estrutural-funcionalismo, saindo do campo da ética neotomista, a-crítica e a-histórica (PAULO NETTO, 2008, p. 170). Portanto, teve concepções teóricas no campo do neotomismo, no funcionalismo e no positivismo.

O Documento de Teresópolis, de 1970, foi consolidado por um grupo de 33 assistentes sociais, tendo contexto no Brasil o Milagre Econômico e a aceitação sociopolítica da ditadura militar. A concepção neotomista desaparece nos diálogos e o funcionalismo é a resposta pragmática, tendo em vista que o Serviço Social é chamado para contribuir com o desenvolvimentismo brasileiro. Registra-se que a ênfase no período volta-se para a melhora na intervenção profissional (instrumentais etc.). Nesse sentido, a teoria, os valores, as finalidades do Serviço Social não são os eixos centrais discutidos.

Podemos considerar que a busca pelas respostas para as situações sociais trouxe um avanço nos procedimentos operativos (técnicos) de enfrentamento.



Exemplificando

No cotidiano profissional, a utilização de instrumentais profissionais é um dos meios para a construção de saberes sobre a realidade social. A ficha de avaliação socioeconômica, por exemplo, auxilia na compreensão da situação da pessoa e/ou da família atendida.

No Documento de Teresópolis, a vertente modernizadora é consolidada. A proposta consolidada tem fundamento nos princípios básicos do funcionalismo, a concepção teórica que pode ser traduzida por alguns pressupostos, como, por exemplo, a descrição e a classificação da realidade a partir do empírico, do fenômeno e a fragmentação da realidade: ideia do todo e suas partes.

Em 1978 temos o seminário de Sumaré (no Rio de Janeiro) e, em 1984, o seminário do Alto da Boa Vista (no Rio de Janeiro). Conforme Paulo Netto (2008, p. 194), nenhum dos dois foram tão expressivos quanto os de Araxá e Teresópolis, por vários motivos que aqui não discutiremos.

Os seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, em relação aos seminários anteriores, expressaram-se na busca pelo aporte teórico da fenomenologia, a resposta às necessidades metodológicas, teóricas e práticas da profissão. É o que Paulo Netto (2008, p. 201) chamou de reatualização do conservadorismo.

Os valores e princípios profissionais estabelecidos em Sumaré consubstanciam-se na ética cristã, com ênfase em uma fenomenologia existencial.

As linhas teóricas debatidas em Sumaré foram o cientificismo, a fenomenologia e dialética. Os resultados dos documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista esgotaram a possibilidade de ruptura, evidenciando que a renovação profissional ensejava outras vias e outros protagonistas.

Mas e agora? Dialogamos bastante, mas não chegamos ainda na teoria marxista e nos pressupostos que balizam o atual projeto ético-político do Serviço Social. Denso o tema? Calma, estamos quase lá.

Em síntese, as linhas teóricas resumem-se em:

- **Positivismo:** é uma corrente filosófica, fundada por Augusto Comte (1798-1857), que preconiza o conceito da sociedade humana baseando-se nas leis naturais. No Serviço Social o positivismo foi a primeira corrente filosófica que possibilitou ampliar os referenciais da profissão.
- **Fenomenologia:** é uma corrente teórica de pensamento que tem como característica o estudo dos fenômenos. Tem no filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938) uma perspectiva de estudo científico para a explicação dos fenômenos. No Serviço Social a fenomenologia se voltou para a compreensão do sujeito e de suas vivências.

- Dialética marxista: não ocorreu um aprofundamento, conforme se vê nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista e, para além, não se realizam críticas consistentes de classes sociais e/ou projetos societários (PAULO NETTO, 2008). Em tese, ocorreu uma pequena aproximação com a teoria dialética, nos estudos do filósofo francês Louis Althusser (1918-1990).

Pois bem, avançar é preciso. Como intenção de ruptura, o Método de Belo Horizonte - Método de BH, foi o projeto idealizado para o rompimento com o Serviço Social tradicional. O seu surgimento ocorreu em 1972 e perdurou até 1975. Foi formulado por um grupo de jovens profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais.

A premissa do Método de BH era a do rompimento com o tradicionalismo existente na profissão, nos aspectos teórico-metodológico, formativo e interventivo. Estabelecia um padrão profissional construído em três dimensões: política, teórica e interventiva.

Paulo Netto (2008) destaca que o Método de BH inaugura a vertente denominada de intenção de ruptura, por ser a teoria (discussão feita) mais próxima da tradição marxista. Porém, o desafio que o Método de BH não superou foi o de não conseguir desenrolar o paradigma sobre a prática como produtora de conhecimento e a teoria identificada como conhecimento científico sistematizado (PAULO NETTO, 2008).

A renovação e a tentativa de ruptura dos modelos religiosos, conservadores e fenomenológicos do Serviço Social é clamada em 1979 no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Ocorre como resposta ao cenário brasileiro de mudanças sociais, em que o pedido pela redemocratização e pelos direitos dos trabalhadores era pautado. O Serviço Social estava no ponto em que precisava estar. Situava-se no contexto da luta pela democracia. Dessa forma, o *Congresso da Virada*, tema do encontro, é um marco para a profissão, na dimensão da mobilização e da politização.



Não vou recuperar a conjuntura do final dos anos setenta [...] Mas queria lembrar que 1979 foi um ano decisivo para a oposição como um todo. Na década de setenta, diversos agentes exercem um papel decisivo na criação de forças de resistência à ditadura militar, impulsionando o processo de reconstrução da democracia. (IAMAMOTO, 2012, p. 124).

Nos dizeres de Iamamoto (2012), o Serviço Social colocou-se como um dos agentes na resistência à ditadura militar. E, em conjunto com a classe trabalhadora e com as Comunidades Eclesiais de Base, entre outras lideranças, dão sustentação à oposição.

Pois bem, diversos movimentos posteriores ao Congresso da Virada legitimaram a construção do projeto ético-político e o amadurecimento profissional com base na

Teoria Social Crítica marxista. Com destaque, os trabalhos acadêmicos de Iamamoto (1995), evidenciam que a teoria social de Marx realmente dialoga com a profissão.

E como, diante desse panorama, considerar os desafios institucionais que surgem com o avanço do neoliberalismo e com a redução das políticas sociais? Como considerar o processo de luta para a consolidação do projeto ético-político, nesse contexto de novas reduções dos direitos sociais e até civis?

Valho-me de Iamamoto (2007) para refletir com você, aluno, que a maior conquista alicerçada nesse processo de lutas tem como premissa única:

Tornar o Projeto Ético-Político um 'guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada'. (IAMAMOTO, 2007, p. 233).



Em tese, somos chamados, enquanto assistentes sociais, a ter clareza do projeto ético-político como guia para o enfrentamento e para a resistência, no caso, contrários ao modelo neoliberal, que levava à redução dos direitos sociais, à exploração cada vez maior dos recursos naturais, entre outras espoliações e barbáries. Somos chamados a promover uma contra-hegemonia ao sistema capitalista vigente.



Pesquise mais

Olha, acesse o artigo: *Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional*, e conheça um pouco mais sobre esses desafios institucionais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>>. Acesso: 13 fev. 2017.

E o cuidado a que devemos nos atentar no cotidiano é o de não cair no engodo proporcionado pelo neoliberalismo, de que

o trabalho é, assim, dotado de um caráter trans-histórico, como se este fosse suficiente para enfrentar os dilemas relativos à forma social que assume o trabalho na ordem do capital. O resultado é uma 'positivização' das categorias, deformadas em sua significação original. (IAMAMOTO, 2007, p. 59).



Há que se resistir, superando as visões ingênuas e agindo de forma coletiva, com o enfrentamento à redução dos direitos sociais e dos direitos dos trabalhadores nos espaços institucionais, pautando-se no projeto ético-político. E como descreve Iamamoto (2007) no Seminário Nacional de 30 anos do Congresso da Virada,



a articulação com as forças vivas da sociedade, intensificando a aproximação com os movimentos sociais, como foi feito neste dia de hoje, foi o trajeto percorrido na construção do nosso projeto e certamente o caminho necessário para o seu fortalecimento no presente. (IAMAMOTO, 2007, p. 135).

A articulação com os movimentos sociais, assim como foi no processo de redemocratização, é o caminho a trilhar, é o espaço a fortalecer e consolidar, para que os desafios institucionais sejam pauta em diálogos coletivos de resistência e enfrentamento.

Seção concluída, convidamos você, aluno, a resolver a situação-problema. Enajamos que os conhecimentos e reflexões contribuam para o seu conhecimento.

Sem medo de errar

Bem, estamos no momento de pensar a resolução da situação-problema. Esperamos que, com as discussões, você, aluno, utilize o argumento teórico oportuno.

Não tenha receio de colocar no papel as suas críticas durante a atividade, pois é somente na fala e na escrita dos pensamentos que o senso comum pode ser ressignificado.

Veja que a situação-problema apresenta uma perspectiva concreta do projeto ético-político. Trata-se de pensar para além das respostas imediatas. Vimos na seção "Não pode faltar" que o projeto ético-político encontrou a sua sustentação teórica, a sua fundamentação ético-política, no amadurecimento do coletivo profissional, com o *start* do Movimento de Reconceituação. E, se reconceituamos, precisamos situar e agir de maneira contrária ao conservadorismo, apresentado, normalmente, por posturas não refletidas e carregadas de julgamentos.

A situação-problema que ocorre no atendimento do CRAS expõe a fragilização do usuário beneficiário do Programa Bolsa Família. Como pensar a condição de vida da população, deslocada do contexto neoliberal de redução dos direitos sociais?

O usuário do CRAS, Sr. João, foi dispensado do atendimento pela assistente social por estar alcoolizado. Mas o atendimento se encerra com a dispensa? Quais outras

ações éticas podem ser garantidas para que o Sr. João possa receber o atendimento necessário a suas necessidades?

Como vimos, em tese, somos chamados, enquanto assistentes sociais, a ter clareza do projeto ético-político como guia para o enfrentamento e resistência, no caso, contrários ao modelo neoliberal, que leva à redução dos direitos sociais.

Agora, registre qual seria a sua impressão sobre o Sr. João estar alcoolizado (imagine essa cena), se ficou com receio de atendê-lo nessa situação. Como sugestão, que tal sugerir um plano de acompanhamento específico para o usuário, que possa compreender o uso/abuso de álcool, de modo a articular o encaminhamento adequado.

Não esqueça de relacionar os seus registros aos princípios do Código de Ética vigente.

Boa atividade!

Avançando na prática

Serviço Social e religião

Descrição da situação-problema

O assistente social que atuava na área da educação em uma escola municipal foi acionado para atender a família de uma criança que estava sofrendo *bullying* na escola. A criança relatou ser da religião de matriz africana umbanda. Ocorre que a assistente social é de uma religião de matriz cristã-protestante e, carregada de preconceitos, expôs que não iria atender a família.

Resolução da situação-problema

Como vimos na seção "Não pode faltar", enquanto assistentes sociais, precisamos ter clareza do projeto ético-político e compreender que ele é como um guia para o enfrentamento e para a resistência a todo tipo de preconceito racial, religioso, de orientação sexual, entre outros. Os valores pessoais dos profissionais não deveriam, de modo algum, interferir no agir profissional.

O cumprimento do dever profissional consolida-se no cotidiano o projeto ético-político. A orientação religiosa dos usuários pertence a eles de modo que uma sociedade plural deve considerar as suas expressões. Não cabe ao assistente social entrar em julgamentos de senso comum.

O CRESS pode ser acionado caso os profissionais se coloquem em situações de práticas preconceituosas.

No caso em tela, sugerimos trabalhar o fortalecimento escolar para, em conjunto aos professores e alunos, identificar as expressões religiosas. É o caminho a percorrer.

Faça valer a pena

1. O Documento de Teresópolis (1970) foi consolidado por um grupo de 33 assistentes sociais, tendo como pano de fundo no Brasil o Milagre Econômico e a aceitação sociopolítica da ditadura militar. A concepção neotomista desaparece nos diálogos e o funcionalismo é a resposta pragmática, tendo em vista que o Serviço Social é chamado para contribuir com o desenvolvimentismo brasileiro.

No Documento de Teresópolis, a vertente modernizadora é consolidada. A proposta consolidada tem fundamento nos princípios básicos do:

- a) Funcionalismo.
- b) Marxismo.
- c) Neotomismo.
- d) Tomismo.
- e) Positivismo.

2. A intenção de ruptura é a expressão contra os modelos de se fazer Serviço Social existentes. É a expressão contra o modo conservador do Serviço Social tradicional, que tem na teoria social crítica de Karl Marx os argumentos necessários ao firmamento das bases iniciais para romper com os padrões anteriores.

Assinale a alternativa que marca a intenção de ruptura do Serviço Social com o tradicionalismo.

- a) Seminário de Sumaré.
- b) Projeto Ético-Político.
- c) Seminário do Alto da Boa Vista.
- d) Método de BH.
- e) Seminário de Araxá.

3. A renovação e a tentativa de ruptura dos modelos religiosos, conservadores e fenomenológicos do Serviço Social é clamada em 1979 no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Ocorre como resposta ao cenário brasileiro de mudanças sociais, em que o pedido pela redemocratização e pelos direitos dos trabalhadores era pautado. O Serviço Social estava no ponto em que precisava estar. Situava-se no contexto da luta pela democracia.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais teve como tema de chamada aos profissionais:

- a) Seminário de Sumaré.
- b) Congresso da Virada.
- c) Projeto ético-político.
- d) Seminário de Araxá.
- e) Seminário de Teresópolis.

Seção 4.3

A lei de regulamentação do serviço social

Diálogo aberto

No contexto de aprendizagem desta Unidade, desafiamos você a se colocar no papel do profissional em atendimento no plantão social do atendimento do CRAS. Conforme a legislação federal, o CRAS possui um coordenador efetivo, nomeado e responsável pela gestão do serviço.

Você, enquanto assistente social, compõe a equipe há um mês (coloque-se no papel do profissional para essa experiência). No decorrer das atividades, você identificou que o CRAS, enquanto instituição pública, não garante o sigilo das informações dos usuários, pois os armários ficam no corredor do prédio que dá acesso aos banheiros e à cozinha. Além de estar em local de acesso à população usuária, não possuem chaves. Veja só: que riscos éticos estão em questão? Os usuários não podem acessar os prontuários?

Dessa forma, elabore o conteúdo do ofício em forma de relatório, fechando a unidade de ensino e a segunda etapa do produto final solicitado, baseado no Código de Ética e nas portarias do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Fundamente os riscos da exposição dos relatórios de atendimento expostos a qualquer pessoa. Lembre-se do embasamento teórico.

Não se esqueça: a seção "Não pode faltar" vai auxiliá-lo na construção do seu relatório.

Bom exercício!

Não pode faltar

Na primeira seção de autoestudo desta unidade de ensino dialogamos sobre o que é um projeto, na segunda conhecemos os seminários teóricos balizadores do Serviço Social e nesta terceira seção de autoestudo vamos dialogar sobre a Lei de

Regulamentação do Serviço Social. Nesse sentido, os conteúdos construídos até o momento visam alicerçar o seu conhecimento sobre o projeto ético-político do Serviço Social.

E para discutir a lei de regulamentação, vamos apresentar o marco regulatório da profissão: aspectos legais e normalizadores da profissão; conhecer as competências dos profissionais de Serviço Social; destacar as competências privativas que definem a identidade das ações dos profissionais do Serviço Social e identificar as principais resoluções que normatizam, complementam e orientam as ações dos assistentes sociais.

Mas por que conhecer a lei de regulamentação da profissão? Já ouviu aquele ditado que diz que uma lei foi feita para ser cumprida? Pois bem, para o Serviço Social, a lei de regulamentação compõe o que denominamos projeto ético-político, ou seja, é uma das direções que, para a prática profissional, não pode ser esquecida, pois determina, entre outros aspectos, as competências profissionais.

Um tanto quanto reveladores foram os resultados da pesquisa do conjunto CFESS/CRESS, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas, no ano 2004, publicada em 2005. A pesquisa intitulada *Assistente social no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional* apresentou como um dos eixos o conhecimento dos assistentes sociais sobre o projeto ético-político.

A pesquisa apontou que 90,55% dos assistentes sociais já leram a lei de regulamentação da profissão; no entanto, evidenciou que havia um percentual de 9,45% dos profissionais que a desconheciam. Sim, desconheciam a lei de criação da própria profissão.

O segundo ponto da pesquisa em relação ao eixo discutido diz respeito ao Código de Ética Profissional de 1993 (CEP/1993). Lembrando que, conforme apresentamos nas seções anteriores, o CEP/1993 é um marco na trajetória do Serviço Social no Brasil, pois reafirmou os avanços contidos no Código de 1986, aperfeiçoando-o sob a luz da teoria social. É fruto de um processo coletivo de debates e reflexões em meio à categoria profissional e expressa uma nova direção ético-política.

Os resultados do segundo ponto do eixo constataram que, no tocante ao conhecimento da categoria profissional acerca do CEP/1993, o índice de conhecimento é ainda maior do que os relativos aos documentos anteriores: 96,37%. Dentre as regiões, destacou-se o Norte, local em que 100% dos entrevistados já leram esse documento. Na distribuição por natureza da instituição, nas instituições públicas federais é maior o percentual de profissionais que não leram o Código (4,92%) e nas públicas municipais é o menor (4,48%).

Mesmo que datada de 2004 e publicada em 2005, a pesquisa indica em seus resultados um caminho indispensável para a formação profissional. É indispensável,

portanto, conhecer a lei de regulamentação bem como os aparatos legais que validam e corroboram com a prática profissional dos assistentes sociais.

Para a consolidação da lei atual de regulamentação da profissão do Serviço Social, outras construções foram necessárias. Há que se considerar o histórico de lutas e de ressignificação teórica e prática da profissão. Nesse sentido, resgatar a história é importante para reafirmar a nossa identidade.

No Brasil, na década de 1950, a natureza liberal das profissões (médicos, psicólogos, assistentes sociais etc.) são declaradas em portarias para validar o exercício profissional. A Portaria nº 35, de 19/04/1949, do Ministério do Trabalho, declara o Serviço Social como uma profissão liberal. Tem na Lei nº 3.252, de 27/08/1957, a sua base e no Decreto nº 994, de 15/05/1962, a sua regulamentação.



Pesquise mais

Para conhecer as legislações e acompanhar as suas alterações, acesse o site do CFESS. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2017.

O Decreto de 15 de maio de 1962 valida, com base nas encíclicas papais *Rerum Novarum* de Leão XIII, de 15 de maio de 1891, e *Quadragesimo Anno* de Pio XI, de 15 de maio de 1931, a comemoração do dia do assistente social: 15 de maio.

Assim, surge (no âmbito jurídico) a profissão de assistente social, sendo caracterizada e qualificada como uma profissão de natureza técnico-científica, ou seja, para o seu exercício profissional exige-se a aplicação de conhecimentos específicos de Serviço Social.

Mas o que previa a lei de regulamentação de 1957? Bom, a lei de regulamentação, em síntese, constitui-se de 22 artigos, dentre os quais destacamos:

- no artigo 1º, parágrafo único, passa a ser privativa a designação profissional de Assistente Social aos habilitados, conforme a legislação vigente.
- no artigo 5º destaca cinco prerrogativas dos assistentes sociais e duas atribuições.
- no artigo 6º institui o Conselho Federal de Assistentes Social (CFAS) e o Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS).

Com o amadurecimento profissional consolidado no processo histórico, passando pelo Movimento de Reconceituação e pelas releituras em diversas dimensões (ética, política, social etc.), a lei de 1957 precisava se adequar aos novos pressupostos da profissão; assim, foi revogada pela Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662, de 8 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, define suas

competências e atribuições privativas, entre outras prerrogativas para o exercício profissional.

A lei de regulamentação da profissão do Serviço Social tem por objetivo regular a natureza do exercício profissional.

Diferente da lei anterior, a Lei nº 8.662/93 exclui do corpo dos artigos a qualificação da profissão como de natureza técnico-científica.

Para que possamos qualificar a situar o debate em torno das atualizações na revisão da lei de regulamentação da profissão, apresentamos o quadro a seguir.

Quadro 4.1 | Análise comparativa da legislação de regulamentação da profissão

Requisitos	Lei nº 3.252/57	Lei nº 8.662/93
Atribuições privativas	Expõe no artigo 5º as atividades tidas como prerrogativas e as atividades tidas como atribuições.	Distingue as competências das atividades privativas.
Conselhos de classe	CFASS e CRAS	Passa a ser denominado Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional do Serviço Social (CRESS).

Fonte: O autor.

Em relação às atribuições e prerrogativas apresentadas pela lei de regulamentação de 1957, recorreremos a Simões (2011) para apresentar o assunto:



As prerrogativas são faculdades, as segundas são encargos. As primeiras decorriam da concepção tradicional das profissões liberais [...] as segundas impõem-lhes uma obrigação, um dever socialmente instituído, ao qual, uma vez convocado, o profissional deve atender. (SIMÕES, 2011, p. 509-510).

Portanto, a lei de regulamentação de 1993, diferentemente da de 1957, apresenta separadamente em artigo (4º e 5º) as atividades privativas das atividades de competência. Isso não quer dizer que as atividades de competência não sejam privativas, mas sim que os assistentes sociais também podem desenvolvê-las.

E para que possamos conhecer, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.662/93, as competências dos assistentes sociais, sintetizamos, conforme segue:



Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, [2012], p. 44-45).

Para tanto, é importante situar que o termo competência, discutido e apresentado pela categoria profissional, referendado no artigo 4º que acabamos de apresentar, ultrapassa os limites do mérito individual. A competência é resultado de uma construção coletiva e que tem no âmbito acadêmico a sua iluminação. Conforme bem explica lamamoto (2012, p. 37) “no sentido etimológico, a competência diz respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo”.

Mas e quais são então as atividades privativas que identificam a identidade do assistente social?

O artigo 5º da lei de regulamentação de 1993 constitui-se de 13 incisos relacionados às atribuições privativas do assistente social. São elas:



- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL, [2012], p. 46-47).

As atividades privativas constituem atribuições exclusivas dos assistentes sociais. Conforme explica Simões (2011, p. 510), a atividade privativa “é conceituada pelos atributos técnicos e éticos do próprio profissional, de forma mais ampla, em qualquer instituição, em que sejam exercidos”.

Iamamoto (2012, p. 38) discute que “o que delimita o caráter da atividade enquanto privativa do assistente social é a sua qualificação enquanto matéria, área e unidade de Serviço Social”. Desta forma, ampara as discussões jurídicas sobre o assunto nas atividades privativas no âmbito da profissão, contemplando os aspectos teóricos,

técnicos e ético-políticos. Portanto, a identidade do profissional deve ser entendida para além das atividades privativas, pois comporta, no cotidiano profissional, desenvolver outras atividades normatizadas descritas nas políticas sociais e em outras áreas específicas de atuação.

Mas a lei de regulamentação de 1993 teve uma alteração um tanto quanto recente. Trata-se da Lei nº 12.317, de 2010, que acrescentou o artigo 5º-A, que determina a carga semanal de trabalho dos assistentes sociais em 30 (trinta) horas. Ou seja, não indica, solicita ou implora para o contratante a possibilidade de adequação à carga horária de 30 (trinta) horas, e, sim, a determina. Indica ainda que é vedada a redução de salário na adequação à carga horária.

Bom, percorrido esse caminho e apresentada a lei de regulamentação, bem como as competências e atividades exclusivas do assistente social, vamos dialogar, agora, sobre algumas resoluções do CFESS que dão respostas para algumas ações descritas no corpo do Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação de 1993. Para isso, vamos apresentar as principais resoluções e discuti-las.

A Resolução nº 489/2006 estabelece as normas e veda as condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do assistente social. Responde, assim, aos pressupostos éticos do projeto ético-político na dimensão da crítica dos direitos humanos, contrários aos ideais burgueses. Destacamos o artigo 2º da resolução para ampliar o seu interesse em discutir e conhecer esse dever profissional, pois o assistente social deve contribuir para a reflexão ética sobre a liberdade e sobre o respeito às decisões dos indivíduos sobre a sua sexualidade e afetividade.



Refleta

O CFESS tem um posicionamento contra o preconceito? O enfrentamento, portanto, é coletivo da categoria profissional? Você, aluno, como futuro assistente social, deverá seguir esse posicionamento?

Concomitantemente aos direitos LGBTs, a Resolução nº 615/2011 trata da inclusão e do uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional.

No campo da fiscalização do exercício profissional e da garantia democrática no exercício da apuração de infrações ao Código de Ética, a Resolução nº 660/2013 dispõe sobre as normas que regulam o Código processual de ética e a Resolução nº 657/2013 institui o Código Processual Disciplinar no âmbito do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social. Nesse sentido, as resoluções formalizam um padrão de conduta avaliativa nos preceitos legais e éticos para a avaliação, defesa e condução das apurações, em caso de infração ao Código de Ética.

No campo do acesso à informação, a Resolução nº 650/2013 estabelece os parâmetros para o cumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) no âmbito das informações do CFESS, e abre para que os Conselhos Regionais de Serviço Social construam as suas resoluções.

A Resolução nº 569/2010 dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Um tanto quanto desafiadora, a resolução discute o aparato teórico-metodológico do Serviço Social e, com muita clareza, expõe que atuar sobre a psique para tratar problemas psíquicos ou psicossomáticos, na intervenção profissional, não compete, ou seja, não é atribuição do assistente social.

A resolução que veda as práticas terapêuticas, como outras resoluções, foi consolidada nos encontros do conjunto CFESS/CRESS. A Resolução nº 569/2010, por exemplo, foi deliberada no 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS.



Exemplificando

Um exemplo clássico, e que cabe enfrentar no cotidiano, é a elaboração de grupos de fortalecimento de vínculos familiares, que na prática voltam-se para o cunho da psicologia, ou seja, para o cunho psicoterapêutico. Não cabe ao assistente social desenvolver grupos psicoterapêuticos.

No campo técnico-operativo, a Resolução nº 557/2009 dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Discute, portanto, que a matéria do Serviço Social compete somente ao assistente social, principalmente na atuação em equipe multidisciplinar, devendo, na atuação conjunta, destacar as particularidades da profissão.

Destacamos o artigo 1º da respectiva resolução.



Art. 1º. A elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de SERVIÇO SOCIAL por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações é atribuição privativa do assistente social, devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social de sua área de atuação, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 8662/93 e pressupõem a devida e necessária competência técnica, teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético. (CONSELHO FEDERAL..., 2009, p. 2).

Portanto, em matéria de Serviço Social, é atribuição privativa do assistente social a elaboração e a emissão de laudos, perícias e manifestações.

E para concluir ou ensinar o seu aprofundamento e conhecimento das resoluções do CFESS para o exercício profissional, apresentamos a Resolução nº 493/2006, que tem o objetivo de discutir e amparar os profissionais nas condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Nesse sentido, a resolução apresenta um padrão mínimo e/ou indicação para o atendimento profissional com qualidade, resguardando as condições éticas de sigilo profissional na escuta e no arquivo das informações dos usuários atendidos. Destaca, ainda, que cabe ao assistente social, via ofício, formalizar em seu local de trabalho uma vez que as condições não garantam o cumprimento da resolução e, caso os problemas persistam, informar o CRESS para intervir na instituição.



Assimile

Em matéria de Serviço Social, é atribuição privativa do assistente social a elaboração e a emissão de laudos, perícias e manifestações.

Pois bem, seção de autoestudo concluída. Ensejamos que os conhecimentos e reflexões contribuam para a resolução da situação-problema.

Sem medo de errar

Opa, que bom, estamos no momento de pensar a resolução da situação-problema, ou seja, na ocasião de refletir a prática profissional. Esperamos que com as discussões, você, aluno, utilize o argumento teórico oportuno. Não tenha receio de colocar no papel as suas críticas durante a atividade, pois é somente na fala e na escrita dos pensamentos que o senso comum pode ser ressignificado.

Veja que a situação-problema apresenta um desafio para os assistentes sociais, pois a exposição ética dos usuários, seja na escuta seja no arquivo de prontuários, deve garantir o sigilo profissional. Mas essa garantia não compete ao assistente social e, sim, às organizações em que atuam profissionalmente.

No caso, a situação-problema acontece no CRAS. No decorrer das atividades, você, no papel do assistente social, identifica que o CRAS, enquanto instituição pública, não garante o sigilo das informações dos usuários, pois os armários ficam no corredor do prédio, que dá acesso aos banheiros e à cozinha. E, além de estarem em local de acesso da população usuária, não possuem chaves. Algumas questões passam por sua cabeça, como: que riscos éticos estão em questão? Os usuários não podem acessar os prontuários?

O seu desafio será o de elaborar o conteúdo do ofício, em forma de relatório, fechando a unidade de ensino e a segunda etapa do produto final solicitado. Indicamos

que você se baseie no Código de Ética Profissional de 1993 e nas portarias do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que fundamenta os riscos da exposição dos relatórios de atendimentos expostos a qualquer pessoa. Exponha no seu relatório, portanto, os riscos éticos da violação dos preceitos para o sigilo profissional.

Que tal? Reveja o conteúdo teórico apresentado na seção de autoestudo sobre a regulamentação do Serviço Social.

Bom relatório, quer dizer, boa atividade!

Avançando na prática

Preconceito? Tô fora!

Descrição da situação-problema

João é assistente social no CREAS. Atuava como assistente social no CRAS e, ao chegar ao CREAS, após uma transferência, teve a oportunidade de escolher trabalhar no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica ou no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. Ele optou por ter experiências como, por exemplo, de empoderamento e autonomia feminina, além de pós-graduar em gênero e atuar no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. Quando isso foi comunicado aos colegas profissionais que compunham a equipe técnica do CREAS, uma assistente social opinou que não concordava, pois isso iria constranger as mulheres por João ser homem. E agora?

Resolução da situação-problema

Que dilema teríamos em pensar o posicionamento da colega assistente social se considerássemos apenas como resposta o senso comum. Acho que a resposta seria até mais fácil, imediata e rápida, mas, considerando o arcabouço teórico da profissão para a consolidação do projeto ético-político, não é esse o caminho que devemos percorrer.

O Serviço Social tinha em sua base inicial de construção um número expressivo de mulheres, entretanto, para atuação profissional, a questão de gênero deve ultrapassar o senso comum de que o Serviço Social é profissão exclusiva de mulheres. As relações de desigualdade estrutural devem ser refletidas, enfrentadas e discutidas no cotidiano.

Expomos aqui um trecho da letra *Podres poderes*, de Caetano Veloso, para registrar que os valores e ideais burgueses devem ser superados, pois tudo é tudo muito mais.

“Queria querer gritar
 Setecentas mil vezes
 Como são lindos
 Como são lindos os burgueses
 E os japoneses
 Mas
 tudo é muito mais...”
 (VELOSO, [2017])

Portanto, cabe ao assistente social esclarecer para a colega que no Serviço Social não cabem preconceitos ou julgamentos. Se o comportamento persistir e prejudicar a ação profissional, o CRESS deve ser acionado.

Faça valer a pena

1. A pesquisa do conjunto CFESS/CRESS, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas, realizada em 2004 e publicada em 2005, intitulada *Assistente social no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*, apresentou como um dos eixos o conhecimento dos assistentes sociais sobre o projeto ético-político.

Assinale a alternativa que contempla os instrumentos legais de base do projeto ético-político do Serviço Social.

- a) Direitos e deveres.
- b) Código de Ética Profissional e dimensão política.
- c) Lei de Regulamentação e teoria social crítica.
- d) Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação.
- e) Teoria social crítica e competências privativas.

2. A Resolução CFESS nº 489/2006 estabelece as normas e veda as condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social.

Essa resolução responde aos pressupostos éticos do projeto ético-político na dimensão da crítica dos direitos humanos:

- a) Contrários aos ideais dos valores burgueses.
- b) Contrários à emancipação humana.
- c) Para a fiscalização do exercício profissional.
- d) Para a qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais.
- e) Para o sigilo profissional.

3. No campo da fiscalização do exercício profissional e da garantia democrática do exercício da apuração de infrações ao Código de Ética, a Resolução nº 660/2013 dispõe sobre as normas que cuidam desse processo de apuração.

A Resolução CFESS nº 660/2013 institui o Código:

- a) De Ética Profissional.
- b) Da Lei de Regulamentação.
- c) Processual de Ética.
- d) Das atividades privativas.
- e) Das condições éticas para o exercício profissional.

Referências

- BARBOSA, Carmen V. D. et al. **A Imagem da profissão de serviço social em Sergipe sob o prisma dos alunos dos cursos de Serviço Social no momento do ingresso e da conclusão de sua formação acadêmica.** [2009]. Disponível em: <<http://www.ts.ucri.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-089.pdf>>. Acesso em: 13. fev. 2017.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** [Brasília]: CFESS, [2012]. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 13 fev. 2017.
- _____. **Atribuições privativas do assistente social em questão.** Brasília: CFESS, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. [2017]. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- _____. **Resolução CFESS nº 557/2009, de 15 de setembro de 2009.** Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 17ª Região. **Projeto ético-político do Serviço Social.** [2011]. Disponível em: <<http://cress-es.org.br/projetoetico.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais orgânicos em Gramsci. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.
- DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia.** Tradução de Marina Appenzeller. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2005.
- GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 91, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. v. 1.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico/metodológica.** 10. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 1995.
- _____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada.** Brasília: CFESS, 2012.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>>. Acesso: 27 nov. 2016.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e políticas sociais: crise contemporânea, questão social e serviço social** Brasília: Cead, p. 93-110, 1999. Módulo I.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RENOVAR. **Dicionário Aurélio On-line**, 2016. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/renovar>>. Acesso: 26 nov. 2016.

_____. **Priberam Dicionário**, 2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/renovar>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social: biblioteca básica do serviço social.** São Paulo: Cortez, 2011. 3v.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb, 2009.

TELEOLOGIA. Dicio: Dicionário Online de Português, [2017]. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/teleologia/>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

TITÃS. Enquanto houver sol. Letras.mus.br, 2017. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/titas/77518/>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social.** 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17783>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

VELOSO, Caetano. Podres Poderes. Letras.mus.br, [2017]. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44764/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.



ISBN 978-85-8482-814-2



9 788584 828142 >